



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FRANCISCO ADALBERTO ABREU MARTINS

**A CONTRIBUIÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DE CAJAZEIRAS PARA O
CENÁRIO EDUCACIONAL DO SERTÃO PARAIBANO (1961-1980)**

**CAJAZEIRAS – PB
2015**

FRANCISCO ADALBERTO ABREU MARTINS

**A CONTRIBUIÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DE CAJAZEIRAS PARA O
CENÁRIO EDUCACIONAL DO SERTÃO PARAIBANO (1961-1980)**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores- Campus de Cajazeiras/PB, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Viviane Gomes de Ceballos

**CAJAZEIRAS – PB
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras - Paraíba

M386c Martins, Francisco Adalberto Abreu
A contribuição do colégio estadual de Cajazeiras para o cenário educacional do sertão paraibano (1961-1980). / Francisco Adalberto Abreu Martins, 2015.
90f.
Bibliografia.

Orientador (a): Viviane Gomes de Ceballos.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. História – Educação – Cajazeiras - PB. 2. Colégio estadual – Cajazeiras - PB. 3. Educação – Cajazeiras – PB – 1961-1980. I. Ceballos, Viviane Gomes de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –94:37(813.3)

FRANCISCO ADALBERTO ABREU MARTINS

**A CONTRIBUIÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DE CAJAZEIRAS PARA O
CENÁRIO EDUCACIONAL DO SERTÃO PARAIBANO (1961-1980)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

DATA DE APROVAÇÃO: 26 / 02 / 2015

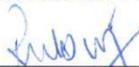
Banca Examinadora



Profª. Dra. Viviane Gomes de Ceballos
Presidenta da Banca/UFCG-CFP-UACS



Profª. Dra. Mariana Moreira Neto
Examinadora Titular/UFCG-CFP-UACS



Prof. Ms. Rubismar Marques Galvão
Examinador Titular/UFCG-CFP-UACS

Dedico ao meu pai Francisco Sales Martins Formiga (in memoriam), que infelizmente não pode estar presente neste momento, mas sempre me apoiou nesta e demais conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida e por ter me dado saúde e forças para superar todas as dificuldades.

À minha família, meus pais, irmãs, minha esposa e meu filho que não mediram esforços e sempre me incentivaram, apoiaram e me ajudaram nos estudos.

A todos os professores e colegas do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

Quero manifestar o meu agradecimento à professora Dra. Viviane Gomes de Ceballos, na qualidade de docente e orientadora, pelos seus sábios conselhos, críticas oportunas fundamentais e pela sua permanente disponibilidade, incentivo e sobretudo pelo seu empenho.

Resumo

Este estudo busca contribuir para a história da educação sertaneja no Estado da Paraíba, que abrange várias outras regiões, através de relatos orais de ex-alunos, professores e diretores que fizeram parte do Colégio Estadual Professor Crispim Coelho, do município de Cajazeiras (PB), ponto de partida da pesquisa realizada, bem como fazer análises de parte do acervo documental da instituição, a partir do ano de 1961, quando de sua fundação, até 1980, totalizando quase duas décadas de funcionamento. Por a historiografia de Cajazeiras referendar o município como sendo polo na área da educação, o estudo acerca da referida instituição de ensino se faz necessário e essencial, pois servirá como norte para a construção de um diálogo histórico entre as fontes utilizadas e a importância da instalação do antigo segundo grau (atual ensino médio) direcionado para o ensino público das classes populares menos afortunadas e trabalhadores diversos, através da criação do Colégio Estadual, como é popularmente conhecido, que veio a somar qualidade de ensino e competitividade com instituições particulares de educação já existentes à época, como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (antigo Colégio das Irmãs Dorotheás) e o Colégio Diocesano Padre Rolim, duas tradicionais casas educacionais da “terra que ensinou a Paraíba a ler”.

Palavras-chave: Cajazeiras, Educação, Escola Estadual.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. O discurso político sobre a educação brasileira e paraibana em meados do século XX.....	11
3. Da conquista ao alicerce: os primeiros anos do Colégio Estadual de Cajazeiras-PB.....	24
4. Vozes da educação: as memórias de docentes e ex-alunos na construção de uma narrativa histórica.....	36
Entrevista com o deputado Antônio Vituriano de Abreu	
Entrevista com a professora Maria Aldineide da Silva	
Entrevista com o professor Francinaldo de Souza Bandeira	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6. REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

Entre os anos 1950 e 1980, os avanços na área da educação brasileira ainda deixavam muito a desejar, principalmente nas regiões mais pobres do país, como é o caso do Norte e do Nordeste.

Entrava governo, saía governo e as tentativas de incorporar as camadas mais pobres da sociedade nos quadros da educação nacional mais permaneciam no papel do que vislumbravam uma realidade. Os governantes ainda tentaram fazer com que a educação brasileira permanecesse de forma passiva às implantações de novos métodos e procedimentos pedagógicos, principalmente para inibir que o povo pudesse ter um ensino mais crítico e que viesse a contestar o poder dos grupos dominantes.

Mesmo assim, os anos cinquenta e começo do sessenta do século XX ficaram marcados por manifestações populares mais acirradas, através de passeatas, protestos, organizações estudantis, incorporação de professores progressistas às reivindicações etc., fazendo o governo buscar outros mecanismos para desacelerar a inquietude da classe dominada. Essas manifestações só iriam tomar um choque de realidade com o Golpe Militar de 1964, que pretendia inibir qualquer ação popular de tentar estabelecer ou confrontar as regras elaboradas e estabelecidas pela classe dominante em desfavor dos pobres.

A Educação e a política nunca haviam andado tão juntas quanto no período compreendido entre 1960 e 1980. Pode-se até dizer que a vida escolar dessa época procurava disseminar a politicidade pelas ruas e avenidas, com o intuito de lograr novos tempos, de dar possibilidade de uma nova história, de resistir ao autoritarismo dos militares, mas também da grande adesão de professores, estudantes e outros membros da sociedade na busca pela construção da educação brasileira nas décadas subsequentes.

Todavia é importante ressaltar que o regime militar brasileiro não foi o fator que deflagrou essas manifestações, mas as censuras implantadas por ele, só conseguiu acirrar ainda mais os conflitos, e numa espécie de efeito inverso do que aguardavam os militares, as manifestações acabaram ganhando mais volume e visibilidade, e suas reivindicações cada vez mais estavam sendo disseminadas entre a população.

O Colégio Estadual, nosso principal objeto de estudo, nasceu através da luta, do empenho e da cobrança de pessoas da sociedade cajazeirense, que exigiam dos governantes que a “terra que ensinou a Paraíba a ler” ganhasse uma casa de ensino dotada de segundo grau de forma pública, atendendo aos anseios da classe trabalhadora e simples da cidade de Cajazeiras e região.

Em solo paraibano, assim como em outros lugares e regiões do país, as escolas permaneceram como espaços de ideias político-pedagógicas. De acordo com o tema proposto, é possível indicar como objetivo geral deste trabalho, em sua fase inicial a construção histórica do Colégio Estadual Professor Crispim Coelho enquanto elemento constituinte da educação da Paraíba e da sociedade cajazeirense de 1961, ano de sua fundação, a 1981, perfazendo duas décadas de funcionamento.

No capítulo inicial abordaremos um pouco sobre a história do município de Cajazeiras - PB que, de acordo com a historiografia local, nasceu através da implantação de um pequeno educandário que depois se tornou colégio de instrução secundária. Também estudaremos o comportamento das autoridades nacionais e paraibanas através dos discursos político-educacionais que eram elaborados à época e que tinham a finalidade de levar ensino à todas as classes sociais da nação, mas que pretendiam permanecer com uma educação apenas básica, e menos problematizadora.

No segundo capítulo evidenciaremos a luta dos políticos locais, da sociedade cajazeirense de um modo geral para a implantação de um colégio público de instrução secundária e dos primeiros movimentos de educação exclusivos para as camadas pobres da Paraíba e do Alto Sertão.

O terceiro capítulo se encarregará dos relatos orais de pessoas que fizeram parte do cotidiano educativo do Colégio Estadual, sendo aluno, funcionário administrativo ou professor daquela instituição. As memórias dessas pessoas consistirão na construção de uma narrativa histórica alternativa que vise dar outro olhar ao processo de implantação da escola, seus métodos pedagógicos, as relações com o poder público local, a convivência com o período da Ditadura Militar no Brasil etc., além do que é descrito através das fontes oficiais e/ou formais.

2. O discurso político sobre a educação brasileira e paraibana em meados do século XX

Quando o assunto é historiografia de Cajazeiras – PB, muitos estudiosos e memorialistas, quase que de forma unânime, recorrem aos trabalhos e pesquisas do escritor e historiador cajazeirense Deusdedit de Vasconcelos Leitão (1921-2010), tido como referência nos estudos do passado histórico da “Terra do Padre Rolim” e de outras regiões que formam o Alto Sertão da Paraíba.

Na obra intitulada “O Educador dos Sertões: Vida e obra do Padre Inácio de Sousa Rolim” (1991), o autor faz menções ao surgimento do primeiro núcleo educacional do município sertanejo, a escolinha da Serraria¹ – lugar de aspecto modesto e acomodações simples – a qual é tida por muitos como um dos principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento do povoado, que mais tarde se tornaria município.

Essa pequena escola é considerada o “embrião educacional” desta localidade, já que atraía diversas pessoas das regiões circunvizinhas, que começavam a adentrar o sertão paraibano em busca de educação espontaneamente ou incentivadas pelo próprio Padre Rolim, que não media esforços em sair pelos arredores da fazenda e povoados vizinhos recrutando gente para se educar, ao mesmo tempo em que falava sobre a importância da educação na vida do sertanejo pobre.

Ainda conforme Leitão (1991), o sucesso deste estabelecimento de ensino foi tão grande que foi necessário construir um prédio de alvenaria, já que pessoas de outras províncias como Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco começavam a ingressar na escola, tendo esta sido elevada à categoria de colégio de instrução secundária pelo governo da época, sendo o pioneiro na Paraíba.

A escola funcionava em regime de internato, por isso muitas dessas pessoas acabavam se instalando definitivamente no povoado, pois,

O número de alunos que procuraram a escola da Serraria deu ao Padre Mestre a preocupação de instalá-la em prédio mais adequado à sua finalidade. Em 1836 transferiu a sua escola para uma casa construída nas

¹ O nome Serraria o qual era utilizado como referência ao primeiro núcleo educacional foi originado por conta do local onde se serrava as madeiras para a construção das primeiras casas que viriam a dar início ao povoamento e posteriormente à criação do município de Cajazeiras, no sertão paraibano. Ver notas referências nas obras LEITÃO, Deusdedit, **O Educador dos sertões, Vida e Obra de Padre Rolim**, Teresina, 1ª ed. Gráfica do Estado do Piauí, 1991.; e PIRES, Heliodoro. **Padre Mestre Inácio Rolim: um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim**. 2ª Ed. Atualizada, com introdução e notas de Sebastião Moreira Duarte. Teresina: Gráfica Estado do Piauí, 1991.

proximidades do local em que ele e Mãe Aninha edificavam a capela que dedicaram a Nossa Senhora da Piedade. Construídos ao mesmo tempo, tanto a capela como a casa do colégio, iriam exercer decisiva influência no desenvolvimento de Cajazeiras (LEITÃO, 1991, p. 52).

Estes relatos e registros historiográficos funcionam como uma porta de entrada que nos situa, de forma introdutória, num entendimento do surgimento do município que, assim como a cidade de São Paulo, teve seus alicerces fundamentados ao redor de um colégio.

Essa historiografia é um motivo de grande orgulho defendido pelos cajazeirenses até os dias de hoje, principalmente pelos filhos mais ilustres desta região, através de artigos, palestras e até mesmo em conversas do cotidiano, proporcionando um norte sobre as primeiras experiências docentes aplicadas pelo Padre Inácio de Souza Rolim, considerado o fundador² do município, ao implantar e ampliar um núcleo educacional de forma pioneira no sertão paraibano. Esse gesto certamente foi o que trouxe um movimento migratório mais acentuado de pessoas, que passaram a se fixar na localidade em busca das primeiras letras.

Assim como a escolinha da Serraria se tornou importante para a história educacional do sertão paraibano, ocasionando mudanças e crescimento na região no início do século XIX, o surgimento da primeira instituição pública de ensino com o primeiro e segundo grau quase um século e meio depois – o Colégio Estadual de Cajazeiras –, também contribuiu para a transformação do cenário social, educacional e urbano do município, conforme consta em alguns relatos de ex-alunos e professores que fizeram parte dos quadros funcionais e educativos da referida instituição de ensino, pois assim como a primeira escola fundada em Cajazeiras (a da Serraria), o Colégio Estadual trouxe pessoas de outras localidades que vinham em busca de ensino público à nível colegial, e que acabaram se fixando por aqui, o que acarretou na introdução de famílias tradicionais inteiras provindas de outros municípios e até mesmo de outras regiões do Nordeste, e que hoje fazem parte da sociedade local, inclusive muitas sendo influentes no comércio, na educação e na política cajazeirense.

Assim sendo, podemos dizer que a instalação do Colégio Estadual teve tanta importância inclusiva quanto o Lyceu Paraibano³ em João Pessoa e o Colégio Estadual da

² Vários são aqueles que se referem ao Padre Inácio de Sousa Rolim como o legítimo fundador de Cajazeiras. Entre várias ações do Padre Mestre que defendem essa atribuição estão destacados seus trabalhos à frente da educação local com a fundação da primeira escola, da sua personalidade eclesial e de sua dedicação ao combate das enfermidades existentes da época, como o *cholera morbus*. Essas informações são reproduzidas nas respectivas obras do Padre Heliodoro Pires, Deusdedit Leitão e José Gomes de Alencar.

³ O Lyceu (ou Liceu) Paraibano é uma das mais tradicionais escolas públicas do Estado da Paraíba e do Nordeste brasileiro. Fundado em 24 de março de 1836, em seus 178 anos de funcionamento, o Liceu Paraibano teve em seus quadros alunos como o poeta e escritor Augusto dos Anjos, considerado o Paraibano do Século, e os ex-governadores de Estado, João Pessoa (na época denominava-se presidente ao invés de governador), natural de Umbuzeiro – PB, e Antônio Marques da Silva Mariz, que é natural da região de Sousa – PB. CARNEIRO, José.

Prata⁴ em Campina Grande; já que os mesmos, por serem de origem pública, serviram de palco para que alunos carentes das regiões vizinhas tivessem acesso às primeiras letras e ao ensino considerado médio. Estas instituições também se notabilizaram pela passagem de grandes figuras da política paraibana.

Padre Rolim, utilizando-se de sua posição social e de sacerdócio, argumentava que a educação era a semente libertadora dos homens, e por isso estava decidido a deixar suas honrarias e seu posto de educador em Olinda a qual dedicara onze anos de magistério, para retornar as terras pertencentes aos seus pais e fundar a primeira escola do sertão da Paraíba, pois dizia abertamente:

[...] plantarei a semente virtuosa da paz e da educação, pois vemos com clareza que somos gigante nação e a educação é ponto estratégico para o crescimento e a respeitabilidade humana, pois uma livre nação deve ser construída com homens e livros. (ALENCAR, 2010, p. 18).

Por isso, quando se trata de falar em educação na Paraíba é imprescindível mencionar os trabalhos do Padre Inácio de Sousa Rolim e sua missão de educar os sertanejos.

De acordo com Alencar (2010), profundo admirador dos Rolim e a ligação dos mesmos com a história de Cajazeiras, Padre Rolim exerceu as funções de professor no Liceu Pernambucano e no Seminário de Olinda. Dominava fluentemente cerca de 10 idiomas, destacando o Grego, o Latim e o Francês. Buscava trazer para o sertão paraibano a mesma influência e experiência que havia adquirido em terras cearenses e pernambucanas quando de sua ordenação sacerdotal e exercício do magistério. Adotou o método Lancaster de ensino,

Liceu Paraibano – Alunos e Mestres Notáveis, Ontem e Hoje. Disponível em: <<http://liceuontemhoje.blogspot.com.br/2012/07/liceu-paraibano-alunos-e-mestres.html>> Acesso em: 09/11/2014.

⁴ O Colégio Estadual Dr. Elpídio de Almeida, popularmente conhecido por Estadual da Prata, foi uma conquista muito importante para a educação campinense e adjacências, pois consta no seu histórico que, [...] No final da década de 40, contava o povo Campinense com três estabelecimentos de ensino secundário considerados de grande porte à época: Ginásio Alfredo Dantas, Pio XI e Imaculada Conceição, todos no centro da cidade e pagos. Como a cada dia crescia o número de jovens oriundos dos diversos cursos primários, que proliferavam pela cidade e partiam em busca de um educandário para que pudessem dar continuidade aos seus estudos, e como tais estabelecimentos de ensino que ofereciam a gratuidade aos seus alunos, não atendiam a demanda, criou-se em Campina um movimento de cunho cultural com o objetivo de sensibilizar o Governo Estadual (Dr. Osvaldo Trigueiro), no sentido de que ele construísse, [...], um educandário de grande porte que atendesse as necessidades da época. [...] Em contrapartida, o Governador exigiu da edilidade campinense onde pudesse ser construída uma obra de tal porte, o que foi solucionado de pronto pelo Sr. Raimundo Viana, que doou o terreno onde hoje está edificado o ESTADUAL DA PRATA ao Governo do Estado que, de imediato, deu início às obras que em virtude do tamanho físico da construção, não foi possível concluí-la dentro do cronograma pré-estabelecido, só sendo o mesmo inaugurado vários anos depois, no governo subsequente do Dr. José Américo de Almeida, que no dia 31 de Janeiro de 1953 veio pessoalmente à nossa cidade com a finalidade de inaugurar o que viria a ser, e continuaria sendo, o maior estabelecimento de ensino do Estado da Paraíba. O Decreto nº 456 de 18/07/1952 autorizou o funcionamento e a Resolução nº 145/97 do CEE reconheceu a EEEM Dr. Elpídio de Almeida. Disponível em: <<http://www.colegiodaprata.xpg.com.br/>> Acesso em: 09/11/2014.

que consistia em reproduzir e memorizar, utilizando poucos recursos, ao mesmo tempo em que atendia um número sempre maior de alunos. A proposta de Alencar é buscar evidenciar a figura de Inácio Rolim ligando-a ao processo de expansão do primeiro núcleo habitacional cajazeirense, que foi proporcionado pela presença da fazenda de seus pais e pela instituição de ensino fundada por ele.

A figura do padre mestre é constantemente reproduzida por historiadores locais e memorialistas, além de outros tantos admiradores que o colocam incansavelmente como eixo central na história cajazeirense, já que os serviços educacionais e religiosos prestados por ele são levados sempre em consideração no que corresponde a ampliação do núcleo populacional de Cajazeiras. Falar na fundação do município sem atrelar seu desenvolvimento à imagem do padre educador e a respectiva fundação de sua escola é até visto como um sacrilégio para muitos natos dessas paragens.

Por sua vez, Sebastião Moreira Duarte no livro “Do miolo do sertão: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte” (1988) evidencia o período de compra e de doação do terreno para a construção das futuras instalações do Colégio Estadual de Cajazeiras na gestão do então prefeito Francisco Matias Rolim. Em seus relatos Chico Rolim aponta a necessidade da fundação do referido colégio para a população local, pois “[...] até mesmo na sede do município o descompasso entre a procura e a oferta de ensino desmontavam nossos brios de terra da cultura” (DUARTE, 1988, p. 190), o que significa que o núcleo populacional da sede municipal estava aumentando e que as casas de educação existentes não conseguiam acompanhar o ritmo de crescimento da demanda educacional.

Em 1963, não tínhamos ainda, porém, nem um colégio gratuito a nível de ginásio. Rapazes e moças pobres eram obrigados a encerrarem a carreira estudantil mal terminando o curso primário, ingressando, os poucos venturosos, nas atividades comerciais (DUARTE, 1988, p. 190).

Até a chegada do ensino de segundo grau na sede do município, na década de 60, e a posterior construção do edifício onde funcionaria o Colégio Estadual, nos primeiros anos de mandato de Chico Rolim⁵, Cajazeiras contava apenas com alguns grupos escolares e outras escolas públicas, mas somente a nível de 1º grau, espalhadas entre a zona urbana e a zona rural. Dentre essas instituições de ensino podemos destacar o Grupo Escolar Monsenhor João

⁵ Segundo anotações de Moreira Duarte no livro “Miolo do Sertão” (1988), Chico Rolim permaneceu à frente da edilidade cajazeirense de 30 de novembro de 1963 a 31 de janeiro de 1969 (cinco anos e dois meses).

Milanês, a Escola Dom Moisés Coelho, a Escola Cenecista Professor Hildebrando Leal⁶ e a Escola Técnica do Comércio Monsenhor Constantino Vieira⁷, esta última tendo seu ensino voltado para a formação de tecnolandos⁸, ou seja, indivíduos instruídos apenas em aprender o suficiente para atuar no mercado de trabalho.

O Colégio Estadual nasce, em sua estrutura física, não apenas por um processo de intensificação ou interiorização da educação nos estados brasileiros, mas também como uma válvula de escape para sanar os problemas decorrentes da falta de estabelecimentos de ensino público no país. Poucos eram, e ainda são, os capazes de arcar com os valores das mensalidades cobradas pelas instituições particulares, restando aos mais pobres se lançarem ao trabalho nas casas comerciais ou em outros ofícios, não lhes restando tempo para se dedicarem aos estudos com maior presteza.

Para que a implantação do segundo grau ocorresse no interior paraibano, mais precisamente em Cajazeiras, e a partir do que pregava o conteúdo da LDB de 1961, era necessária a participação dos governantes. No município, era imprescindível a participação de alguns membros políticos locais e do prefeito à época, o senhor Francisco Matias Rolim, que entre 1963 e 1964 começou as obras de aquisição e construção do edifício onde funcionaria o Colégio Estadual.

A luta por um ensino público de qualidade aparece como prerrogativa na história do Brasil e isso se reflete no conjunto de leis que tentam regulamentar esse processo⁹. Um ensino que seja expansivo e que dê oportunidades iguais a todos aqueles que por muito tempo

⁶ Segundo o dicionário o termo cenecista significa: 1. as escolas e também faculdades sem fins lucrativos; 2. seguidor da Campanha da Escola da Comunidade (CNEC). Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/cenecista/>> Acesso em: 13/11/2014.

⁷ Atual Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Monsenhor Constantino Vieira, localizada na Rua Padre Rolim, Centro da cidade de Cajazeiras. A escola recebeu esse nome em homenagem ao Monsenhor Constantino Vieira, vigário capitular da diocese local falecido em 2 de abril de 1933.

⁸ Expressão usada para identificar os alunos que terminavam um curso técnico à nível de ensino médio.

⁹ LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961:

Título II

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

Parágrafo único. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos.

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm> Acesso em 09/11/2014.

tiveram esse direito negado ou o obtiveram com menor intensidade, já que a educação no país permaneceu como privilégio das elites durante muito tempo.

Desde 1930, quando Getúlio Vargas (AL – Aliança Liberal) assume a Presidência da República após um golpe de estado, impedindo o então vencedor da eleição daquele ano, candidato Júlio Prestes (PRP – Partido Republicano Paulista), de assumir o poder da nação. Ao ocupar o governo, Vargas busca dar início as chamadas reformas educacionais de base tidas como as mais modernas até então em solo brasileiro¹⁰.

De acordo com o programa de metas do governo Vargas, em 14 de novembro de 1930 foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública¹¹, através do decreto nº 19.402. A partir daí, o Ministro da Educação e da Saúde Francisco Luís da Silva Campos propôs e concretizou a reforma do Ensino Secundário¹² no país, influenciado pelo movimento educacional chamado de Escola Nova¹³, que já ocorria na Europa, propondo entre muitos pontos de mudança a valorização e a execução de atividades físicas de um modo geral, que estimulassem a coordenação motora e provocassem melhoramentos no poder de concentração e percepção educacional dos alunos. Essas medidas buscavam promover uma reviravolta no tipo de ensino que viria a ser aplicado, voltado para o processo de industrialização que começava a se consolidar e se configurar de um modo mais amplo no Brasil.

Foi então que, durante esse período, o ministro Campos promoveu a chamada “Reforma Francisco Campos”, que previa uma modificação no processo de ensino-aprendizagem que beneficiaria o capitalismo, já que, como foi dito, o país começava a se industrializar e essa industrialização foi substituindo aos poucos a economia brasileira

¹⁰ Ao assumir o governo provisório, Getúlio Dorneles Vargas criou o ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como ministro Francisco Campos que conseguiu desenvolver em 1931, a Reforma Francisco Campos em meio ao contexto ideológico dos católicos e dos renovadores Escolanovista (Escola Nova). **PROVOCAÇÕES EDUCACIONAIS NA ERA VARGAS**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-na-era-vargas/92753/>> Acesso em: 18/11/2014.

¹¹ O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>> Acessado em: 08/04/2014.

¹² Ensino intermédio entre o básico e o superior. Disponível em: <<http://pt.thefreedictionary.com/secund%C3%A1rio>> Acessado em: 08/04/2014.

¹³ Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O escolanovismo desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/gestao-educacional/escola-nova.htm>> Acessado em: 19/05/2014.

anterior, que era majoritariamente agrária, principalmente alavancada pela produção do café. Segundo Dallabrida (2009, p. 185),

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930.

Assim sendo, essas reformas também viriam a influenciar os métodos estruturais pensados para a educação brasileira, que buscava se modernizar, seguindo o padrão econômico euro-americano proporcionado pelo avanço do capitalismo que, apesar da crise do liberalismo proporcionado pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, se consolidava desde o fim da 1ª Guerra Mundial em diversas partes do ocidente, com a preocupação de qualificar os jovens que deveriam ocupar os postos de trabalho nas indústrias e fábricas. Com isso podemos evidenciar que, conforme Dallabrida (2009, pp. 186-187),

Esse novo desenho alinhava o Brasil aos países ocidentais mais desenvolvidos, que, no mínimo desde fins do século XIX, modernizaram o ensino secundário também pela criação de dois ciclos. A divisão criada pela Reforma Francisco Campos foi rearranjada na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (Reforma Capanema) ao estabelecer o ciclo ginásial, de quatro anos, e o ciclo colegial, de três anos, divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início da década de 1970, quando foi criado o 1º grau, a partir de fusão do curso primário com o ciclo ginásial, e o 2º grau, formado pelo ciclo colegial.

Apesar dessas mudanças proporcionadas pela Reforma Francisco Campos, o ensino secundário brasileiro continuou privilegiando apenas as elites, pois o mesmo permanecia sendo um período de estudos longo contando com muito material teórico, o que criava um contraste entre esse método e o do ensino técnico-profissional ou normal, voltado para a prática e a formação rápida dos jovens para ingressarem no mercado de trabalho. As necessidades de mudanças nas formas e nos mecanismos de ensino apresentados para a nação permaneciam, exigindo que os métodos educacionais fossem revisados, e a bandeira dessa problemática seria resgatada mais uma vez na próxima Constituição Federal que seria criada.

Após o fim da primeira “Era Vargas” (1930-1945), a nova Constituição nasce em 1946 no governo de Eurico Gaspar Dutra¹⁴ (1946-1951), através da abertura democrática e liberal no país. Em termos locais o município de Cajazeiras ainda convivia com a ausência de um colégio de ensino público secundário, pois os únicos existentes, o Colégio Diocesano Padre Rolim¹⁵ e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes¹⁶, eram particulares, o que excluía automaticamente a participação da camada mais pobre nos âmbitos educacionais, pois esta não tinha como custear o preço cobrado pelas mensalidades. Com a Constituição de 1946 ficou estabelecido que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seria gerida pela União, encarregada de legislar os assuntos educacionais e culturais da nação. No Artigo 166 ficou definido que a educação é um direito de todos, e que deveria ser proferida no lar e na escola, inspiradas nos direitos de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Já o Artigo 167 dizia que o ensino nos seus diferentes ramos é de responsabilidade dos poderes públicos, sendo livre a iniciativa privada de ensino, conforme as leis reguladoras em vigência. Isso representava uma proposta de avanço nos diálogos sobre a educação pública do país, que seria de responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal, mas que ainda não conseguia ser colocado em prática em todo território nacional. Algumas cidades consideradas polo do sertão da Paraíba como Cajazeiras, por exemplo, continuavam fora do circuito de interiorização do ensino público secundário.

De acordo com Otaíza Romanelli (1986) essa versão da LDB proporcionou mudanças em algumas normas educacionais já estabelecidas desde a “Reforma Capanema¹⁷” e a última

¹⁴ Militar, foi eleito presidente da República em 31 de janeiro de 1946, por uma coligação partidária formada pelo PSD (Partido Social Democrático) e pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com o apoio do ex-ditador Getúlio Vargas, de quem fora Ministro da Guerra por nove anos. Seu governo promoveu a abertura democrática, mas manteve restrições aos direitos dos trabalhadores. Por pressão das oligarquias industriais, foi instituído o congelamento do salário-mínimo, o que gerou uma série de greves dos trabalhadores. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/eurico-gaspar-dutra.jhtm>> Acessado em: 02/09/2014.

¹⁵ O Colégio Diocesano Padre Rolim começou a ser construído em 1934, onde existia uma antiga casa de caridade fundada pelo Padre Ibiapina. O Diocesano contava no início com um edifício erguido em dois pisos. Atualmente funciona nas instalações do antigo colégio a Faculdade de Filosofia e Letras (FAFIC), que ainda permanece sob a administração da diocese de Cajazeiras. Disponível em: <<http://oltimodosmoicanos.blogspot.com.br/2014/02/santuario-nossa-senhora-auxiliadora.html>> Acessado em: 05/08/2014.

¹⁶ O Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi fundado em 12 de outubro de 1843, conforme consta no livro de Deusdedit Leitão, “O Educador dos Sertões: Vida e obra do Padre Inácio de Sousa Rolim” (1991), tendo este sido criado em substituição da antiga Escolinha da Serraria, já que a demanda de alunos aumentava gradativamente. Foi o primeiro núcleo educacional do sertão paraibano a contar com instrução secundária.

¹⁷ Em 1942, o ministro Gustavo Capanema incentivou novas leis de reforma do Ensino, que ficaram conhecidas como “Reforma Capanema”. Nesse ano surgiram a Lei Orgânica do Ensino Industrial e a Lei Orgânica do Ensino Secundário, além de ter sido fundado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Em 1943 foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Comercial, em 1946 a Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal e a Lei

Constituição de 1937 em que não constava o direito amplo à educação. A permanência do ministro Capanema durante esse período estacionou as discussões sobre os direitos à educação, o que causou, por pelo menos uma década, um atraso na aprovação da LDB. Ficou definido também o concurso de títulos e provas para o preenchimento de cargos no magistério além das normas que estabeleciam que recursos mínimos fossem destinados para a educação, como forma de assegurar esse direito instituído. O Artigo 168 (CF 1946) definia que a União aplicasse anualmente mais do que dez por cento dos impostos arrecadados na educação, enquanto que para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estipulou-se que esse investimento não deveria ser inferior a casa dos vinte por cento.

A Carta Magna de 1946 trouxe consigo, segundo Romanelli (1986), uma Comissão de educadores, proposta pelo então Ministro da Educação, Clemente Mariani, que tinha por finalidade elaborar um projeto de reforma ampla para a educação nacional. Até então, nunca antes na história do país houve um momento maior de debate acerca dos problemas existentes na educação brasileira.

Em 1956 Juscelino Kubitschek de Oliveira, assume a presidência da República após vencer as eleições presidenciais de 1955 e estabelece um Plano de Metas para seu governo com 31 medidas na bagagem. Essas metas eram subdivididas em cinco grupos que abordavam os setores relacionados à indústria de base, fontes de energia, transportes, alimentação e educação. Esta última, apesar de já vir estimulada desde a proposta de inovar o sistema educacional, através das ideias abordadas desde a Escola Nova, sequer recebeu um tratamento mais adequado ou especial por parte do governo de Juscelino e do seu ministro da Educação Clóvis Salgado, pois segundo Helena Bomeny (s/d),

O setor de educação foi contemplado com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangia uma única meta. Formação de pessoal técnico era a meta 30, que prescrevia a orientação da educação para o desenvolvimento e não falava em ensino básico.

O país buscava avançar nos planos e metas para a educação, e enquanto a população crescia, a taxa de analfabetismo diminuía, mas em dimensões pouco expressivas, pois a população urbana evoluía gradativamente e o número de escolas públicas no Brasil, principalmente nas regiões interioranas, permanecia insuficiente, entre as décadas de 1950 e

Orgânica do Ensino Agrícola. Com a lei orgânica, o Ensino Secundário foi dividido em três modalidades: Clássico, Científico e Normal que, embora profissionalizante, era considerado, dentro do ensino secundário, voltado para o prosseguimento de estudos em nível superior e ensino técnico, com três modalidades de cursos: técnico industrial, técnico agrícola e técnico comercial. PALMA FILHO, João Cardoso. **Política Educacional Brasileira**. São Paulo: CTE Editora, 2005.

1970 (ver tabela 01). Próximo da casa dos 100 milhões de habitantes, o número de analfabetos no país continuava preocupante. Porém, nem tudo era má notícia, já que os indicadores apontavam que o número de matrículas no ensino primário e médio entre os 5 a 19 anos começava a superar os índices de crescimento populacional.

Tabela 01 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS E ECONÔMICOS E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO, 1950/1970

Indicadores	1950	1960	1970
População total	51.944.397	70.119.071	94.501.554
Densidade demográfica	6,14	8,39	11,18
Renda <i>per capita</i> em dólares	-	236	-
% população urbana	36	46	56
% de analfabetos (15 anos ou mais)	50,0	39,5	33,1

Fontes: Lourenço Filho M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise., *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970¹⁸.

Tabela 02 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DA ESCOLARIZAÇÃO; POPULAÇÃO DE 5 A 19 ANOS, 1950/1970

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no ensino médio	Total de Matrícula	Total de matrícula	Crescimento Populacional*	Crescimento da matrícula(*)
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92
1960	25.877.611	7.458.002	1.177.427	8.635.429	33,37	203,71	755,70
1970	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260	53,72	276,86	1.653,64

Fontes: IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970; IBGE, Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971; INEP/MEC, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 101.

Nota: (*) Tomando-se como base 100 o ano de 1920¹⁹.

Os números acima também mostram que a população infanto-juvenil quase dobrou entre 1950 e 1970, o que demandava uma maior preocupação por parte das autoridades públicas, que tinham que pensar em um modo de adequar o sistema de ensino para atender ao constante crescimento de matrículas, tanto no primário quanto no secundário.

Já a década de 1960, apontou uma fase única na história da educação brasileira. De acordo com Façanha (s/d) “o Brasil tornou-se palco de uma grande mobilização popular encetada pelos movimentos que lutavam em favor da efetivação das mudanças estruturais do país, as chamadas reformas de base”. Essas reformas também traziam em seu bojo o desejo público de uma educação que fosse voltada para as classes mais carentes do país, assim como os movimentos anteriores.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/historia.pdf>> Acessado em: (16/09/2014).

¹⁹ Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/historia.pdf>> Acessado em: (16/09/2014).

O início do ano de 1964 mudaria consideravelmente os rumos da nação. Na virada do mês de março para o mês de abril, foi deflagrado no Brasil um golpe militar que perduraria por quase vinte e um anos. Durante esse período ocorreu um aumento exacerbado de autoritarismo, refletindo diretamente na educação do país.

Pode-se perceber que o que marcou dentro do contexto educacional a nível nacional foi “[...] a exclusão a que as grandes massas populares foram submetidas. Mesmo nos momentos em que se pregava uma educação pública e de qualidade, igual para todos, na prática permaneciam grandes contingentes a margem do espaço escolar” (Façanha, s/d). Isso significa que, enquanto se lutava pelo acesso à educação de forma igualitária, grande parcela da população continuava afastada desse direito.

Observe como vai se moldando a perspectiva e o discurso de uma educação que absorva todas as camadas sociais, e que seja o poder em todas as suas esferas, federal, estadual e municipal os mantenedores das instituições públicas de ensino e que propiciem o número de vagas para todos. Essa é uma perspectiva teórica. Na prática veremos que nem todos conseguirão adentrar as salas de aula, por diversificados motivos, desde a falta de cadeiras disponíveis quanto à própria iniciativa de algumas famílias em manter seus filhos como meros reprodutores de suas vidas agrícolas e operárias, sem dar-lhes muito oportunidade ao estudo e ao conhecimento.

Assim como em grande parte do país, a região Nordeste vivia uma carência na educação, em todos os aspectos, durante o início da década de 60. Vale salientar que isso interferia diretamente no acesso ao voto, já que o direito às urnas era vetado entre as pessoas consideradas analfabetas. De acordo com os apontamentos de Afonso Celso Scocuglia (s/d), “na região Nordeste, com seus 59,8% de analfabetos, a proporção de novos eleitores "conscientizados" duplicaria nas eleições presidenciais marcadas para 1965”. Isso significa dizer, conforme o autor, que a introdução das primeiras letras implicaria, acima de tudo, num problema ainda maior para as classes dominantes, pois com mais pessoas aptas a votar, a elite iria trabalhar dobrado para manter a classe pobre sob as rédeas dos eixos dominantes.

Na Paraíba da década de 1960, as tentativas de interiorização do ensino público dotado do segundo grau começavam a tomar forma. Notadamente iniciava-se o avanço do ensino secundário para as cidades interioranas no estado. Antes desse período, já era colocado em prática, como aponta Celso Scocuglia, três movimentos alfabetizadores: SIREPA – Sistema

de Rádio Educativo da Paraíba; CEPLAR - Campanha de Educação Popular; e a Cruzada ABC - Cruzada de Ação Básica Cristã²⁰.

É importante ressaltar que esses sistemas visavam apenas ensinar noções básicas de educação para as pessoas, a exceção do método atribuído a Paulo Freire, que além de ensinar os objetivos básicos de alfabetização já mencionados, buscava alternativas para educar de forma crítica, principalmente contra os métodos tradicionais de ensino, que segundo ele, favoreciam a classe dominante.

Segundo nos informa Scocuglia (2001):

Enquanto parte da mesma cadeia sequencial, o ensino médio colhia os frutos das mazelas do ensino primário na Paraíba, ascendiam ao ensino médio os “sobreviventes” do ensino primário, trazendo consigo todos os aspectos positivos e negativos “das escolas de primeiras letras e contas”. Depois de sete anos (primeiro ciclo de quatro anos e segundo ciclo de três anos) de um ensino médio propedêutico e não-profissional, especialmente o curso secundário, os alunos faziam a transição para o ensino superior, no qual 2% (em média) dos que ingressavam no primário chegavam. Essa marca elitista de contínua exclusão mantinha-se desde a instalação dos primeiros cursos de nível superior no Brasil.

Isso implica dizer que, durante as transformações dentro dos quadros da educação brasileira em que se constituía a passagem do primeiro estágio, ou seja, do primeiro grau²¹ para o segundo, visto como não profissional, e posteriormente quem quisesse adentrar ao ensino superior, o número de estudantes que obtinham êxito era considerado muito baixo. Neste caso,

O ensino médio da Paraíba, ainda dividido em primeiro ciclo (ginásial - quatro anos) e segundo ciclo (colegial - três anos), contava com pouco mais de 16.000 vagas em 1961. Entretanto, em 1970 já recebia quase 60.000 estudantes, ou seja, suas matrículas aumentaram em quase 275%. [...] Em 1970, os alunos matriculados ocupavam 177 prédios, dos quais 136 eram particulares. Mas, as vagas oferecidas, num total de 58.381, eram equivalentes na rede estadual (27.808) e na particular (27.175) de ensino médio, enquanto nas redes federal (1.446) e municipal (1.952) o número de alunos, em termos percentuais, era insignificante (SCOCUGLIA, 2001, p. 3).

²⁰ Os movimentos de alfabetização popular funcionavam cada um a seu modo, como explica Celso Scocuglia: o SIREPA era transmitido via rádio, o meio de comunicação até então com maior alcance entre os pobres. Esse método de alfabetização durou cerca de 10 anos (de 1959 a 1969); O CEPLAR ficou ativo durante cerca de quatro anos, onde utilizava o método de ensino defendido por Paulo Freire (Pedagogia da Autonomia), que visava a alfabetização de adultos através de uma “educação para libertação”; e a Cruzada ABC consistia numa educação que combatia a CEPLAR. SCOCUGLIA, Afonso Celso. **História e educação popular na Paraíba (1961/1970)**. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev14/histeduc_popular_na.html> Acesso em: 12/12/2014.

²¹ Entende-se aqui como primeiro grau o ensino a partir da primeira até a oitava série, hoje do primeiro ao nono, de acordo com a Lei Federal Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 18/11/2014.

O surgimento do Colégio Estadual durante os anos 1960 foi proporcionado pela extensão das políticas públicas de interiorização do ensino público referente ao primeiro e segundo grau e ao ensino técnico e tecnológico. Alguns políticos e intelectuais se envolveram na luta pela introdução do ensino de 2º grau no sertão paraibano. Mais uma vez o lema “cidade que ensinou a Paraíba a ler” seria utilizado como baluarte para a conquista do ensino público de segundo grau para a região de Cajazeiras.

Os dados a seguir mostram uma parcial de quantos alunos estavam matriculados na Rede Pública Municipal até o início da gestão de Francisco Matias Rolim e depois do final do seu mandato (ver tabela 03). Esses dados apontam números que podem não condizer com o real, já que são levantamentos indicados pelo próprio gestor público, não tendo sido possível encontrar outras tabelas de matrículas do período em questão com informações de instituições como o IBGE e o INEP para efeito de comparação.

Tabela 03 – Número de alunos matriculados antes e após o término do mandato do prefeito Francisco Matias Rolim, 1963/1969.

Períodos	Nº de Matrículas
Antes e/ou até 1963	1.208
Período intermediário	2.737
Final do mandato (1969)	3.767

Fonte: Do Miolo do Sertão: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte, 1988, p. 194.

Podemos observar que o número de matriculados entre 1963 e 1969 mais que triplicou. Mas dentro desses apontamentos não são mencionados os alunos do Colégio Estadual – somente a nível municipal –, o que levaria essa soma ainda para uma quantidade mais vultosa de matriculados pela rede pública de ensino.

Todavia, a procura por ensino público pelas classes carentes só aumentava, não podendo ficar resumido apenas no ensino considerado básico, pois o mesmo já começava a demonstrar não ser suficiente. Este será um dos assuntos que abordaremos no capítulo seguinte.

3. Da conquista ao alicerce: os primeiros anos do Colégio Estadual de Cajazeiras-PB

Desde a década de cinquenta do século XX, as taxas de alfabetização e analfabetismo vêm sendo medidas no Brasil, através do censo demográfico, utilizando-se de sistemas padronizados²². Essas medições, que são realizadas pelo IBGE, obedecem a um critério que utiliza a faixa etária a partir dos 15 anos de idade de quem é alfabetizado até esse período e quem continuava analfabeto após o mesmo (ver tabela 04).

Até 1950, o número de analfabetos permanecia superior ao de alfabetizados, conforme mostra os dados apresentados:

Tabela 04 – INDICADORES DE ALFABETIZADOS E ANALFABETOS NO BRASIL A PARTIR DE 15 ANOS DE IDADE

Pessoas com 15 anos ou mais	1950	1960	1970	1980
Alfabetizados	49,4%	60,3%	66,2%	74,5%
Analfabetos	50,6%	39,7%	33,8%	25,5%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2000.

Em contrapartida, a partir da década de sessenta, o analfabetismo foi diminuindo e cada vez mais o número de pessoas com as primeiras letras foram atingindo altos índices. Todavia, esses números se mostraram pouco satisfatórios no que se refere à educação brasileira, já que o número de crianças fora da escola ou de pessoas que não seguiam no ensino base continuava gritante.

Nesse contexto, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)²³, segundo artigo do Pedagogia em Foco, teve significativa influência na queda do analfabetismo, porém parou por aí, servindo apenas no que corresponde a ensinar a população a ler e a escrever, bem como aprender operações matemáticas básicas, excluindo dos seus quadros qualquer

²² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Tendências demográficas no período de 1950/2000**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/comentarios.pdf Acessado em: 29/09/2014.

²³ O MOBRAL foi um projeto do governo federal que surgiu em 1970, tendo como finalidade a erradicação do analfabetismo no Brasil num intervalo de cerca de dez anos. Ele tinha uma proposta de alfabetizar jovens e adultos através da introdução de técnicas simples de leitura e escrita e operações básicas de matemática, com ausência de conteúdos críticos. O MOBRAL acabou sendo substituído pelo Projeto Educar, em 1985. MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **"Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)"** (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – DIEB, Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=130>> Acesso em 03/02/2015.

outra disciplina que fosse considerada desnecessária no processo educacional. O pensamento à época era que, para alguns, aprender o básico era considerado algo satisfatório entre uma população com um índice de analfabetismo muito grande.

Hoje esse discurso não responde mais as expectativas das pessoas com um nível de escolarização compreendido entre o fundamental ou o médio. Muitas delas são consideradas “analfabetas funcionais” – o que sabe ler, escrever, contar, mas não consegue interpretar ou ter ideia daquilo que lê, não se apropria das leituras –, e o “analfabeto digital”, que são aquelas pessoas que possuem pouco ou nenhum conhecimento na área de informática, tida como um importante requisito no atual mercado de trabalho.

Em relação ao estudo tido como básico, compreendido pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, a Paraíba ainda permanecia, na década de 1960, com um número pouco expressivo de instituições públicas capacitadas para ministrar o segundo grau. O município de Cajazeiras, por exemplo, sendo uma das cidades polo²⁴ no sertão paraibano, até 1960, não dispunha de uma escola pública com o segundo grau, que preparava os estudantes que quisessem prestar vestibular para alcançar o ensino superior. Apenas os Colégios Diocesano Padre Rolim e Nossa Senhora de Lourdes – da rede privada de ensino – ofertavam o segundo grau. Ainda havia uma terceira via de acesso ao colegial, mas os alunos sertanejos teriam de viajar cerca de quinhentos quilômetros rumo a João Pessoa em busca do Liceu Paraibano ou outros colégios da rede pública, como o Colégio Estadual da Prata, em Campina Grande. Essa tarefa se mostrava algo utópico para a época, visto que os custos da viagem e da permanência longe de casa eram enormes, sem contar que os que se arriscavam nessa empreitada ficavam à mercê da oferta de vagas disponíveis nesses estabelecimentos de ensino.

Em pouco mais de cinquenta anos de existência, o Colégio Estadual de Cajazeiras, fundado em 21 de maio de 1961²⁵, foi o primeiro colégio público do município a oferecer o segundo grau gratuito para a população sertaneja e das cidades circunvizinhas, conforme nos relata a professora Cleidismar Maria de Oliveira em seu artigo intitulado “Histórico do Colégio Estadual de Cajazeiras²⁶”.

²⁴ Cajazeiras é o município sede da 9ª Região, formada por 15 municípios do alto sertão paraibano: Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Carrapateira, Joca Claudino, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço José de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna. Os 15 municípios representam uma população de mais de 176 mil habitantes. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/>> Acesso em: 05/11/2014.

²⁵ Reportagem publicada no jornal Gazeta do Alto Piranhas, edição 651, página C1. Disponível em: <<http://coisasdecajazeiras.com.br/?p=608>> Acessado em: 29/09/2014.

²⁶ Cleidismar Oliveira é professora da rede pública de ensino no município de Cajazeiras. Seu texto foi escrito em 2002, sendo revisado e atualizado pela professora Sonia Maria Russo Barreto em 2011, visando as

Em 1978 a instituição foi batizada oficialmente de Escola Estadual de 1º e 2º Graus Professor Crispim Coelho, em homenagem ao grande educador cajazeirense, através de uma propositura do então Deputado Estadual Edme Tavares.

O Colégio Estadual, inicialmente, não contava com suas atuais instalações físicas, passando a funcionar de forma provisória nas dependências do Grupo Escolar Dom Moisés Coelho (figura 01), no centro da cidade.



Figura 01 – A Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho [1] (destacada no quadro vermelho) fica localizada na Rua Padre José Tomaz [2] (antiga Rua do Comércio), nº 387, Centro. Tem como pontos de referência a Praça Dom Moisés Coelho [3] (popular Praça do Espinho), o Cemitério Coração de Maria [4] (Cemitério Velho) e o Grêmio Artístico Cajazeirense [5] (atual sede do Clube de Dirigentes Lojistas – CDL). Disponível em: <<http://guia-paraiba.escolasecreches.com.br/acompanhamento-pedagogico-reforco-escolarciencias/ESCOLA-ESTADUAL-EF-DOM-MOISES-COELHO-cajazeiras-cajazeiras-paraiba-i25007742.htm>> Acesso em: 12/11/2014.

Havia uma espécie de “apalavramento” entre o governador Pedro Moreno Gondim²⁷, quando em visita a Cajazeiras em um encontro no Círculo Operário, e a sociedade cajazeirense sobre a implantação de um colégio público para as camadas mais carentes da população sertaneja, obedecendo às políticas de interiorização da educação pelo país.

comemorações dos cinquenta anos de instalação do Colégio Estadual. Esse texto num todo ou em partes foi compartilhado por alguns dos principais jornais, sites e blogs da “Terra do Padre Rolim”.

²⁷ Pedro Moreno Gondim nasceu em Engenho Açú, no município de Alagoa Grande – PB, no dia 1º de maio de 1914, e faleceu no dia 26 de julho de 2005 na capital João Pessoa. Foi governador da Paraíba de 1958 a 1960 (assumindo o lugar de Flávio Ribeiro Coutinho que se afastara do cargo por motivos de saúde), e de 1961 a 1966 (eleito). Ele é pai da deputada federal peemedebista Nilda Gondim e avô do senador Vital do Rêgo Filho e do ex-prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital. Disponível em: <<http://www.pedrogondim.com.br/historia>> Acessado em: 23/09/2014.

No “Miolo do Sertão” (1988), Duarte descreve que era necessário que a primeira instituição pública dotada de segundo grau tivesse sua sede própria. Foi então que começaram as sondagens do terreno onde funcionaria o colégio. Para que fosse cumprido o solicitado, o Secretário Estadual de Educação da Paraíba, Nominando Diniz, solicitou que o terreno tivesse pelo menos uma área de três mil metros quadrados, confiando ao prefeito municipal da época, o Sr. Francisco Matias Rolim, a tarefa de indicar o local onde seria erguido o colégio público. O lugar escolhido foi um terreno pertencente à família Coelho, no lado sul do Açude Epitácio Pessoa²⁸, o popular Açude Grande de Cajazeiras, início do Bairro dos Remédios, na saída para o vizinho Estado do Ceará.

De acordo com Duarte (1988), ao serem iniciadas as negociações para aquisição do terreno, o valor cobrado pelos proprietários se mostra acima do que a Prefeitura Municipal podia arcar. Pertencente ao professor Crispim Coelho (que mais tarde daria nome ao colégio), o terreno pretendido media cerca de 10 mil metros quadrados, mais que o triplo do solicitado pelo Secretário de Educação da Paraíba.

Conforme consta o próprio Chico Rolim se encarregou de procurar o Dr. Sabino Coelho, filho do professor Crispim e responsável pela venda do lote, para resolver o assunto. Com o insucesso na primeira tentativa, o prefeito procurou falar pessoalmente com o velho Crispim, que também se mostrou inflexível em ceder o lote por um valor abaixo do estimado. Já quase certo de um novo fracasso, segundo Duarte (1988), o prefeito Chico Rolim já estava para se despedir quando notou um quadro na parede, cuja fotografia era do Monsenhor Sabino Coelho, irmão do professor Crispim e do Bispo Dom Moisés Coelho. Ao perguntar de quem se tratava na imagem, o docente mencionou que era do seu irmão, que muito fez por Cajazeiras e pela Diocese local, mas que nunca havia sido homenageado pela sociedade cajazeirense, nem sequer dava nome a algum logradouro ou prédio público. Chico Rolim viu nesse desabafo a oportunidade de consolidar a aquisição do terreno, pois assim proferiu: “– Professor, vamos reparar isso agora mesmo. Prometa-me que faz a doação do terreno e eu lhe asseguro que o colégio imortalizará o nome do seu irmão (DUARTE, 1988, p. 193)”.

Trato feito, no acordo ficou decidido que os Crispim liberavam o loteamento pelo preço proposto pela prefeitura, e em contrapartida, o prefeito Chico Rolim garantia que o irmão do educador seria lembrado entre os munícipes através do empréstimo do seu nome

²⁸ O Açude recebeu esse nome após sua ampliação, nas primeiras décadas do século XX, através do empenho do Bispo Dom Moisés Coelho, que conseguiu a verba federal para esse intento. Disponível em: ALBUQUERQUE, José Antônio de. Artigo/colunistas. <<http://www.radioaltopiranhas.com.br/?colunas=teremos-uma-seca-em-2015>> Acesso em: 12/11/2014.

para uma rua²⁹ de Cajazeiras. Assim sendo, subtede-se que o Estadual custou o “preço” de uma rua e o valor investido na aquisição do lote e na sua construção.

Deste modo, a consolidação de um colégio público na “Terra do Padre Rolim começava a tomar forma. Terreno conquistado, agora era contar com a iniciativa do Governo do Estado para o repasse da verba destinada à construção do edifício onde funcionaria a instituição de forma definitiva.

Quando tudo parecia resolvido, surge um novo impasse entre a administração municipal e o Governo do Estado. O projeto sugerido pelo governo remete a um prédio inferior ao que se esperava.

Este fato pode ser observado quando Chico Rolim menciona:

Trata-se, então, de ir levar a boa nova à capital do Estado. E, de pronto, outro desapontamento: quando entrego ao senhor Secretário de Educação os documentos do terreno, dele recebo a planta de um colégio com cinco salas de aula (DUARTE, 1988, p. 193).

Replicando, o gestor cajazeirense atesta que aquele tipo de edificação não seria suficiente para atender a demanda estudantil do sertão da Paraíba, pois segundo previra, o colégio deveria acolher, além dos cajazeirenses, outros estudantes de cidades vizinhas, no que o Secretário explica que a planta é um projeto padrão para todas as futuras casas de educação na Paraíba.

É importante ressaltar que a insistência de Chico Rolim fez com que o Colégio Estadual de Cajazeiras nascesse grande em sua estrutura física, pois estando o mesmo funcionando provisoriamente em outro prédio, já ocupava cerca de oito salas de aula, número já considerado insignificante devido à imensa procura por parte dos sertanejos.

O Colégio Estadual não foi uma dádiva dos governantes, mas uma conquista do povo através da luta do movimento estudantil da época e do apoio do jovem vice-prefeito de Cajazeiras, na época, Dr. Abdiel de Sousa Rolim, que abraçou a causa com muita coragem e determinação. (CLEIDISMAR, 2002/2011).

Seguindo esse raciocínio, podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que o odontólogo Dr. Abdiel foi uma figura de destaque, ao lado dos estudantes cajazeirenses, na conquista do Colégio Estadual? Em outra fonte, representada pelas palavras do prefeito Chico Rolim, cujo conteúdo se encontra relatado no livro “Do Miolo do Sertão” (1988), é possível observar certa

²⁹ Concernente ao acordo, o Prefeito Francisco Matias Rolim concedeu a homenagem prometida ao professor Crispim Coelho, colocando o nome de uma rua, localizada no Bairro das Capoeiras, com prolongamento inicial na Rua Vitória Bezerra e final das Ruas Anísio Rolim e Mariana de Abreu. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-6.8944637,-38.5630616,465m/data=!3m1!1e3>> Acesso em: 12/11/2014.

confusão entre qual instituição de ensino contou com o apoio do Dr. Abdiel para ser instalada em Cajazeiras, se foi o Colégio Estadual, o Colégio Hildebrando Leal, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Monsenhor Constantino Vieira³⁰, ou ainda todos estes.

Duarte afirma que:

Do vice-prefeito, Dr. Abdiel de Sousa Rolim, associado ao Prof. Afonso Pereira, presidente da Fundação Padre Ibiapina, obtive substancial ajuda quando, como líderes locais da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – assim se denominava essa entidade – fizeram surgir o Colégio Hildebrando Leal. Ajudado por eles nessa obrigação que é primordialmente responsabilidade pública, ajudei-os na elevação do número de alunos, concedendo bolsas de estudos e subvencionando o educandário para que tivesse adequado funcionamento. (DUARTE, 1988, p. 191).

A própria historiografia local é escassa ou imprecisa quando se trata de assuntos referentes a essas instituições. Velhos anuários, artigos disponíveis em livros, revistas ou jornais, eletrônicos ou não, entre outros, nos deixam poucas pistas esclarecedoras sobre o passado da educação tida como pública em Cajazeiras. Sabe-se apenas que até 1961, segundo grau nesta região só nas escolas particulares.

Na sequência, o próprio Chico Rolim chama a atenção para si acerca da “paternidade” do Colégio Estadual Prof. Crispim Coelho, quando diz: “Mas foi a construção do Colégio Estadual a grande bandeira de luta que empenhei desde o princípio” (DUARTE, 1988, p. 191). Ao mencionar essa informação, ele nos deixa claro sua participação na conquista do segundo grau gratuito para o município por dois vieses: na aquisição do terreno e na construção dos alicerces e das dependências do futuro colégio público de Cajazeiras durante sua administração, entre 1964 e 1969.

É importante destacar que as participações políticas são fundamentais para as conquistas públicas, sejam elas na área da educação, saúde, segurança etc., mas não são as únicas ferramentas. A sociedade em si desempenha papel essencial quando procura reivindicar melhorias e os direitos constitucionais.

Grande parte dos historiadores, memorialistas, pesquisadores e a sociedade sertaneja de um modo geral concordam: o surgimento da primeira instituição pública do município de Cajazeiras dotada do segundo grau foi um marco importante no processo educacional do

³⁰ A Escola de Comércio Monsenhor Constantino Vieira, como era chamada na época, foi uma escola detentora do curso técnico em contabilidade, que ajudava a preparar de forma mais rápida os jovens para o mercado de trabalho. No dia 30 de outubro de 1966, o então prefeito Chico Rolim encampou a Escola de Comércio e a erigiu a Colégio Comercial do município, ampliando suas instalações, o que aumentou o número de vagas. Fonte: DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do sertão**: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte. João Pessoa: GRAFSET, 1988. pp. 190-191.

Estado da Paraíba, pois conseguiu alinhar ensino público de qualidade com a necessidade de escolarizar ao nível de segundo grau os filhos dos trabalhadores do município e da região.

Ao tomarmos partido sobre quem representou o real empenho na conquista de uma escola pública dotada de segundo grau para o sertão da Paraíba, poderíamos cometer um equívoco, enaltecendo uns e rebaixando outros. Achamos por direito acolher todas as atitudes dos que se mostraram favoráveis à causa, inclusive colocando nesse meio até mesmo os que, a princípio, se mostraram “contra” ou que “dificultaram” essa conquista. Fica correto então registrarmos que, o nascimento do Colégio Estadual não se deu por mero acaso ou por conta de um ou outro membro do meio político ou da sociedade cajazeirense de um modo geral, mas de um trabalho em conjunto.

Pensar o processo de construção e consolidação do Colégio Estadual em Cajazeiras é pensar também a trajetória de alguns de seus alunos, pessoas que fazem com que suas histórias se confundam, em alguns momentos, com a história do colégio. Seguindo essa perspectiva é que entrevistei o médico e Deputado Estadual Antônio Vituriano de Abreu³¹; a professora aposentada Maria Aldineide da Silva³² e o professor universitário Francinaldo de Souza Bandeira³³, que acredito contribuem de forma significativa para este trabalho.

Buscar enriquecer o discurso acerca de como se deu a conquista e implantação de uma casa de educação com o segundo grau de forma gratuita no município de Cajazeiras, utilizando as vozes daqueles que passaram por aquele estabelecimento de ensino, e/ou que tomaram conhecimento de forma direta ou indireta de como ocorreu essa aquisição e quem porventura participou do processo, é uma das metas pretendidas nos assuntos abordados junto aos entrevistados.

³¹ O deputado Antônio Vituriano de Abreu, de 65 de idade, é natural de Cajazeiras-PB, nasceu no Sítio Riacho do Meio, onde aprendeu as primeiras letras (segundo relato do próprio entrevistado). A entrevista foi motivada devido ele ter estudado os dois primeiros anos do segundo grau no Colégio Estadual entre o ano de 1969 e 1970, que está dentro do recorte temporal proposto. Atualmente exerce o cargo de deputação estadual pelo Partido Social Cristão (PSC), após vitória obtida nas últimas eleições nacionais de 2010 (para Presidente da República, Senadores, Deputados Federais e Estaduais), onde recebeu 24.482 sufrágios, sendo eleito de forma direta, e cujo mandato vai até o dia 31 de dezembro de 2014. Vituriano de Abreu também já foi prefeito de Cajazeiras no período de 1989 a 1992.

³² A professora aposentada Maria Aldineide da Silva, de 58 anos de idade, é natural da vizinha cidade de São José de Piranhas-PB (distante cerca de 30 quilômetros). Ela foi ex-aluna do Colégio Estadual de Cajazeiras, onde também exerceu a profissão docente à frente da disciplina de História até sua aposentadoria, no final da primeira década do século XXI. Ela também foi professora do antigo Colégio Diocesano Padre Rolim.

³³ Francinaldo de Souza Bandeira atualmente exerce o cargo de professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras-PB, lecionando disciplinas como História Medieval I e II e História do Brasil IV e V. Ele é cajazeirense, está com 48 anos de idade e foi aluno do Colégio Estadual da metade da década de 1970 e começo da de 1980.

Vituriانو de Abreu concedeu a entrevista no dia 05 de janeiro do corrente ano de 2014, na residência da família Abreu, localizada à Rua Rotary, Bairro Jardim Oásis, em Cajazeiras - PB, nas proximidades da DICAL (Concessionária Fiat no município), na saída para a vizinha cidade de Sousa - PB.

Já a professora Aldineide foi entrevistada no dia 15 de janeiro de 2014. A conversa foi realizada na residência da docente, que está localizada na Rua Sebastião Bandeira de Melo, Centro, tendo como pontos de referência a Madeireira Piranhense e o Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (DETRAN-PB), na cidade de Cajazeiras.

Por sua vez, o professor universitário Francinaldo Bandeira nos prestou entrevista no dia 05 de fevereiro de 2014, nas dependências da Sorveteria Tia Dodó, localizada na Avenida Presidente João Pessoa, no centro da cidade de Cajazeiras.

Quando nos referirmos a quem de direito deveria ser direcionado o agradecimento pelo luta e conquista do colégio, os entrevistados mencionaram o seguinte:

Olha, eu acho que a marca caiu, marcou o próprio diretor, que o Dr. Quirino de Moura era uma novidade em Cajazeiras, e ele tinha uma experiência muito grande como professor, porque ele se formou em Recife, como... na condição de advogado, mas já era professor lá em Recife, e quando ele foi escolhido aqui, inclusive por acaso ele foi escolhido para ser diretor do Colégio Estadual, ele chegou com algumas novidades, e ele despertou no governo da época e mais ainda na Carmen, que era a Secretária de Educação do Estado, e essa Carmen passou a se interessar pelas ideias de Quirino, e quando ele disse pra ela que era necessário Cajazeiras ganhar o curso científico, imediatamente ela levou a questão ao governo, e o governo não pediu distância, imediatamente instituiu a criação do curso científico, e aí outros políticos se juntaram, no caso Edme Tavares, o prefeito da época que era o Dr. Eptácio, e cada um colaborou, mas que na verdade a marca “mermo” que na minha visão ficou foi do diretor (Antônio Quirino), porque o diretor teve essa ideia brilhante de que Cajazeiras não podia morrer apenas no curso ginásial e daí por diante ficar... (VITURIANO, 2014).

Vituriانو de Abreu defende que a figura central dessa conquista foi Antônio Quirino de Moura³⁴, o qual levou a proposta até o gabinete do governo estadual. Ele também evidencia que as participações de Edme Tavares³⁵ e do Dr. Eptácio Leite Rolim³⁶ foram essenciais na consolidação dessa conquista.

³⁴ O professor e advogado Antônio Quirino de Moura foi diretor do Colégio Estadual de 1968 a 1971. Também exerceu o cargo de prefeito do município de 1973 a 1977.

³⁵ Edme Tavares foi um atuante político cajazeirense, principalmente no cargo de deputação.

³⁶ O médico Eptácio Leite Rolim, nascido em Aroeira, atual Bom Jesus-PB (a 18 Km da cidade de Cajazeiras), exerceu mandatos de chefe do executivo cajazeirense por três oportunidades.

Não... eu num sei bem, mas eu acho que teve a mão de, não sei se foi daquele Otacílio Jurema³⁷, foi Abdiel. Foi uma questão política, mas, foi a necessidade mesmo. Acho que foi uma necessidade, pois tudo na época é a questão da necessidade. Pra deslocar as pessoas daqui pra fora... foi então um consenso, né? Uma questão política e necessidade, porque a gente num tinha Colégio de segundo grau. Na época não lembro bem. Num sei o fundador que trouxe. Naquele tempo tudo era escondido, político, ninguém sabia quem assinava projetos, hoje em dia você sabe de tudo (ALDINEIDE, 2014).

A professora Maria Aldineide menciona os nomes de Otacílio Jurema e do Dr. Abdiel de Sousa Rolim³⁸ como baluartes do Colégio Estadual de Cajazeiras. Ela ainda cita que a necessidade de se ter uma educação pública voltada para o ensino médio falou mais alto, o que acabou sensibilizando a classe política à época. A entrevistada ainda menciona que a maior parte das informações dos feitos políticos ficavam restritas a poucas pessoas, sendo que a população só tomava conhecimento quando já estavam em pleno estágio de construção e/ou funcionamento.

Já Francinaldo Bandeira atesta que a fundação do Colégio Estadual de Cajazeiras se deu graças ao processo de expansão urbana nas cidades consideradas referências em suas respectivas regiões e de investimentos educacionais do Estado, ou seja, a implantação do segundo grau, cedo ou tarde, se tornaria inevitável nessas localidades, atendendo as políticas expansionistas de educação nacionais da época.

O Estado, a partir da década de, sobretudo a partir da década de sessenta (do século XX) no Brasil, década de cinquenta, década de sessenta, o Estado passa a investir mais na educação. Já é uma crescente na evolução do processo de urbanização do Brasil. Então naturalmente o Estado nas cidades consideradas mais importantes, elas foram ganhando seus colégios do Estado. Cajazeiras, Sousa e outras cidades ganhavam essas instituições do Estado. Foi um movimento de expansão, fruto de uma expansão urbana e do investimento que o Estado tava fazendo na educação, dentro da concepção de investimento que o Estado tinha de educação na época (FRANCINALDO, 2014).

Segundo o docente, não necessariamente setores ou camadas da sociedade se manifestaram – até houve empenho por parte de alguns cajazeirenses – mas a própria necessidade ocasionada pelos efeitos de lutas sociais anteriores, somado ao crescimento

³⁷ Otacílio Guimarães Jurema (nasceu em São João do Rio do Peixe-PB, no dia 08 de março de 1900 – e faleceu em Cajazeiras, no dia 10 de agosto de 1987) foi um médico e político brasileiro, exerceu por dois mandatos o cargo de prefeito de Cajazeiras (1951-1955 e 1958-1962). Era filho de Joaquim Victor Jurema e Cecília Guimarães Jurema. Disponível em: <<http://cajazeirasdeamor.blogspot.com.br/2011/02/otacilio-jurema.html>> Acesso em: 10 de maio de 2014.

³⁸ O Odontólogo Abdiel de Sousa Rolim foi vice-prefeito de Cajazeiras durante o mandato de Francisco Matias Rolim (1963-1969).

urbano brasileiro que se acentuava desde as primeiras décadas do século XX, obrigou o Estado a levar ensino público para regiões consideradas mais afastadas dos grandes centros administrativos e das capitais. Para ele, o Estadual nasce então a partir dessa necessidade, pois a cidade de Cajazeiras já vinha desfrutando de um forte desenvolvimento, principalmente pelo ciclo do algodão no Estado.

É possível notar que há divergências nas lembranças de cada um concernente aos que se destacaram na luta pela implantação do segundo grau gratuito na “Terra do Padre Rolim”. Por isso, é importante ressaltar que as lembranças individuais dos entrevistados obedecem a critérios próprios como: até que ponto eles conseguem lembrar com exatidão das informações da época; como recebiam as notícias; se há algum interesse em particular de evidenciar e/ou ocultar um personagem mais que outro etc.

Por nosso recorte temporal evidenciar as décadas de 1960, perpassando pela de 1970, até o início dos anos oitenta, pedimos que os entrevistados comentassem acerca da importância da implantação do colégio, da participação da sociedade, de um modo geral, e dos governos do período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) na educação e, conseqüentemente, no apoio dado aos governos estaduais e municipais na condução do Colégio Estadual de Cajazeiras. Se houve melhorias, se houve decadência no ensino, se houve perseguições de membros do colégio durante esse período ou de algum estudante etc.

O deputado Vituriano, em sua fala, não soube esclarecer de forma precisa como se deram essas participações. Ele resumiu seu diálogo evidenciando apenas outra figura política de Cajazeiras, o advogado Bosco Braga Barreto.

Tem não, Cajazeiras teve assim, ela sempre teve uma marca de família. Cajazeiras tinha uns núcleos familiares que gostavam (barulho externo), mas essas ideias eram muito tímidas (barulho externo) havia no caso Bosco Barreto como deputado estad... com vontade, Bosco de ser deputado estadual, Bosco já tinha disputado é... candidaturas em outras circunstâncias, mas Bosco vivia Recife/João Pessoa/Cajazeiras e ainda não tinha sua marca, ele se marcou, se presenciou “mermo” aqui em Cajazeiras nos anos setenta, é... mas ele antes era um estudante que vinha e fazia seus discursos revolucionários, mas não empolgava porque era muito solto (VITURIANO, 2014).

A professora Maria Aldineide rememorou da seguinte forma:

Não. Notei... isso foi depois. Essa questão militar é... os alunos não tinham conhecimento o que era isso. Eu ensinava História, os alunos meus sabiam porque eu cutucava, eu dizia muitas coisas, ensinava muita coisa pro comportamento do aluno em termo de cidadania, em termo de direito, né? Que eu cutuquei muito o “cão com a vara curta”, né? Mas em termo de mudança, num achei, não. [Eles (os militares) investiam pra ser na escola?]

[...] Não. O Colégio Estadual teve tempo de passar dez anos sem pintar. Dez anos. [E os professores, é, na época, tinham alguma autonomia? Por ser na época militar, eles eram restritos de alguma coisa assim, queriam... o pensamento deles eram...] [...] Não. Num era muito liberal, não. Professor num tinha muita liberdade não porque eu lembro quando Cleidismar³⁹ deu uns “pega” numa greve, ela chutou o balde no movimento aí. E veio no Colégio Estadual, veio uma, inclusive é bom você conversar com Cleidismar, ela lhe dá muitas notícias boas. Veio a... a... Polícia Federal. Veio para o Estadual a Polícia Federal porque Cleidismar juntou com um grupo de alunos, Dirceu Galvão foi, e... a Federal bateu com força e... disseram, né, são comunistas (ALDINEIDE, 2014).

Percebe-se nas palavras de Aldineide que o Colégio Estadual de Cajazeiras não foi uma obra da ditadura militar no Brasil, nem nasceu juntamente com a revolução de 1964, mas que conviveu todo o período dos quase vinte e um anos do regime militar brasileiro.

Francinaldo Bandeira relembrou que:

[...] o colégio surgiu no “calor dos anos sessenta”, né? [...] Não sei se iniciou com o segundo grau. Não tenho lembranças, até porque em sessenta e quatro eu não era nascido ainda, né? Mas (breve pausa), o colégio é desse período aí. Se iniciou já com o segundo grau eu não tenho lembrança. [...] A importância foi que naquela época quando o colégio surgiu, na cidade de Cajazeiras, você tinha uma educação considerada elitista. Tinham dois colégios particulares, que era o Colégio Diocesano (Padre Rolim) e o Colégio das Irmãs Dorotéias, que é o Nossa Senhora de Lourdes. Nessa época o Estado no Brasil e na Paraíba mesmo ainda não tinha investido fortemente na educação pública. Havia na Paraíba poucas cidades com colégios públicos. Então o Colégio Estadual diziam, né, que foi por iniciativa do governo do Estado investindo na educação pública. Então na cidade de Cajazeiras você tinha essa chamada elite, o Colégio das Irmãs Dorotéias e o Colégio Diocesano, né? Esses eram os colégios frequentados pela classe média e pelo povo considerado de elite da cidade. No Colégio das Irmãs Dorotéias, nessa época, quando o Colégio Estadual surgiu e até a década de setenta, início da década de oitenta (do século XX), não estudava homem no Colégio das Irmãs Dorotéias, só estudava mulher. Então as moças de Cajazeiras todinhas estudavam lá, nas Irmãs Dorotéias (FRANCINALDO, 2014).

Ele reforça que a educação, no caso, com acesso ao segundo grau tida em Cajazeiras, até o surgimento do Colégio Estadual, era considerada elitista, ou seja, somente pessoas de boas condições financeiras podiam bancar os estudos dos filhos nos colégios particulares existentes, o Diocesano e o Nossa Senhora de Lourdes. A implantação do Estadual rompe com esse paradigma, pois pessoas de baixa condição financeira conseguiram, embora tenham prestado um exame de admissão, frequentar o segundo grau numa escola pública.

³⁹ A pessoa de Cleidismar a qual Aldineide se refere é da também professora Cleidismar Maria de Oliveira, que já pertenceu aos quadros docentes do Colégio Estadual de Cajazeiras, inclusive com uma passagem pela direção (1999-2002) do referido centro educacional, onde a mesma participava ativamente como militante nas várias greves deflagradas pelos professores de nível estadual.

Francinaldo também menciona que durante essa época houve certa ausência dos governantes para com a Educação brasileira e paraibana, especificamente.

Conclui-se na fala dos depoentes e nos registros anteriores nesse trabalho que foram numerosos o número de personagens que fizeram parte do processo de luta para a implantação do segundo grau de forma pública no município de Cajazeiras.

Buscar compreender a importância da conquista do Colégio Estadual de Cajazeiras, o qual contribuiu para a formação de várias personalidades locais, que hoje se destacam em diversificados ramos da sociedade, é um dos objetivos do capítulo seguinte.

4. Vozes da educação: as memórias de docentes e ex-alunos na construção de uma narrativa histórica

As memórias contidas nos relatos orais são alternativas que visam preencher lacunas ou que nos possibilita um novo olhar sobre determinados eventos que ocorreram no passado. É também uma maneira de enriquecermos os diálogos, o que proporciona maior consistência nos discursos do presente e do passado na construção de uma narrativa histórica.

Segundo Portelli (1997), a História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Ainda conforme o autor, a essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato da História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória.

Para tanto, ofertamos o trabalho em cima daqueles que, em algum momento de suas vivências, passaram pelos quadros da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho (o popular Colégio Estadual de Cajazeiras) em suas primeiras décadas de funcionamento.

Aqui seguiremos com espaços que evidenciam as memórias que, de certa forma, nos ajudarão a construir um saber histórico, onde as explanações obedecerão ao pensamento de que “as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são [...] exatamente iguais” (PORTELLI, 1997, p. 16). Desta forma vale salientar que nos discursos orais que cada entrevistado colaborou não se buscou refutar quem está com a verdade ou quem está se expressando de forma omissa. O objetivo de colher esses relatos visa trazer à tona os vários pontos de vista que podem ser obtidos através da oralidade sobre um mesmo objeto de estudo, neste caso, o Colégio Estadual.

Busca-se também dar maior ênfase ao próprio discurso dos entrevistados, e que suas palavras aqui citadas sejam expoentes da visão de cada um deles na construção de uma narrativa histórica, onde se aproximam e onde divergem.

Uma das perguntas submetidas aos entrevistados foi sobre a vinda de alunos de outros lugares para ingressarem no Colégio Estadual para cursarem o segundo grau, pois, assim como ocorreu na fundação da escola da Serraria no século XIX um fenômeno de migração para esta região, pudemos observar que houve certa semelhança com a fundação do Estadual e da introdução do segundo grau gratuito, não na mesma magnitude, mas que, de certa forma, modificou o cotidiano da cidade.

Segundo Antônio Vituriano, alguns estudantes que vinham cursar o segundo grau no Estadual acabavam ficando e fixando moradia no município, inclusive a chegada de famílias inteiras, que deixavam para trás seus locais de origem e vinham para perto dos seus entes.

Um dos fatores que contribuíram para essa migração se deu por conta da precariedade do transporte público da época, pois conforme o político:

[...] Aí o que acontece, por conta de existir científico em Cajazeiras à noite, não cabia alunos porque tínhamos alunos de Triunfo, alunos de São João do Rio do Peixe, alunos da cidade de Uiraúna, alunos de São José de Piranhas, é... do Ceará, e de Cajazeiras principalmente, então foi... tinha tanto alunos que eram duas classes, é... de científico, mas todas cheias que não cabia praticamente ninguém, num tinha nem espaço. Eu acho que foi a melhor coisa que nós tivemos aqui naquele ano. Foi a conquista do científico para Cajazeiras porque foi através dele que nós conseguimos trazer para Cajazeiras mais professores e muito mais alunos de fora.

Eu conheci tão logo, ali vizinho a casa de Seu Arcanjo⁴⁰, tínhamos uma família que veio de Triunfo⁴¹, onde vieram porque os filhos precisavam ficar aqui, e ficaram morando aqui. Também vi da cidade de Uiraúna, conhecemos famílias que se instalaram em Cajazeiras em decorrência da necessidade dos filhos ficarem aqui. Por quê? Porque naquele tempo nós não tínhamos as estradas asfaltadas com facilidade, nem também tínhamos ônibus fazendo a linha. O aluno teria que vir pra cá e ficar aqui (barulho de objeto caindo) em pensionato, em casa de família, e assim era as únicas opções, ou então alugar casa, quatro, cinco, seis alunos e morar. [...] Também, na Dr. Coelho, a rua que eu morava, tinha uma casa alugada e tinha alunos de vários estados. Alunos de São José de Piranhas tinha quatro moças, e traziam também lá da cidade do Barro⁴² pra morar também na mesma cidade, numa república. Era uma mistura de república com casa própria de família, porque às vezes as mães vinham e ficavam uma temporada. O estilo era esse. Foi essa que foi a marca.

A professora Maria Aldineide vai mais além, revelando o impacto positivo causado entre cajazeirenses e populações circunvizinhas, quando da instalação daquele estabelecimento de ensino. Ela conta que foi um momento de euforia geral, chegando a comparar a conquista do segundo grau gratuito com a implantação do Curso de Medicina da UFCG, Campus de Cajazeiras no sertão paraibano.

O Estadual foi o centro. O Estadual foi como se fosse o curso de Medicina⁴³ hoje, tão grande a importância, que aqui não tinha. [...] É, aqui não tinha escola (pública com segundo grau), é tanto que quando o Estadual foi fundado eu ensinei muitos alunos de Cachoeira dos Índios (PB), Bom Jesus

⁴⁰ Trata-se de Francisco Arcanjo Albuquerque (1920-2002), grande empresário e comerciante do ramo de estivas e cereais no Alto Sertão da Paraíba. Dono da rede atacadista denominada de Armazém Rio Piranhas, Seu Arcanjo, como era popularmente conhecido, era pai do professor universitário José Antônio de Albuquerque, atual proprietário da Rádio Alto Piranhas e do Jornal Gazeta do Alto Piranhas.

⁴¹ Triunfo aqui, a que Vituriano se refere, é a vizinha cidade paraibana, que se distancia cerca de 37,38 km em linha reta, e não o município pernambucano.

⁴² Cidade do vizinho Estado do Ceará, a 42 Km em linha reta da cidade de Cajazeiras.

⁴³ Aqui a depoente faz uma comparação entre a criação do Colégio Estadual na década de 1960 com a implantação do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em 2007, na “Terra do Padre Rolim”, conquistas comemoradas, segundo ela, de forma idêntica por sertanejos e demais logradouros de estados vizinhos.

(PB), São José de Piranhas (PB), a turma de Cachoeira vinha em caçamba, em caminhão, num sabe? Tinha muito povo de Bodim⁴⁴ que estudou comigo. Por quê? Porque o Estadual era um centro. Num existia aqui segundo grau. Então o Estadual, quando abriu o Estadual foi uma alegria tão feliz. Monsenhor Abdon foi o primeiro diretor. Já entrei lá com Padre Vicente, tanto aluna, até sair com Padre Vicente na direção. [...] Tinha (alunos) de Ipaumirim (CE). Teve aluno de Ipaumirim que veio pra aqui. Ipaumirim é pertinho, no Ceará, né? Do Barro (CE). Tinha aluno de fora. De São José de Piranhas. Foi muito... foram anos, o Estadual era o centro. Era uma beleza o Estadual. [...] Porque os outros eram particular, né? O Diocesano particular, o Nossa Senhora de Lourdes particular.

Ainda é possível perceber nas palavras de Aldineide a forma com que muitos se arriscavam em traseiras de caçambas ou em outros veículos, no intuito de se deslocarem para Cajazeiras. Tudo em nome da oportunidade de estudar em um ambiente educacional que nascia, segundo os mais velhos, para as classes mais carentes.

Sobre o tipo de transporte escolar, ou se algumas pessoas vieram residir em Cajazeiras por causa do colégio, de forma comparativa com o já enunciado pelo deputado Antônio Vituriano de Abreu em seu depoimento, a professora Aldineide expressou o seguinte:

Eu não sei bem assim, mas que vieram, vieram muitos. Porque nós, pelo menos de São José de Piranhas, viemos morar em Cajazeiras pra estudar. Papai disse que queria os sete filhos formados, então nós viemos pra Cajazeiras pra estudar. No caso tinha também o povo do “Alho”, no caso, também tinha muita gente que veio embora pra aqui. No tempo veio muita gente embora pra Cajazeiras, pra morar aqui. Quem vinha de fora vinha de caminhão, de caçamba à noite. Cachoeira dos Índios, Bom Jesus, tinha um grupo de Ipaumirim que vinha numa D20 (pick-up da marca Chevrolet). Eles vinham de 05h30min e às 06h00min estavam tudo no Estadual.

Quando questionamos se o poder público ou o Estado bancavam o transporte dos alunos à época, a docente explicou que:

Não. O Estado num tem nada a ver. O Estado não tinha esse negócio de ajuda, não. [...] Inclusive o aluno procurava, o pai investia, gastava pra formar o aluno, né? O Estado não dava nada, a não ser professor. Vê que hoje o Estado dá tudo, e o caba num quer nada.

Já o professor Francinaldo de Souza relembra que,

[...] vinha gente do Ceará, gente de Ipaumirim (CE), gente de outras cidades do Ceará estudar no colégio. Assim como hoje parece que ainda vem. [...] Tinha gente que vinha de fora, fixava residência em Cajazeiras (breve pausa) [...] pessoas do Ceará, da cidade do Barro (CE), de Ipaumirim. Vinham,

⁴⁴ Francisco Dantas Ricarte, conhecido popularmente por Bodim, é o atual prefeito da vizinha cidade de Cachoeira dos Índios - PB.

ficavam morando aqui porque estavam estudando em Cajazeiras, assim como hoje ainda tem.

Em suas narrativas os entrevistados expõem lembranças semelhantes de como era difícil se deslocar com segurança até Cajazeiras, bem como algumas famílias preferiam se transferir para cá de uma vez no intuito de garantir a formação educacional dos seus filhos. Esse Movimento migratório acabou ajudando a construir uma nova sociedade local, já que pessoas de diferentes cidades e estados vizinhos aqui se instalavam e começavam a fazer parte do cotidiano cajazeirense.

Maria Aldineide, por exemplo, além de si própria e de seus irmãos, cita a vinda do povo do Alho⁴⁵, em referência a uma família proveniente da antiga Jatobá⁴⁶, que vieram para Cajazeiras durante o período de fundação do Colégio Estadual, e acabaram fixando residência na Rua 13 de Maio, no centro da cidade. Dentre eles ela destaca a figura do advogado e ex-deputado estadual Jeová Vieira Campos. Ela conta que via Jeová desde criança correndo nas calçadas das Ruas 13 de Maio e Sebastião Bandeira de Melo, e que o mesmo estudou no Colégio Estadual, inclusive tendo sido seu aluno. Ela se entusiasma ao lembrar que Jeová Campos, hoje, é um homem público de destaque na área de Direito e na política paraibana.

Outro aspecto que foi direcionado na entrevista a professora Aldineide diz respeito da importância e contribuição daquela instituição de ensino para a cidade e região e ao crescimento urbano local, onde hoje está construído o Colégio Estadual. Sobre isso, a docente relembra que:

Populacional, educacional, porque não tinha (áudio não compreensível) [...] porque a importância do Estadual foi muito educacional, em que sentido, porque daqui o segundo grau, pergunte a qualquer médico que estudou no Estadual (áudio não compreensível) [...] que quem terminava o segundo grau aqui em Cajazeiras, no Estadual, e fazia vestibular, meus irmãos, todos eles, Aldeir fez Engenharia Civil, Adonias Engenharia, Jatobá... todos nós passamos em primeiro lugar, de primeira vez no vestibular. O Colégio Estadual tinha classe de cinquenta alunos, quarenta, trinta e oito passavam no vestibular de primeira. Você olha por aí quantos alunos já, já... num era aqui não, era em João Pessoa. Então o Estadual formava alunos de qualidade. (som de voz externa). E hoje em escola particular quantos alunos, quantos vestibular o caba num faz? Então, nesse (som de voz externa) o Estadual levava o aluno de segundo grau a ir pra João Pessoa, e tirou um bocado de gente também, né? Mas muitos voltaram formados, médicos. Mas o Estadual foi a base de muitos médicos, bons médicos, bons professores, porque o curso daqui era muito bom. Passar no vestibular e retornar como profissionais. Foi muito importante naquele tempo. Hoje caiu muito o nível

⁴⁵ Do “Alho” ou “Ai”, Por conta de um apelido herdado por membros de uma família provinda de São José de Piranhas - PB, já que os mesmo vendiam cabeças de alho na feira livre de Cajazeiras.

⁴⁶ Jatobá era o antigo nome da atual cidade de São José de Piranhas, no sertão da Paraíba.

de vestibular, num foi só do Estadual, muitos colégios. [...] [Aquele espaço físico que hoje está lá instalado, no caso, em sessenta e nove, a senhora lembra que existia muitas casas naquele espaço?] [...] Nada. [...] Ali só tinha o colégio no meio do mato, terra, num tinha nada, só tinha o colégio, aí com o tempo foi construindo, né? (Áudio não compreensível). [...] [A senhora acha que, por exemplo, com a criação daquele colégio, é, de alguma forma possibilitou a formação do núcleo ali próximo?] [...] Claro. Os bairros vizinhos... eu só não gostava que dos bares ali perto, porque os alunos gostavam de beber cana, chegou a ser proibido, mas casas criaram muitas. Ali tinha um “vilim” de lado ali (espécie de terreno baldio com capim usado geralmente como pequeno campo de futebol), do Açude Grande, que era só mato. Era até perigoso, não tinha iluminação, só andava de grupo, as meninas. Era só mato (áudio não compreensível).

Em sua fala o professor Francinaldo de Souza Bandeira expõe um trecho em que ele também exalta a importância daquele educandário para o município de Cajazeiras e a vasta região, e a participação do colégio na urbanização daquele setor da cidade.

O colégio em si foi muito importante para a cidade. O Colégio Estadual. Porque foi uma instituição que chegou na cidade, né? Teve uma vida, mexeu com a cidade, o colégio participava dos eventos da cidade, por exemplo, 22 de Agosto, 7 de Setembro. Eu me lembro, por exemplo, que, os desfiles do 7 de Setembro, havia diretor que obrigava os alunos a desfilar no 7 de Setembro. Então foi assim que o colégio se encaixava institucionalmente na vida da cidade. Ele tinha essa participação assim como os outros colégios como o Diocesano e o Colégio das Irmãs Dorotéias. [...] Quando o colégio foi criado, aquela avenida era (breve pausa) [...] quando o colégio foi criado [sei], então a avenida não era nem sequer calçada. Depois, já, se eu não me engano, na administração do prefeito, aí sim, me parece foi, Chico Rolim, que calçou a avenida, né? Não me lembro bem. Depois no governo de Chico Rolim, no final da década de setenta (do século XX)... final da década de setenta... que... a avenida foi asfaltada. [...] Mas ali não tinha aquela, aquele núcleo populacional. Aquela Rua Santo Antônio existia já devido aquela saída para o Remédio (bairro). Aquela saída para o Remédio era praticamente desabitada. Havia a avenida, mas não havia aquele... aquele... como é que se diz... aquele enorme número de construções que havia ali pós Colégio Estadual. [...] O colégio contribuiu. Até porque a pavimentação da avenida foi em função do início do colégio. E ali era uma área, ainda é, uma saída da cidade. Uma importante saída da cidade com destino ao Estado do Ceará. Porque naquela época o Bairro dos Remédios era isolado.

Sobre o comportamento dos alunos, a política disciplinar, enfim, o ambiente escolar propriamente dito, principalmente com relação a outros colégios renomados do município, Antônio Vituriano de Abreu nos reporta o seguinte:

Olha, eu vou falar certo em relação ao Colégio Comerc... Colégio Estadual [do Estadual] porque estamos falando dele. O Estadual já foi uma marca um pouquinho diferente daquela que eu trazia do Diocesano, que lá era um regime muito fechado, Padre Vicente era durão. A gente aprendia ou aprendia. O Estadual já foi mais aberto. Mas assim, era um aberto que cobrava-se. Um aberto que tínhamos provas. Era um aberto que nós

poderíamos discutir com o professor, inclusive tínhamos encontro fora de aula. Quirino marcava encontros nos domingos, tinha os chamados grêmios, os presidentes de classe, certo? Tinha discussões é... com pessoas da cidade, e em relação ao professor tinha bons professores que exigiam, mas tinha aquela abertura dos que chamava Educação Moral e Cívica, num é? Tínhamos os debates, por exemplo, no plenário daquele palcozinho do Colégio Estadual, que era o espaço de fazer é... encontros que, inclusive nos levavam, por exemplo, bandas para tocar, havia o som... [...] Gincanas... tinha tudo isso. Então foi uma... um início de uma nova fase. Eu acho que o Estadual colaborou muito com a nova fase para Cajazeiras porque foi de abertura. Foi o colégio que jogou lá dentro é... “picolezeiro”, filho de agricultor pobre, filho de chapeado, velho que não tinha mais como ir pra nem... enfim, começou a estudar como não imaginava estudar como por exemplo o professor Miguel. O Miguel Luis que veio da Vaca Morta⁴⁷ depois que ficou viúvo, já velho, cabelo branco, foi começar a estudar...

Com isso o deputado Antônio Vituriano deixa claro que o Estadual vinha cumprindo com o seu papel ao levar educação de nível médio gratuito a classe carente da cidade de Cajazeiras. Mas esse ganho não ficou restrito somente ao município paraibano, pois pessoas de outras regiões foram beneficiadas com a implantação dessa casa de educação que tantas pessoas passaram.

Ele também demonstra em sua fala que o colégio passava uma ideia de lugar dotado de maior liberdade de comunicação entre os alunos e os professores, mas sem deixar de lado a cobrança correspondente ao ensino-aprendizado, diferente da linguagem educacional e a postura hierárquico-disciplinar exigida pelo Diocesano, colégio da rede privada de ensino. Certamente dos debates que os alunos participavam no Estadual, o próprio Vituriano dá a entender que carregou consigo grande parte das mensagens recebidas, utilizando-as na sua postura hoje de homem público e político local.

O Colégio Estadual também serviu como um lugar de integração, pois, conforme o entrevistado, pessoas de diferentes faixas etárias, inclusive já próximas da velhice buscaram a referida instituição de ensino para aprimorarem seus conhecimentos ou até mesmo receber novas instruções condizentes ao processo de formação escolar e intelectual.

Por sua vez a professora Maria Aldineide expõe suas memórias acerca do trabalho docente, da política disciplinar e da postura dos alunos com relação ao ensino-aprendizado, desta forma:

Eis a questão (risos). Como eu fui aluna e estudei e ensinei, e enfrentei muitos anos duas escolas (Estadual e Diocesano), aí minha coragem de passar tantos anos foi essa. Hoje a queda... o colégio caiu muito. Num foi o

⁴⁷ Aqui o entrevistado não menciona, nem é indagado se o Sítio Vaca Morta o qual ele se refere é o que fica localizado na zona rural do município de Cajazeiras - PB, já que existem inúmeros sítios na Paraíba e nos estados circunvizinhos com essa mesma nomenclatura.

Estadual. Todos, né? São todos, certo? Porque o Estadual quando começou, durante Monsenhor Vicente Freitas era uma organização perfeita. O povo tinha medo, claro. A gente tinha medo. Que hoje o povo diz: não quero ter medo, tem respeito. Mas, o Padre Vicente, para cê ter idéia, ninguém colocava o pé na parede. Se colocasse um pé, ficasse em pé com um pé na parede pagava uma taxa. Ninguém sentava em cima de uma carteira. Ninguém era doido de escrever um nome na parede, entendeu? Porque tudo era castigo. E quem era que queria ser expulso do Colégio Estadual? Ia pra onde? (áudio incompreensível) [...] Índio foi expulso por indisciplina... [Pintor? Índio Pintor?⁴⁸] [...] Não. Índio outro. Ele foi expulso e Padre Vicente exigiu que ele fosse excluído de todas as escolas da Paraíba durante dois anos. Hoje em dia um aluno é expulso do turno da manhã, vai pra de tarde, vai (expulso) de tarde, vai pra de noite, vai (expulso) de noite, vai encher o saco em outra escola. O aluno quando não quer nada, ele não quer nada. Padre Vicente era ignorante? Era. Mas nas unhas dele muita gente se deu bem. Porque quem quer... eu não precisava de castigo, porque eu nunca fui pro colégio pra riscar parede, pra riscar carteira. Então era um colégio limpo, tudo arrumado, carteira. Se faltasse energia ninguém ia embora, não, meu filho. Ele (Padre Vicente) comprava um monte de lampião e botava no pátio. Naquele tempo faltava muita energia. Então podia passar uma aula todinha, todo mundo no escuro no pátio, só com um lampião até chegar energia. Quando chegava energia ia todo mundo pras suas salas. Ninguém ficava gritando nem jogando carteira pra cima, não. A escola tinha organização, professor ensinava os cinquenta minutos, que eram quarenta horas semanais. Era quarenta horas. Agora não desse de conta não. E o aluno aprendia, porque ele vinha pra escola pra estudar. Tinham classes lotadas, cinquenta alunos, e num cabia onde houvesse uma carteira onde entrar mais. Num tinha necessidade de professor ta dando bofete em birô gritando com aluno, não. Viu? Era diferente demais. (áudio incompreensível) [...] com o tempo você vai notando, como essas questões de televisão, de celular, de internet, onde o aluno se acha que tem muita razão, num tem. Porque se eu vou pra uma escola estudar, é pra estudar, num é pra ficar com o celular na carteira. Organização tinha, e o aluno também queria. Era uma necessidade você aprender um curso naquele tempo, de você terminar o segundo grau. Segundo grau naquele tempo era o curso de Medicina hoje. Hoje se você tiver num curso superior num terminou ainda. Tem Mestrado, Doutorado e num importa se tem mais no meio, você tem que fazer. Naquele tempo o segundo grau era um curso importante, né?

É percebido nesse longo trecho, que a professora fala com certo saudosismo da época em que o colégio adotava uma postura disciplinar, que segundo ela, era rígida e eficaz, principalmente quando ele era dirigido por um membro da Diocese de Cajazeiras, já que a Igreja Católica mantinha muito prestígio e demonstrava muito poder influente perante a sociedade local.

Por Aldineide ter lecionado até certo tempo da primeira década do século XXI, com grandes transformações nas tecnologias, principalmente no que diz respeito a computação e

⁴⁸ Aqui indagamos se o Índio que ela fala é o famoso pintor de faixas, leiteiros e personagem folclórico dos carnavais da cidade de Cajazeiras, onde sai todo ano fantasiado de índio, com direito a cocar, plumas, pinturas corporais, arco e flecha. Já foi homenageado em uma marchinha de frevo intitulada “O índio é de Cajazeiras”. Fonte: <<http://ac2brasil.blogspot.com.br/>> Acesso em 12 de maio de 2014.

telefonia móveis, igualmente com o aumento do número de pessoas com acesso à internet, a docente mostra um pouco de inconformismo e decepção com a atual situação educacional que, não só o Estadual, mas outras instituições de ensino público e privado passam, pois segundo ela, houve uma perda de respeito referente ao trabalho do profissional da educação, causado por uma série de fatores internos e externos, no que se refere à administração e planejamento familiar, nos rearranjos político-educacionais e numa espécie de liberdade exacerbada vivenciada entre os estudantes.

Já de acordo com Francinaldo Bandeira, em sua época como estudante, as políticas disciplinares daquele referido estabelecimento, tipo, como os alunos se comportavam, se havia comprometimento por parte dos alunos e dos docentes, a postura administrativa e funcional e a questão do ensino-aprendizagem, funcionavam da seguinte forma:

A disciplina quando a gente era estudante havia assim, em todo estabelecimento de ensino existem aquela chamada minoria que se destaca, né? Que se trabalha etc. Havia uma massificação. A chegada do colégio foi um processo de massificação pelo Brasil, ou seja, os segmentos populares começaram a entrar nas escolas e com o Colégio Estadual não foi diferente, só que no caso específico do Colégio Estadual, que era uma coisa nova na cidade e para lá tava indo professores da cidade e do sertão, e como a cidade tinha dois colégios religiosos da igreja, então na parte da chamada classe média, que nós chamamos hoje de classe média baixa, foi para o Colégio Estadual. Então já era um ensino de massificação de ensino. Segmentos menos aquinhoados já começavam a entrar no colégio. [...] O professor tinha... eram comprometidos os professores. Naquela época já se dizia que o Estado pagava bem, né? Que o Estado pagava melhor do que hoje, relativamente, né? Você tinha pessoas notórias da cidade que davam aula lá. Por exemplo, eu me lembro que Cajazeiras tinha um promotor que dava aula no colégio. [...] Inclusive esse promotor foi meu professor. Eu não me lembro da disciplina que ele dava. Né? [...] Ninguém pode afirmar taxativamente se o conjunto era mais comprometido do que hoje. Havia pessoas que estudavam, né? E tinham interesse, né? inclusive eu tenho um irmão médico hoje que estudou lá, década de sessenta, início da década de setenta, que estudou lá, era um bom aluno, e naquela época fez vestibular pra Medicina, passando da primeira vez. Então havia, né, certo número de aluno que se destacavam. Ninguém pode dizer que todos os alunos, assim como ninguém pode dizer hoje que todos os alunos eram altamente aplicados.

Segundo as palavras do professor, a implantação do Colégio Estadual fez com que pessoas da classe média local migrassem para lá em busca da educação oferecida por aquele estabelecimento de ensino. Para ele, a questão do comprometimento dos alunos era algo subjetivo, pois o material educacional era disponibilizado (professor, quadro, giz etc.), restando aos estudantes o esforço para conseguir atingir os objetivos.

Diferenciando as épocas, e como efeito de comparação, podemos dizer que a professora Aldineide foi aluna do Estadual ainda quando o mesmo era comandado por um

membro da Igreja Católica (o Padre Vicente), cuja influência prevalecia com maior ênfase em todas as camadas sociais locais. Certamente as noções de disciplinas eclesiásticas foram adotadas durante a gestão de Padre Vicente, e isso interferiu na política disciplinar do colégio. Já o professor Francinaldo estudou na instituição entre o final dos anos 70 e início dos oitenta, entre a saída do sacerdote e a entrada de dois membros civis da sociedade cajazeirense: o professor José de Jesus Moreira (1977-1979) e o professor José Francisco de Abreu (1979-1985). Provavelmente nessa troca houve uma ruptura no que condiz ao projeto pedagógico e disciplinar.

Quando questionados se havia algum tipo de exame de admissão ou processo seletivo para frequentar o ensino de primeiro e segundo graus no Colégio Estadual, o deputado Vituriano e a professora Maria Aldineide usam discursos diferentes:

De jeito nenhum. Você quanto... quantos mais alunos chegassem abriria novas... novas classes. O governo do estado dizia, Ernani Sátyro, primeiro foi João Agripino, depois foi Ernani Sátyro, e a ordem era o seguinte: chegou, matricule-se. Se não der, abre outra classe. É..., se não der pode fazer filial, abertura de novas... (VITURIANO, 2014)

Nos trechos iniciais da conversa, podemos perceber que, diferente do diálogo elencado pelo deputado Antônio Vituriano de Abreu, que afirmava não existir o teste de admissão no período que cursou o científico no Estadual, a professora Aldineide nos revela que precisou, assim como seus irmãos e amigos, se submeter ao teste de admissão, considerado obrigatório para cursar o segundo grau no Colégio Estadual de Cajazeiras:

[...] comecei a estudar a quinta série e fui até o exame de admissão. Naquela época tinha exame de admissão. Em sessenta e oito. Aí fiz de quinta até o terceiro ano. Terminei o terceiro ano e já estava ensinando Educação Física. Padre Vicente teve uma precisão de professor de Educação Física, e eu como corria muito, pulava, o padre me chamava de a “cabrita”. “Ela corre como uma cabra”. Então Padre Vicente me chamou para dar três meses de aula de Educação Física. Aí no ano seguinte já terminei Educação Física. Em setenta e seis, eu já comecei pro tempore, aí fiquei né, só contrato, contrato, aí eu passei, fiz vestibular em setenta e seis, passei e continuei Educação Física. Então com três anos eu fazia já segundo período de Estudos Sociais, que eu fiz Estudos Sociais, depois que eu fiz História Plena. Aí, foi o tempo que Abreu era diretor, aí eu entrei pra História, em setenta e oito, né? Cursei e entrei pra ensinar História. Passei até trinta e cinco anos no Estadual (ALDINEIDE, 2014).

Por serem lembranças individuais, conforme o período em que passaram pelo referido colégio cajazeirense, provavelmente houve um momento em que ocorreu mudanças nos processos de admissão do colégio, ou que o mesmo não tenha sido aplicado na época de

Vituriano. É necessário mencionar que exames de admissão eram comuns nas escolas durante esse período. Esses exames eram realizados porque a procura por vagas era bem maior que a oferta de cadeiras disponíveis.

Também é importante frisar que os depoimentos dos entrevistados falam por si, através de suas memórias, obedecendo aos limites, pois é muito comum confundirmos lembranças do passado com o passar do tempo, e que os relatos tratam de pontos de vista diferentes, sem que seja necessário desmerecer a fala de um ou evidenciar a do outro.

Por ser o primeiro colégio público dotado de ensino de primeiro e segundo graus do município de Cajazeiras, fez-se necessário perguntar aos entrevistados sobre os investimentos do Governo Estadual naquela casa de ensino, e se o colégio já nasceu com força suficiente para competir com outros colégios já existentes.

Vituriano de Abreu nos apresentou o seguinte posicionamento:

Quando ele (o Estadual) começou, ele começou muito mais forte do que os (colégios) particulares. Tinha gente que saia de lá para voltar pro particular, senão não passava de ano. Então era... [era o conteúdo que era difícil?]. O conteúdo era passado com vontade e não tinha acordo, não. Apesar dos particulares ir na cabeça do povo que exigia mais, mas pelo contrário, é um período que, para se salvar, teve gente que saiu dele (Colégio Estadual) para ir para o Diocesano. [...] Na verdade, antigamente, no nosso tempo, os colégios públicos eram mais difíceis. Embora fosse, assim, fácil para você entrar, mas era mais difícil passar. O professor tinha uma orientação da Secretaria de Educação do Estado de que deveria “arrochar” o aluno. Hoje não. A modernidade levou a uma série de coisas, que a gente começa a ver nas famílias. Hoje o pai não manda mais nos filhos, em decorrência dessa nova filosofia de vida. O pai já não manda. O filho é pra ser orientado pelo... pelos promotores, e assim vamos evoluindo. Num ta correto. Na minha visão, não, que a autonomia do pai foi de água a baixo. A mesma situação. Nós chegamos naquela obrigação do Estado divulgar o índice baixo de analfabetismo, e para que isso possa acontecer, o Estado tem que dar... mandar passar que saiba, que não saiba. Então isso foi alterando ao ponto de hoje você ver que nós temos um ensino é... na área pública defasado, já na área privada está se tornando mais difícil. [...] Havia por parte do governo uma autonomia dada ao diretor. O diretor fazia aquelas reformas, as limpezas, as aquisições de fardamentos, mas os fardamentos era os alunos quem comprava. Os livros também era os alunos que comprava. Mas o governo dava a estrutura que o administrador fosse pedindo. Então, nessa questão de transporte, não. Transporte nunca existiu. Transporte é coisa de mundo muito moderno. [...] No nosso tempo nem merenda nós não conhecíamos. [...] Hoje já tem merenda, tem livro, tem farda, tem até bolsa pro caba estudar, né? Mudou muito (risos).

Esse relato demonstra o quão promissor foi o Colégio Estadual de Cajazeiras, durante suas primeiras décadas de funcionamento, e o quanto o cenário educacional de nossas casas públicas de ensino vieram mudando com o passar do tempo, de acordo com os interesses

políticos de cada época. Outro fator relacionado foi a mudança no comportamento das crianças e adolescentes com relação à obediência com os pais, segundo o ponto de vista do próprio entrevistado, o que acabou refletindo no interior das escolas.

Quando solicitamos uma comparação entre duas instituições de ensino que a professora Aldineide lecionou (o Colégio Estadual e o Diocesano), ela aponta que:

Não, na época, na época, não, eu ensinava só no Estadual na época, né? Depois que eu fui pro Diocesano, depois de oitenta. [...] Mas a gente via diferença mais assim, em grupo de estudantes, que a elite, a nata cajazeirense preferia particular, que tinha jogos, tinha sala toda chique e coisa e tal, né? A questão só de postura, de pose, porque o Estadual (áudio incompreensível) [...] muita gente terminou o curso no Estadual. O Nossa Senhora de Lourdes era questão de elite. [Mas na qualidade do ensino é...] [...] Não. É tanto que eu vou dizer a você que eu ensinei no Diocesano depois de setenta e oitenta e a mesma apostila que eu tirava xerox no Diocesano eu fazia no Estadual. Mesma prova, mesmo curso.

Ela ainda deixa claro que tratava os alunos de forma igual, e o que os diferenciava na postura estudantil e no processo de ensino-aprendizagem era a vontade e a dedicação individual de cada um, dando maior ênfase ao aluno de baixo poder aquisitivo. “Eu não tinha escola, eu tinha alunos diferentes. Tem o mais carente que era melhor, eu gostava muito de ensinar” (ALDINEIDE, 2014).

Em termos de infraestrutura e apoio governamental, é possível notar em sua recordação, assim como Vituriano de Abreu havia mencionado, as dificuldades que era estudar e ensinar numa escola pública como o Colégio Estadual.

Olha, quando eu estudava no começo não tinha nada disso. O meu tempo que eu estudei e quando eu comecei a ensinar, o povo estudava, num davam esse negócio de farda nem livro... só o giz, né, que era necessário, e o papel higiênico, mas, o aluno se esforçava pra ter material. Você vê que nem merenda tinha. Cê vê que o aluno hoje tem tudo. Tem farda, tem merenda, tem lápis, o caderno, o livro, recebe, tem uns cursos ainda pagando e o aluno ainda num quer nada. Na época, não. Padre Vicente obrigava a pessoa ir de farda, hoje num pode. Que lei é essa? É farda! Papai tinha cinco filhos, cada um tinha sua camisa a calça e um Conga (marca de calçado). Um Conga! Entendeu? Eu não ia sem farda. Hoje, não. Num pode exigir farda porque o bichinho é pobre. Num existe isso, não. O governo não dava assistência nessa questão. Nem material didático ao aluno. Muito fraca a biblioteca, né? Mas dava o professor. E sobre o salário, num era que se pagasse bem, mas na época de Burity e Wilson Braga (ex-governadores do Estado da Paraíba), o professor do Estado, se for comparar com os de hoje, era melhor, pois quase todo professor meu tinha um carro, né? E hoje é difícil você ter um carro só sendo do estadual. É que comparada a época o salário não era tão ruim, mas num era tão bom, não. Que eu passei trinta e quatro anos e assisti trinta e quatro greves. Participei de todas as trinta e quatro, né?

Mais uma vez a professora expõe diferenças de comportamento, de ensino e de infraestrutura disponíveis entre a atualidade e o período em que ela estudou e lecionou no Colégio Estadual, reforçando por último que todos os anos houve greves, um direito importante ao trabalhador assegurado pela Constituição Federal, mas que acabava prejudicando o calendário escolar, pois era necessário repor os dias em que as escolas permaneciam sem atividades.

O professor Francinaldo, ao comparar o Estadual com outros centros educacionais particulares de sua época, remete que,

[...] quando o Colégio Estadual surgiu, que o colégio começou a crescer, aumentar o número de alunos, e quando a cidade recebeu a importância do colégio, o colégio ganhou uma dimensão maior e muitas pessoas da chamada classe média de Cajazeiras foi estudar no Colégio Estadual.

Esse depoimento nos revela que, o Colégio Estadual se acentuou como referência de ensino no município, pois até mesmo pessoas da classe média⁴⁹ passaram a disputar vagas naquele educandário com alunos de renda inferior.

Ao serem indagados sobre o relacionamento do Colégio Estadual e os governos militares da ditadura, se houve avanços ou retrocessos, como se portavam os professores diante dessa fase da história do Brasil, quais investimentos os militares fizeram para a instituição etc., Vituriano e Francinaldo assim proferiram:

[...] ela (ditadura militar) acompanhava a educação, ela acompanhava o conteúdo, ela dizia o que era pra ensinar, ela cortava do professor aquilo que o professor poderia por sua própria conta, ela temia que o professor ensinasse alguma coisa diferente do regime para não surgir movimentos. Então, isso aí foi prejudicial. Mas, teve os atos bons, eu to falando, cê ta entendendo, to falando em paralelo, digo o que ela prestou e o que ela não prestou, o que ela colaborou e o que ela não colaborou. Que ela não colaborou com a liberdade lógico que ela foi maléfica, mas que ela colaborou com quem queria andar corretamente com a vida, ela foi benéfica [...] (VITURIANO, 2014).

A área educação no Brasil a partir do golpe de sessenta e quatro, ela foi toda modificada para atender os interesses, né, do projeto educacional da ditadura militar. Foi a “americanização” da cultura brasileira e a “americanização” do ensino. A ditadura instituiu duas disciplinas, né, na época, que era a chamada Educação Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política Brasileira).

⁴⁹ Ao longo dos anos, aprendemos a tratar a classe média como detentora de um poder aquisitivo e um padrão de vida e consumo razoáveis. Assim, podemos concluir que a classe média tanto consegue se manter suprindo as suas necessidades básicas de sobrevivência, quanto as necessidades não tão básicas, como lazer e cultura. A noção de classe média varia de país para país, de acordo com o desenvolvimento econômico, logo existem muitas classes médias diferentes (médio-alta e médio-baixa). É composta geralmente por pequenos proprietários, servidores públicos federais, graduados e executivos de pequenas empresas. GOMES, Cristiano. **Classes Sociais**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/classes-sociais/>> Acesso em: 18/11/2014.

Então essas disciplinas tinham como função política, né, no sentido moralizante, né, no sentido disciplinador, louvar os feitos da ditadura militar. Ou seja, eram disciplinas é... que eles lecionavam e implantavam uma espécie de civismo, ou seja, de louvor ao Estado, em louvor a cultura, a chamada cultura nacional. Educação Moral e Cívica e OSPB, né? E essas duas disciplinas existiam no velho primeiro grau e no segundo grau (FRANCINALDO, 2014).

Quanto ao risco de fechamento do Colégio Estadual Professor Crispim Coelho por alguma falta de assistência do governo, dos órgãos competentes ou outro motivo de força maior, Vituriano de Abreu revelou que:

Eu me recordo o dia que ele foi criado. Ele foi criado num dia, eu num sei se foi um dia de semana, foi dia de domingo, na revolução de sessenta e... aliás no período de 1964, quando o Pedro Gondim (governador) veio pra cá que era a semana do centenário (do município de Cajazeiras). Ele já existia mais, como dizer assim, por ideias, né? Estadualizado mesmo como chamado Colégio Estadual ele foi criado em sessenta e quatro, por Pedro Gondim, ele disse que estava criado lá no Círculo Operário. A gente tava em festa lá quando ele chegou e disse: “A partir de hoje Cajazeiras tem seu colégio estadual”. E dali ele foi sendo implantado em grupos escolares, e ele começou logo ali na Praça do Espinho, naquele colégio ali, não sei se é Monsenhor... [É... Dom Moisés Coelho]. [...] Dom Moisés Coelho. Pronto, ficou ali, depois foi transferido lá para o outro que só foi construído por João Agripino. Pois bem, este colégio, ele sofreu alguma temporada de dificuldade, inclusive aquilo que eu disse no começo. No início tinha professor que dava aula de graça pra poder ele... ele conservar. [...] eu acho que aqui teve no começo um ou dois anos, professores que dava aula de graça, e eram todos pessoas de alto nível. Apenas para não deixar o colégio... deixar de funcionar. E João Agripino tinha uma amizade muito diferente com Zé Araruna e usava muita coisa que Zé Araruna pedia. Portanto, se ele teve crises para parar de funcionar, eu não conheço. Teve dificuldade para andar ligeiramente porque é natural. Mas ele sempre teve essa desenvoltura. João Agripino foi um governo muito bom, muito amigo de Cajazeiras. Ele botou lá monsenhor Abdon para dirigir. Monsenhor Abdon tinha muita força com o governo. Ele era inspetor geral de educação aqui em Cajazeiras e na região, por isso que tinha muito prestígio, e o colégio andava bem. Lógico que pra época andava bem, mas se fosse pra hoje num teria como, pois hoje o povo exige mais, sabe como é? Mas ele andou eu acho... eu desconheço crise.

O deputado explica que, apesar do colégio passar por dificuldades, onde ele cita que até mesmo professores atuavam de graça, tanto para que aquela casa educacional funcionasse, quanto para usar como uma espécie de currículo desconhece qualquer crise maior que poderia ter levado o Estadual a encerrar suas atividades. Ele ainda traz à tona a sua lembrança do dia em que o Colégio foi prometido pelo governador Pedro Gondim, em um discurso promovido nos salões do Círculo Operário de Cajazeiras, e quando passou a funcionar em outros ambientes de forma provisória, até a construção de sua sede, onde funciona até hoje.

Já a professora Aldineide nos revela que:

Não. O Estadual não. Agora caiu muito. Porque a direção, depois de Padre Vicente, veio Quirino. Então Quirino foi muito bom também. Porque, depois de Padre Vicente, aí veio Quirino. Depois de Quirino, aí veio Abreu. Foi no tempo de Abreu que eu assumi a Cadeira de História. Que eu passei pra Educação Física⁵⁰, entende?

O que leva a entender que o colégio não passou por um risco iminente de parar de funcionar, mas que a qualidade de ensino caiu muito, segundo o depoimento da professora.

Quando perguntado a Vituriano de Abreu como era a postura docente no Colégio Estadual, durante o período em que ele estudou lá, se os professores (por serem contratados e não concursados) tinham autonomia em determinados momentos para lecionar o que achavam necessário, ou se o conteúdo já vinha elaborado pela Secretaria de Educação do Estado à época, pronto para ser colocado em prática, o deputado assim procede:

Não, o conteúdo era programado pela Secretaria (de Educação) do Estado, né? No caso todo... toda aula que chegaria para a classe... já teria o programa... o conteúdo vinha da Secretaria da Educação do Estado, e o diretor repassaria como era o conteúdo, quais seriam os livros adotados e daí os professores se empenharia a seu critério, mas acompanhado, avaliado.

Sobre o material necessário para a condução das aulas no colégio, o professor Francinaldo lembra que:

Suporte de material didático era relativo à realidade daquele momento, né? Já tinha a quadra de esporte, material didático que elas aplicavam lá, naquela época era inimaginável ter esse aparato tecnológico que as escolas têm hoje. Você tinha o giz, o quadro negro, o giz e o professor lá ministrando suas aulas, né? Tinha indicação de alguns textos que os alunos gostavam de chamar de apostila, como ainda hoje chamam, era essa... era esse o material.

Quanto aos livros didáticos disponibilizados e o direito ao acesso dos estudantes do Colégio Estadual, Francinaldo Bandeira disse que:

[...] Tinha livro didático. Até porque na época da ditadura militar até... a ditadura militar indicava livros didáticos. O Governo Federal jogava os livros didáticos, né? Para aqui não era grátis. Só podia comprar quem tivesse condições. Os livros indicados, né? Eu me lembro muito bem quando estudava lá, quando estava na primeira fase, tinha um livro de História que o

⁵⁰ Antes de lecionar a disciplina de História a docente Maria Aldineideda Silva havia lecionado Educação Física no Colégio Estadual e tinha começado a cursar Estudos Sociais durante esse período. Só posteriormente, ao concluir o Curso de Licenciatura Plena em História, passou a figurar como professora titular dessa disciplina no Colégio Estadual de Cajazeiras. Na década de 1980 foi admitida no conceituado Colégio Diocesano Padre Rolim, tornando-se professora de História titular em ambas as instituições de ensino do município.

autor era chamado Jullierne, que era um livro de História que era como se fosse uma revista de quadrinhos. Esse era o livro indicado, mas nem todos os alunos, uma minoria conseguia comprar. [...] Na realidade o professor chegava na sala de aula e ficava copiando a matéria. Que a imensa maioria dos alunos não tinha livro. O professor passava um tempão copiando a matéria no quadro.

A professora Aldineide, no trecho a seguir, comenta sobre uma espécie de divisão social existente à época entre os alunos que cursavam os colégios particulares tidos como de elite da cidade, como o Diocesano e Nossa Senhora de Lourdes, e o Colégio Estadual. Inclusive com a existência de uma disputa entre alunos dos diferentes centros educacionais, que eram observados de forma mais acentuada nas vestes, no material utilizado e no comportamento nos jogos escolares que as referidas instituições participavam.

Conforme Aldineide:

Assim. Não tem jeito pra num ter. Porque os nossos alunos quando passava por elas (alunas do Nossa Senhora de Lourdes), com aquelas saias lindas das Dorotéias, que era assim, uma rixa grande, a gente ficava até bonito, uma blusa de seda, aí elas: olha, olha as donzelas do Estadual, parece uma gandaia o Estadual. E nos jogos, achei uma vez interessante, teve uma vez jogos da cidade, aí convocaram doze escolas. Aí tinha Diocesano, Nossa Senhora de Lourdes, Estadual, e a gente coitado, do Estadual, tudo improvisou um shortinho preto com azul, e elas (o alunado das escolas particulares) tudo bacana, de terno bonito, voleibol, tudo. E na AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) lotada. Nossa Senhora de Lourdes com aqueles detalhes, todos bonitos, né, aqueles. E nós do Estadual até colher pra brincar, lata de doce com umas pedrinhas batendo, com pau. Com lata de doce batendo no chão pra fazer zoadá. Então eles dum lado e nós de outro. Então você notava claramente a roupa da gente, do clube, delas e do modo de torcer, entendeu? Porque elas lá tudo chique, sofisticado, coisa de rico. A gente lá com lata “véia” na mão, batendo lá com... [...] E eu jogava. Nesse tempo eu jogava. Foi antes de oitenta, em sessenta e oito a setenta e um, aí a gente foi jogar lá na AABB, quando terminou a gente “metemo a peia”, foi o primeiro time, o Nossa Senhora de Lourdes no handebol.

Quando perguntada sobre a organização dos jogos, se pelo município ou pelo Estado, a mesma não soube responder, ela apenas recorda a efervescência dos jogos no calor das disputas entre a elite e os de baixa renda, e os insultos direcionados aos alunos provenientes da escola pública. Acerca disso, ela comenta “eu num sei quem organizou, sei que foram todas as escolas de Cajazeiras, e quando terminou nós ganhamos em primeiro a “briga”, e jogaram lata lá, aí foi e disse: “Foi a ‘mundiça’ do Estadual, foi a ‘mundiça’ do Estadual que fez isso”.

Ao final de cada entrevista foi deixado um espaço para que cada participante encerrasse suas falas.

Antonio Vituriano de Abreu disse:

Eu que agradeço a você ter me feito pensar, porque eu to com a cabeça meio guardada o raciocínio, mas, como eu to descrevendo aquilo que eu vi e participei, você não se esquece. É uma coisa que eu preservo na minha vida que é só dizer a verdade, porque se você só fala a verdade não há perigo de você errar, não há perigo de você esquecer. É aquilo que eu sempre digo nas minhas entrevistas, quem mente esquece. Então, quem viu e participou, ele não se esquece porque é um fato. Dos fatos não esquece. Agora você se esquece das palavras que você criou para se sair por algum... algum aperto. Por isso eu lhe agradeço por ter me dado essa chance e repassar para a sua monografia, né? Uma história que eu vivi, uma história que eu posso lhe dizer...

Em suas palavras finais, Vituriano recorda a importância de registrar os acontecimentos que deles fez parte, e que suas palavras possam permanecer guardadas, de acordo com o que sua memória pode revelar acerca da importância histórica que teve e que tem o Colégio Estadual Professor Crispim Coelho para Cajazeiras e todo o seu entorno.

A professora Maria Aldineide da Silva se despediu da entrevista agradecendo a oportunidade, reafirmando que não se arrepende de ter sido professora e que o maior prêmio que ela carrega até hoje do período em que foi aluna e docente foram as amizades, que ela cativou nessa época, tanto de ex-colegas de trabalho quanto de ex-alunos. “Eu estudei de quinta ao terceiro ano, foram oito anos, e mais trinta e quatro anos de estudo... de ensino. Trinta e quatro com oito meu filho, quarenta e dois, né? Eita menino, foi uma vida”.

A docente demonstra o quão foi prazeroso ter feito parte do Colégio Estadual, tanto como aluna quanto como professora titular da disciplina de História, onde ajudou a escrever a historiografia daquele educandário que tantas personalidades locais fizeram parte em tempos outros.

O professor Francinaldo de Souza Bandeira preferiu finalizar a entrevista com um simples “até mais”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar o discurso daqueles que fizeram parte do cotidiano do Colégio Estadual de Cajazeiras, ficou nítido como essas experiências de vida ficaram ligados à questões históricas e culturais, que tramitam entre os espaços familiares e do trabalho, formando a base da construção de uma identidade voltada para a docência e/ou vida pública.

Com relação à construção de uma narrativa histórica através da memória dos entrevistados, das fontes e documentos consultados, foi possível perceber que o discurso desses sujeitos sobre si mesmo, apesar da individualidade, demonstra um espaço que figura entre o saudosismo e a importância de ter participado do processo educacional da instituição estadual Crispim Coelho.

Os entrevistados ao narrarem aquilo que lhes vêm à tona, selecionam através da memória o que os marcou de forma mais intensa. Desta forma, em suas práticas cotidianas, seja no lar, no trabalho ou na participação pública-política, eles usam de suas experiências adquiridas para definir o papel da educação na vida das pessoas, bem como para representar o papel imponente que uma nova casa de ensino trouxe para toda uma região, que se encontrava carente de educação.

A fundação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho, em idos de 1960, demonstra um novo olhar no que concerne ao “fazer e educar”, já que o acesso ao ensino de segundo grau durante esse período era privilégio da classe mais afortunada da região. O Estadual quebra com esse paradigma ao ofertar ensino de qualidade sem deixar a desejar, mesmo se confrontado com as duas principais casas de ensino mais tradicionais, o Colégio Diocesano e o Nossa Senhora de Lourdes.

Por estarmos inseridos em uma sociedade cheia de aparatos tecnológicos cada vez mais avançados e onde o ensino tido como básico já não representa mais os anseios do atual mercado de trabalho, pois o mesmo se reconfigura de uma maneira cada vez mais acelerada, é preciso despertarmos para o fato de que a educação é um processo contínuo, e que também deve ir se moldando de acordo com a necessidade social que o mundo moderno exige.

Com o Colégio Estadual foi assim, ele surgiu em um momento de necessidade de expansão da educação para os lugares mais remotos da Paraíba e de outros estados nordestinos.

6. REFERÊNCIAS

ALENCAR, José Gomes. **Cajazeiras e sua história**. Cajazeiras: sem editora, 2010.

BOMENY, Helena. Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950. In.: **O Brasil de JK**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950> Acessado em 11/04/2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/files/CARDOSO_Ciro_Como_elaborar_projeto_pesquisa.pdf Acessado em: 01/03/2013

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. In: **Educação – Revistas Eletrônicas**. Vol. 32, nº 2. Porto Alegre: pp. 185-191. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015> Acessado em: 08/04/2014.

DUARTE, Sebastião Moreira. **Do miolo do sertão: a história de Chico Rolim contada a Sebastião Moreira Duarte**. João Pessoa: GRAFSET, 1988.

FAÇANHA, Sabrina Carla Mateus. **História e memórias da educação popular paraibana nos anos 1960**. Disponível em: <http://catedraunescoejja.org/GT08/COM/COM011.pdf> Acesso em 08 de abril de 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEITÃO, Deusdedit. **O Educador dos Sertões: Vida e obra do Padre Inácio de Sousa Rolim**. Teresina, 1ª. Ed.: Gráfica do Estado do Piauí, 1991.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A educação paraibana da colônia a nossos dias: uma abordagem histórica**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85571999000100006&script=sci_arttext Acessado em 08/07/2014.

MONTEIRO, Sebastião. **Mestre – Escola e Cientista**. Campina Grande: Editora Gráfica Martins, 2004.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Política Educacional Brasileira**. São Paulo: CTE Editora, 2005.

PIRES, Heliodoro. **Padre Mestre Inácio Rolim: um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim**. 2ª Ed. Atualizada, com introdução e notas de Sebastião Moreira Duarte. Teresina: Gráfica Estado do Piauí, 1991.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In.: **Projeto História**, São Paulo, (15), abr. 1997, pp. 13-49.

Revista comemorativa aos 199 anos depois de emancipação política do município de Cajazeiras – PB. Uma publicação da comissão Especial do Bicentenário em Cajazeiras, 22 de agosto de 1999.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. Capítulo 03: VARIÁVEIS DE EDUCAÇÃO DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS DE 1960 a 2000. In: **Parte II – Bases de dados educacionais**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte2cap3p129a142.pdf>> Acessado em 01/10/2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, 8ª Ed.: Vozes, 1986.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Liceu Paraibano: histórias e memórias da década de 1960. In: **Liceu Paraibano, anos 60** – criação histórica, micropoder, vigilância e punição. João Pessoa: Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, 2001.

SOUZA, A. J. **Cajazeiras nas crônicas do Mestre-Escola**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1981.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, 8ª Ed.: Vozes, 1986.

ANEXOS

Transcrição da entrevista com o deputado Antônio Vituriano**Entrevistador: Francisco Adalberto Abreu Martins****Entrevistado: Antônio Vituriano de Abreu****Data da entrevista: 05/01/2014****Motivo da entrevista: o atual deputado estadual Antônio Vituriano foi um dos primeiros alunos do segundo grau no final da década de sessenta e começo da de setenta do século XX.**

Francisco Adalberto: No caso, é... a idade do senhor, a carreira escolar, profissional e política, de qual procedência cidade e região.

Antônio Vituriano: Eu já tenho sessenta e cinco anos, nasci e me criei em Cajazeiras, iniciei meus estudos ainda no Sítio Riacho do Meio, onde nasci. Completei estudando no Diocesano entre o ano de sessenta e três a sessenta e sete, em sessenta e oito eu fui fazer o curso científico em São Paulo, mas voltei em sessenta e nove onde fiz o restante no Colégio Estadual de Cajazeiras.

FA: Certo. Qual foi o ano que o senhor começou a estudar no Estadual, no caso o Crispim Coelho, e quantos anos o senhor permaneceu como aluno daquele referido colégio?

AV: Eu fiquei lá no Estadual durante o ano de sessenta e nove e setenta, fiz o primeiro e segundo científico, indo fazer o terceiro em João Pessoa no Colégio Estadual de Jaguaribe.

FA: Certo. O senhor lembra do corpo docente e da direção no período que o senhor estudou no Colégio Estadual?

AV: Sim, o diretor era Dr. Antônio Quirino de Moura, professores nós tivemos os melhores, podemos assim dizer, começamos pelo professor Padre Luis Gualberto que foi o professor de Português, tivemos ainda outros professores que marcaram lá, Dr. Iramirton foi o professor de Biologia e Emirton chegou a ser professor por alguns dias de Química, sendo substituído por Dr., é, Vicente Leite Rolim, irmão de Dr. Epitácio, o curso de Matemática foi Zenaide que deu, é... Física tinha dificuldade mais, nós tivemos três professores, um substituindo o outro, começamos por... pelo professor João Moreira, que é ex-guarda fiscal, Paulo Aleudo também andou dando algumas aulas e o professor Xavier Gualberto complementou. É... Inglês tivemos uma professora que... cujo marido veio trabalhar no Banco do Brasil, era de fora, uma professora muito boa, e assim sucessivamente nós tivemos professores é... em outras áreas

que não me recordo, mas deixaram todos as suas próprias marcas, porque nós aprendemos bem.

FA: A gente sabe que no Colégio Estadual tinha pessoas que vinham até de fora, de outras cidades, gostaria que o senhor comentasse a importância que foi a criação daquele Colégio Estadual pra essa região daqui do alto sertão da Paraíba, naquela época que foi criado.

AV: Vejamos bem, até o ano de sessenta e oito, e por isso foi que eu tive que ir pra São Paulo, não existia curso científico em Cajazeiras, a gente terminava o chamado ginásial, e agora já não é mais chamado de ginásial, e teríamos que correr pra outras regiões em busca de complementação, aí Dr. Antônio Quirino de Moura conseguiu com o governo do estado à época a implantação do Colégio... no Colégio Estadual do curso científico, e por isso mesmo foi que, teve que, ter até científico A, P...

FA: Qual foi o ano que conseguiu, o senhor lembra?

AV: Sessenta e nove.

FA: Quer dizer que iniciou lá em sessenta e nove iniciou o científico, né?

AV: Científico.

FA: Era no caso o ensino médio hoje, né?

AV: Foi sim. Aí o que acontece, por conta de existir científico em Cajazeiras à noite, não cabia alunos porque tínhamos alunos de Triunfo, alunos de São João do Rio do Peixe, alunos da cidade de Uiraúna, alunos de São José de Piranhas, é... do Ceará, e de Cajazeiras principalmente, então foi... tinha tanto alunos que eram duas classes, é... de científico, mas todas cheias que não cabia praticamente ninguém, num tinha nem espaço. Eu acho que foi a melhor coisa que nós tivemos aqui naquele ano. Foi a conquista do científico para Cajazeiras porque foi através dele que nós conseguimos trazer para Cajazeiras mais professores e muito mais alunos de fora.

FA: Vituriano, essa questão da... é... do colégio... é..., o senhor sabe informar se algumas famílias e os alunos que vinham pra cá estudar, se permaneceram, se ficaram morando aqui?

AV: Verdade. Eu conheci tão logo, ali vizinho a casa de Seu Arcajo, tínhamos uma família que veio de Triunfo, onde vieram porque os filhos precisavam ficar aqui, e ficaram morando aqui. Também vi da cidade de Uiraúna, conhecemos famílias que se instalaram em Cajazeiras em decorrência da necessidade dos filhos ficarem aqui. Por quê? Porque naquele tempo nós não tínhamos as estradas asfaltadas com facilidade, nem também tínhamos ônibus fazendo a linha. O aluno teria que vir pra cá e ficar aqui (barulho de objeto caindo) em pensionato, em casa de família, e assim era as únicas opções, ou então alugar casa, quatro, cinco, seis alunos e morar...

FA: Vinha de outros estados também, “nera” Dr. Pra cá?

AV: Também. Na Dr. Coelho, a rua que eu morava, tinha uma casa alugada e tinha alunos de vários estados. Alunos de São José de Piranhas tinha quatro moças, e traziam também lá da cidade do Barro pra morar também na mesma cidade, numa república. Era uma mistura de república com casa própria de família, porque às vezes as mães vinham e ficavam uma temporada. O estilo era esse. Foi essa que foi a marca.

FA: Sei. No caso, a gente sabemos que, naquele tempo o colégio, a questão do ensino médio foi uma marca né, para Cajazeiras. É... no caso foram várias pessoas, mas a quem mais o senhor atribui essa conquista? É... foi a população, foi os políticos, foi outro setor da sociedade? Enfim, a quem atribui essa conquista?

AV: Olha, eu acho que a marca caiu, marcou o próprio diretor, que o Dr. Quirino de Moura era uma novidade em Cajazeiras, e ele tinha uma experiência muito grande como professor, porque ele se formou em Recife, como... na condição de advogado, mas já era professor lá em Recife, e quando ele foi escolhido aqui, inclusive por acaso ele foi escolhido para ser diretor do Colégio Estadual, ele chegou com algumas novidades, e ele despertou no governo da época e mais ainda na Carmen, que era a Secretária de Educação do Estado, e essa Carmen passou a se interessar pelas ideias de Quirino, e quando ele disse pra ela que era necessário Cajazeiras ganhar o curso científico, imediatamente ela levou a questão ao governo, e o governo não pediu distância, imediatamente instituiu a criação do curso científico, e aí outros políticos se juntaram, no caso Edme Tavares, o prefeito da época que era o Dr. Epitácio, e cada um colaborou, mas que na verdade a marca “mermo” que na minha visão ficou foi do diretor (Antônio Quirino), porque o diretor teve essa ideia brilhante de que Cajazeiras não podia morrer apenas no curso ginasial e daí por diante ficar...

FA: A sociedade Dr. Vituriano, ela fazia alguma movimentação ou coisa do tipo pedindo... se organiza tipo em classe naquele tempo, já não tinha esse movimento organizado como o MAC (Movimento dos Amigos de Cajazeiras) hoje?

AV: Tem não, Cajazeiras teve assim, ela sempre teve uma marca de família. Cajazeiras tinha uns núcleos familiares que gostavam (barulho externo), mas essas ideias eram muito tímidas (barulho externo) havia no caso Bosco Barreto como deputado estad... com vontade, Bosco de ser deputado estadual, Bosco já tinha disputado é... candidaturas em outras circunstâncias, mas Bosco vivia Recife/João Pessoa/Cajazeiras e ainda não tinha sua marca, ele se marcou, se presenciou “mermo” aqui em Cajazeiras nos anos setenta, é... mas ele antes era um estudante que vinha e fazia seus discursos revolucionários, mas não empolgava porque era muito solto.

FA: Ele é de família daqui mesmo, Bosco, né?

AV: É, Bosco Barreto é filho de Cajazeiras, filho de Vicente Barreto.

FA: Aí no caso nessa época, Quirino não era político, não. Ele só fazia professor...?

AV: Ele era um estudante que terminou o curso dele. Primeiro ele tinha feito a parte religiosa, queria ser padre e desistiu, aí foi para Recife fazer o curso de Direito, e lá como prof... como aluno de Direito ele também se qualificou na condição de professor mesmo, com muita vocação pra isso. Então Quirino era na época uma pessoa mais iluminada pra nós porque trazia ideias de fora e ele tinha a coragem de levar as suas ideias para o alunado simples, para aquele menino mais pobre. Já os outros núcleo que nós tínhamos em Cajazeiras como pensantes, pensavam mas ficavam retidos retidos a quatro, cinco família, então eles queriam... eles tinham boas ideias, lógico, mas eles tinham assim, medo de repassar as ideias para as pessoas de periferia, pessoas mais simples como eu e outros alunos. Quirino não. Quirino chegou quebrando essas arestas, ele chegou indo a casa do aluno, ele chegou indo para os sítios se reunir com os pais dos alunos, pedindo para que os alunos participassem mais. Ele foi um professor diferente na época porque trouxe as ideias de Recife, as ideias de revolução. Não, ele Querino nunca foi de revolução, mas Querino (áudio incompreensível) muito mais pra criar gente nova no meio, pra gerar mais pessoas pensantes, e Cajazeiras na condição de cidade que se qualificou até hoje e ainda é, é... já tem essa destaque de “cidade que ensinou a Paraíba a ler”, era um ensinamento muito tímido. Ele (Querino) queria mais, (barulho externo) e isso foi bom pra nós, que gerou essa facilidade todinha depois.

FA: Vituriano, a questão da família Rolim, tinha algum membro, assim, que se destacou na educação nesse período que o senhor estudava? Algum membro da família?

AV: Não. O Rolim, o destaque do Rolim foi mais o destaque para o criador, né? Porque o Padre Rolim não tem outro pra você dizer que têm outros melhor, não. Agora, depois dele, os Rolim foram comuns como os outros, né? Tinha o que estudava, tinha o que se dedicava no comércio, tinha o que se dedicava na indústria, Chico Rolim se destacou como bom prefeito e como homem que trabalhou muito pela cidade, mas culturalmente pra você dizer assim é... o nome que tinha a turma Rolim na época não era do tamanho que era. As pessoas, você quase não via se destacando nem na política, nem na intelectualidade, nem na condição de professor. Tinha o normal, tinha o normal. Eu até acho que foi muito maior a divulgação do que a própria é... quantidade de pessoas que se destacava. Estudavam, tinha muito aluno...

FA: Participavam da vida da cidade, né?

AV: Participavam, participavam. Não era do tamanho que deveria ser porque era um nome muito grande.

FA: Eu sei. Aí no caso a gente tá se referindo ao ambiente propriamente escolar. É... em sua época é... como era a política disciplinar daquele referido estabelecimento educacional, tipo comportamento dos alunos, se alguns eram comprometidos, a questão dos professores também como a gente já falou, se eles tinham aquele prazer de ensinar e... e também a questão do ensino-aprendizagem, como é que funcionava os métodos de ensino naquele tempo?

AV: Olha, eu vou falar certo em relação ao Colégio Comerc... Colégio Estadual [do Estadual] porque estamos falando dele. O Estadual já foi uma marca um pouquinho diferente daquela que eu trazia do Diocesano, que lá era um regime muito fechado, Padre Vicente era durão. A gente aprendia ou aprendia. O Estadual já foi mais aberto. Mas assim, era um aberto que cobrava-se. Um aberto que tínhamos provas. Era um aberto que nós poderíamos discutir com o professor, inclusive tínhamos encontro fora de aula. Quirino marcava encontros nos domingos, tinha os chamados grêmios, os presidentes de classe, certo? Tinha discussões é... com pessoas da cidade, e em relação ao professor tinha bons professores que exigiam, mas tinha aquela abertura dos que chamava educação moral e cívica, num é? Tínhamos os debates, por exemplo, no plenário daquele palcozinho do Colégio Estadual, que era o espaço de fazer é... encontros que, inclusive nos levavam, por exemplo, bandas para tocar, havia o som...

FA: Tinha as gincanas, os jogos...

AV: Gincanas... tinha tudo isso. Então foi uma... um início de uma nova fase. Eu acho que o Estadual colaborou muito com a nova fase para Cajazeiras porque foi de abertura. Foi o colégio que jogou lá dentro é... “picolezeiro”, filho de agricultor pobre, filho de chapeado, velho que não tinha mais como ir pra nem... enfim, começou a estudar como não imaginava estudar como por exemplo o professor Miguel. O Miguel Luis que veio da Vaca Morta depois que ficou viúvo, já velho, cabelo branco, foi começar a estudar...

FA: É o irmão de Pedro Luis, é?

AV: É. Então começou a estudar desse jeito, e hoje é um cidadão formado professor em João Pessoa. Dali nasceram muitas pessoas que destacavam e tinha professores como aqui é... professor que era advogado, Zé, Zé... por exemplo, Zé Araruna, professor lá... a maioria dos advogados daqui de Cajazeiras iam dar aula à noite...

FA: Tinha seleção pra entrar?

AV: Não, era a vontade da pessoa mesmo, você dava o nome, dizia que queria, o diretor levava, apresentava ao governador e o governador nomeava. É...

FA: Não Dr., eu tô dizendo assim, a questão dos alunos pra entrar [Não!], tinha seleção, não, né?

AV: De jeito nenhum. Você quanto... quantos mais alunos chegassem abriria novas... novas classes. O governo do estado dizia, Ernani Sátyro, primeiro foi João Agripino, depois for Ernani Sátyro, e a ordem era o seguinte: chegou, matricule-se. Se não der, abre outra classe. É..., se não der pode fazer filial, abertura de novas...

FA: A questão dos professores Vituriano, eles eram contratados? Naquele tempo não tinha concurso, né?

AV: Tinha não.

FA: Contratados, né?

AV: Contratados. O prefeito... o... e era competência exclusiva do diretor. O diretor quem levava os nomes e o governador nomeava imediatamente. Quando havia necessidade do professor, o diretor convocava e chegasse lá, botava para dar aula e levava o nome para o governador nomear, no final do mês já estava no Diário, ou seja, você já estava recebendo.

FA: Por ser contratado, Vituriano, essa questão, eles tinham autonomia na sala de aula pra dizer o conteúdo da forma como quisesse ou tinha alguma restrição por parte da direção?

AV: Não, o conteúdo ele era programado pela Secretaria (de Educação) do Estado, né? No caso todo... toda aula que chegaria para a classe... já teria o programa... o conteúdo vinha da Secretaria da Educação do Estado, e o diretor repassaria como era o conteúdo, quais seriam os livros os livros adotados e daí os professores se empenharia a seu critério, mas acompanhado, avaliado. Eu acho que Monsenhor Abdon, por exemplo, era professor lá, depois passou a ser diretor, Padre Vicente começou foi sendo professor, depois de Quirino foi ser diretor, como to te falando, até Mailson da Nóbrega, na época era do Banco do Brasil, terminou sendo professor. Nós tínhamos um quadro de professor fantástico, é... Magna Soares, professora da Universidade Federal de João Pessoa já foi professora lá, é... Francelino Soares que era seu marido, hoje faz cursinho, é diretor, professor Antônio Sobrinho, esse pessoal passou por ali qualificando, dando nome, e quando se chegava com a relação de professores de Cajazeiras lá em João Pessoa a Secretaria de Educação ficava entusiasmada pela qualidade de professores que Cajazeiras tinha...

FA: Era vocação mesmo, né? As pessoas iam por vocação.

AV: Por vocação. Teve professor ali que trabalhou de graça, deu aula de graça só para fazer o nome.

FA: Vituriano, a questão do... do... por ser um colégio assim, público, o Estadual no caso, o governo investiu, mas assim como o senhor estudou no Diocesano, se a gente comparasse a questão do ensino, existia alguma diferença, é... deixava a desejar o Estadual algum ponto ou se equiparava na questão do ensino?

AV: Quando ele começou, ele começou muito mais forte do que os (colégios) particulares. Tinha gente que saía de lá para voltar pro particular, senão não passava de ano. Então era... [era o conteúdo que era difícil?]. O conteúdo era passado com vontade e não tinha acordo, não, apesar dos particulares ir na cabeça do povo que exigia mais, mas pelo contrário, é um período que, para se salvar, teve gente que saiu dele para o ir para o Diocesano.

FA: Se não ficaria reprovado?

AV: Ficaria reprovado.

FA: Então, começou bem forte?

AV: Foi. Na verdade, antigamente, no nosso tempo, os colégios públicos eram mais difíceis. Embora fosse, assim, fácil para você entrar, mas era mais difícil passar. O professor tinha uma orientação da Secretaria de Educação do Estado de que deveria arrochar o aluno. Hoje não. A modernidade levou a uma série de coisas, que a gente começa a ver nas famílias. Hoje o pai não manda mais nos filhos, em decorrência dessa nova filosofia de vida. O pai já não manda. O filho é pra ser orientado pelo... pelos promotores, e assim vamos evoluindo. Num ta correto. Na minha visão, não, que a autonomia do pai foi de água a baixo. A mesma situação. Nós chegamos naquela obrigação do Estado divulgar o índice baixo de analfabetismo, e para que isso possa acontecer, o Estado tem que dar... mandar passar que saiba, que não saiba. Então isso foi alterando ao ponto de hoje você ver que nós temos um ensino é... na área pública defasado, já na área privada está se tornando mais difícil.

FA: A questão que hoje é... o MEC em questão de conta e de dinheiro, se tiver muitos reprovados eles já não mandam mais àquele dinheiro...

AV: É, eu to falando justamente. Isso é compromisso internacional que o governo tem de ter o número mínimo possível de analfabetos, pra poder merecer respeito lá fora. Agora só que, nós estamos fazendo o que? Dando diplomas à pessoas que não aprenderam.

FA: Sei como é. No caso é... na sua época de aluno, no caso do Estadual, é... no caso, o governo do estado era Ernani Sátyro, era na época?

AV: Começou com João Agripino, depois passou para Ernani Sátyro.

FA: Ele dava assim toda uma estrutura na questão do material didático, transporte, questão da escola, era limpa, como é que funcionava mais ou menos a questão política do governo naquela época?

AV: Havia por parte do governo uma autonomia dada ao diretor. O diretor fazia aquelas reformas, as limpezas, as aquisições de fardamentos, mas os fardamentos era os alunos quem comprava. Os livros também era os alunos que comprava. Mas o governo dava a estrutura que

o administrador fosse pedindo. Então, nessa questão de transporte, não. transporte nunca existiu. Transporte é coisa de mundo muito moderno.

FA: Recente, né?

AV: Recente. No nosso tempo nem merenda nós não conhecíamos.

FA: E era?

AV: Hoje já tem merenda, tem livro, tem farda, tem até bolsa pro caba estudar, né? Mudou muito (risos).

FA: No caso Vituriano, durante o período da ditadura militar, o senhor percebeu algum avanço ou retrocesso naquele estabelecimento de ensino? No caso, havia uma preocupação com a boa qualidade por parte dos militares, ou não?

AV: Olha, eu todo dia digo por onde passo que convivi muito bem com o regime militar, e até dizia que o regime militar foi a saída pra aquela época pelo seguinte: a gente, embora antes do regime militar tivesse muita liberdade, mas a gente vivia num ambiente meio fechado e reservado àqueles que já tinham começado a viver de maneira mais aquinhoadada. O regime militar quando chegou, ele chegou dizendo o seguinte: quem quiser ir pra frente, vai. Quem quiser crescer trabalhando, vai. Quem for obediente tem respeito. Quem quiser crescer, embora de maneira lenta, mas sendo organizado, também tem espaço. E foi aí que nós começamos a conhecer, por exemplo, casas populares, por quê? Porque naquele tempo só tinha direito de morar na rua (as mais destacadas e urbanizadas) quem tinha dinheiro, quem podia comprar a sua casa por conta própria não dependia de governo. Então tinha uma quantidade muito pequenininha de rico, e esses ricos achavam bom se fossem eles fosse sozinho, porque eram pequenas quantidades e eram admirados pelo resto do povo. O regime militar chegou dizendo o seguinte: vamos abrir escolas pra os pobres também, e vão estudar de graça. Vamos fazer com que é... hajam nas cidades é... o direito de casas populares, aí foi onde uma cidade como Cajazeiras ganhou o conjunto das populares, é... o Jardim Oásis, assim, vamos no caso, financiadas. Abriu também um pouquinho é... de espaço. É, na área comercial começou a se ter os chamados linhas de créditos para aqueles comerciantes que quisessem ir crescendo aos poucos com linhas de crédito, foi facilitando. Então, o regime militar, pra alguns instantes, ele... ele foi muito bom porque ele deixou os homens direitos crescer e dava um pouco de controle de cabresto naqueles que queriam viver desinfradaente, é... destruindo o país. Só que isso, em relação a cultura não era boa, não era boa, porque você não pode tirar a liberdade de quem quer produzir intelectualidade. O regime militar foi muito forte na intelectualidade. Ele não aceitava o inteligente crescer, porque o

regime militar teve um erro nessa história aí, de achar que não poderia liberar os inteligentes. Os inteligentes deveria ser aliados do processo de crescimento do país.

FA: Não queria muito um povo que pensasse, eles, né?

AV: Perfeitamente. E o militar é muito limitado. Limitado demais. Queria mandar e mandaram muito tempo, mas a forma como eles estavam dominando era encabrestando, era deixando o país subir pouquinho, e esse pouquinho tinha que passar nas mãos deles, e você sabe que o bem maior do cidadão é a liberdade.

FA: Sei.

AV: Se não havia liberdade lógico que o país não ia pra frente. Então, eu não tinha dificuldades nem com uma coisa, nem com a outra porque eu sempre nasci para obedecer a lei. Eu sempre nasci para achar que a coisa certa deve vir em primeiro lugar. Eu nunca fui de achar que a gente desse um jeitinho para que o errado para o caba safado ter o mesmo direito que o outro. Eu sempre fui assim. Hoje é o contrário. Hoje a luta foi tão forte que o errado, o desmantelado, o enrolão, o ladrão, ele tem muito mais espaço e mais apoio do que o cidadão de bem. O cidadão de bem hoje fica pra depois. Chegou a um ponto que a gente não queria que chegasse. Agora isso é fruto de quê? Da nossa liberdade. É lógico e necessário ter liberdade, mas uma liberdade onde se esquece do direito da pessoa normal, da pessoa correta, ela não é correta, mas infelizmente nós chegamos. Por isso que eu lhe digo, eu vivo muito bem com a Constituição de hoje, vivo muito bem, vivia muito bem com o regime militar, e acho que o regime militar não foi tão...

FA: Mas assim, na questão da educação eles sempre estavam presentes?

AV: Perfeitamente. Porque a revolução, ela acompanhava a educação, ela acompanhava o conteúdo, ela dizia o que era pra ensinar, ela cortava do professor aquilo que o professor poderia por sua própria conta, ela temia que o professor ensinasse alguma coisa diferente do regime para não surgir movimentos. Então, isso aí foi prejudicial. Mas, teve os atos bons, eu to falando, cê ta entendendo, to falando em paralelo, digo o que ela prestou e o que ela não prestou, o que ela colaborou e o que ela não colaborou. Que ela não colaborou com a liberdade lógico que ela foi maléfica, mas que ela colaborou com quem queria andar corretamente com a vida, ela foi benéfica, e eu acho que esse povo que... que... ainda existe muita gente no Brasil e no mundo que anda certo. Que queria que a coisa fosse certa, no entanto esse povo não vai mais ver esse modelo de vida porque a nossa Constituição, ela é muito democrática e exageradamente cidadã, e esse exageradamente cidadã levou a gente que não tem responsabilidade a viver melhor porque ele vive de cobrança dos direitos que a Constituição garante. Então ficou fácil hoje a pessoa não querer nada e aprender a

Constituição. Se você não dá a sua parcela em nada, mas decorou a Constituição, você cobra tudo... tudo que os outros têm direito você também tem. Então o cidadão que colabora, que paga imposto, que anda obedecendo a lei e não tem quase transgressão de nada, ele tem o mesmo direito de quem transgride. Gente que transgride ganha mais porque eles cobra mais, ele ta na rua, ele ta quebrando, ele ta fazendo as suas pressões. Então se ele ta fazendo mais ele ta sendo visto, e aquele que não gosta disso reserva-se, fica em casa, aí termina sendo assaltado, maltratado, morto, é... tendo até... destruído seu patrimônio, destruído a sua família e não há ninguém por ele, porque depois que isso acontece, num tem ninguém por ele.

FA: Eu sei. Vituriano, no caso, naquela época no Estadual, no caso precisamente de sessenta e um que foi a fundação até o começo dos anos oitenta, que é o nosso recorte temporal do projeto, existiu assim, algum motivo, alguma coisa que pudesse levar o Colégio Estadual a fechar? Falta de assistência do governo, alguma coisa, ou não? O senhor conhece alguma coisa assim?

AV: Olha, eu me recordo o dia que ele foi criado. Ele foi criado num dia, eu num sei se foi um dia de semana, foi dia de domingo, na revolução de sessenta e... aliás no período de 1964, quando o Pedro Gondim (governador) veio pra cá que era a semana do centenário (do município de Cajazeiras). Ele já existia mais, como dizer assim, por ideias, né? Estadualizado mesmo como chamado Colégio Estadual ele foi criado em sessenta e quatro, por Pedro Gondim, ele disse que estava criado lá no Círculo Operário. A gente tava em festa lá quando ele chegou e disse: “A partir de hoje Cajazeiras tem seu colégio estadual”. E dali ele foi sendo implantado em grupos escolares, e ele começou logo ali na Praça do Espinho, naquele colégio ali, não sei se é Monsenhor...

FA: É... Dom Moisés Coelho.

AV: Dom Moisés Coelho. Pronto, ficou ali, depois foi transferido lá para o outro que só foi construído por João Agripino. Pois bem, este colégio, ele sofreu alguma temporada de dificuldade, inclusive aquilo que eu disse no começo. No início tinha professor que dava aula de graça pra poder ele... ele conservar. Antônio Augusto Araruna foi professor lá...

FA: Zé Augusto que é médico?

AV: É. O irmão dele, é... Zé Araruna foi professor lá, é... eu acho que aqui teve no começo um ou dois anos, professores que dava aula de graça, e eram todos pessoas de alto nível. Apenas para não deixar o colégio... deixar de funcionar. E João Agripino tinha uma amizade muito diferente com Zé Araruna e usava muita coisa que Zé Araruna pedia. Portanto, se ele teve crises para parar de funcionar, eu não conheço. Teve dificuldade para andar ligeiramente porque é natural. Mas ele sempre teve essa desenvoltura. João Agripino foi um governo muito

bom, muito amigo de Cajazeiras. Ele botou lá monsenhor Abdon para dirigir. Monsenhor Abdon tinha muita força com o governo. Ele era inspetor geral de educação aqui em Cajazeiras e na região, por isso que tinha muito prestígio, e o colégio andava bem. Lógico que pra época andava bem, mas se fosse pra hoje num teria como, pois hoje o povo exige mais, sabe como é? Mas ele andou eu acho... eu desconheço crise.

FA: Vituriano, a gente agradece a entrevista, se o senhor quiser colocar algo pra finalizar, alguma colocação sobre o colégio hoje ou na sua época, o que o senhor quiser finalizar a gente agradece aí, pra finalizar a entrevista.

AV: Eu que agradeço a você ter me feito pensar, porque eu to com a cabeça meio guardada o raciocínio, mas, como eu to descrevendo aquilo que eu vi e participei, você não se esquece. É uma coisa que eu preservo na minha vida que é só dizer a verdade, porque se você só fala a verdade não há perigo de você errar, não há perigo de você esquecer. É aquilo que eu sempre digo nas minhas entrevistas, quem mente esquece. Então, quem viu e participou, ele não se esquece porque é um fato. Dos fatos não esquece. Agora você se esquece das palavras que você criou para se sair por algum... algum aperto. Por isso eu lhe agradeço por ter me dado essa chance e repassar para a sua monografia, né? Uma história que eu vivi, uma história que eu posso lhe dizer...

Transcrição da entrevista com a Professora Maria Aldineide

Entrevistador: Francisco Adalberto Abreu Martins

Entrevistada: Maria Aldineide da Silva

Data da entrevista: 15/01/2014

Motivo da entrevista: a professora Aldineide foi aluna e depois docente no Colégio Estadual Crispim Coelho, e no Colégio Diocesano Padre Rolim, por bastante tempo, até a sua aposentadoria.

Parte 1

Francisco Adalberto: Adalberto Abreu. Eu sou estudante de História da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), é... gostaria de entrevistar a senhora. Vai ser muito útil para minha monografia, e que a senhora dissesse seu nome completo e a idade, por favor.

Maria Aldineide: Maria Aldineide da Silva, cinquenta e oito fiz essa semana, cinquenta e oito anos.

FA: Parabéns!

MA: Obrigada!

FA: Qual foi o ano que a senhora começou a estudar no Colégio Estadual e o término, que a senhora...

MA: Não, comecei a estudar a quinta série e fui até o exame de admissão. Naquela época tinha exame de admissão. Em sessenta e oito. Aí fiz de quinta até o terceiro ano. Terminei o terceiro ano e já estava ensinando Educação Física. Padre Vicente teve uma precisão de professor de Educação Física, e eu como corria muito, pulava, o padre me chamava de a “cabrita”. “Ela corre como uma cabra”. Então Padre Vicente me chamou para dar três meses de aula de Educação Física. Aí no ano seguinte já terminei Educação Física. Em setenta e seis, eu já comecei pro tempore, aí fiquei né, só contrato, contrato, aí eu passei, fiz vestibular em setenta e seis, passei e continuei Educação Física. Então com três anos eu fazia já segundo período de Estudos Sociais, que eu fiz Estudos Sociais, depois que eu fiz História Plena. Aí, foi o tempo que Abreu era diretor, aí eu entrei pra História, em setenta e oito, né? Cursei e entrei pra ensinar História. Passei até trinta e cinco anos no Estadual.

FA: A senhora é de que cidade, Aldineide?

MA: São José de Piranhas (PB).

FA: São José de Piranhas, né?

MA: É.

FA: Formada em História...

MA: Eu fiz Estudos Sociais e depois fiz História Plena, naquela época tinha os dois cursos, né? Estudos Sociais, aí depois eu fiz a História pura.

FA: Até mais quantos anos estudando no Estadual?

MA: Eu estudei de quinta ao terceiro ano foram oito anos, e mais trinta e quatro anos de estudo... de ensino. Trinta e quatro com oito meu filho, quarenta e dois, né? Eita menino, foi uma vida.

FA: No caso, é... a senhora lembra ainda os professores que lhe ensinaram e a direção daquele período?

MA: Na direção quando eu entrei era o Padre Vicente, aí depois de Padre Vicente passei por quase todos, eu passei por padre... depois de Padre Vicente vieram Dr. Quirino, né? Abreu, Zé Filho, Xavier, Neurismar, é... aquele menino... dos Gonçalves, que passou só um ano, foi nomeado, Nerilda, Geramilton. Então todos, todos, todos (áudio não compreensível).

Parte 2

FA: (Início do áudio incompreensível) [...] pode continuar, professor e aluno.

MA: Não... professores que marcaram, meus né? Como aluna, né? Como aluna, (áudio incompreensível) [...] tinha Nazaré Lopes, teve professor Vitor, teve professora Miriam

Cavalcante, teve... é... (pausa longa) [...] e como aluno, aluno de destaque, eu lhe contei que eu tenho hoje alunos que são formados em História a professores em universidade, tem aquele Cabral em João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB), tenho alunos como Dirceu Galvão, Tatico, Marcos Barros, Jeová Campos, esse povo tudo são alunos meus, tem alunos meus em Brasília (DF), aquele Rosenai, Norberto. São pessoas que ligam para mim de vez em quando, né? Agradecendo muita coisa a mim.

FA: Aldineide, eu queria que a senhora comentasse um pouco sobre a importância da criação, no caso, do Colégio Estadual pra essa região aqui do Alto Sertão da Paraíba.

MA: Hoje, ou ontem?

FA: Quando, no caso, quando criou em sessenta e quatro, né?

MA: O Estadual foi o centro. O Estadual foi como se fosse o curso de Medicina hoje, tão grande a importância, que aqui não tinha.

FA: Era?

MA: É, aqui não tinha escola, é tanto que quando o Estadual foi fundado eu ensinei muitos alunos de Cachoeira dos Índios (PB), Bom Jesus (PB), São José de Piranhas (PB), a turma de Cachoeira vinha em caçamba, em caminhão, num sabe? Tinha muito povo de Bodim que estudou comigo. Por quê? Porque o Estadual era um centro. Num existia aqui segundo grau. Então o Estadual, quando abriu o Estadual foi uma alegria tão feliz. Monsenhor Abdon foi o primeiro diretor. Já entrei lá com Padre Vicente, tanto aluna, até sair com Padre Vicente na direção.

FA: Como a senhora comentou tinha alunos de Cachoeira, mas também tinha de outros estados que vinham pra cá nas cidades vizinhas?

MA: Tinha de Ipaumirim (CE). Teve aluno de Ipaumirim que veio pra aqui. Ipaumirim é pertinho, no Ceará, né? Do Barro (CE). Tinha aluno de fora. De São José de Piranhas. Foi muito... foram anos, o Estadual era o centro. Era uma beleza o Estadual.

FA: No caso, Aldineide, como a senhora falou...

MA: Porque os outros eram particular, né? O Diocesano particular, o Nossa Senhora de Lourdes particular.

FA: Quando a senhora falou que foi muito importante a criação (do Colégio Estadual), foi tipo o curso de Medicina hoje, a quem a senhora atribui a criação do colégio naquele tempo, com a questão do ensino médio*, foi a política, foi a sociedade organizada, foi a professora? A quem a senhora atribui essa conquista, da escola ter vindo pra cá?

MA: Não... eu num sei bem, mas eu acho que teve a mão de, não sei se foi daquele Otacílio Jurema (ex-prefeito), foi Abdiel. Foi uma questão política, mas, foi a necessidade mesmo.

Acho que foi uma necessidade, pois tudo na época é a questão da necessidade. Pra deslocar as pessoas daqui pra fora... foi então um consenso, né? Uma questão política e necessidade, porque a gente num tinha Colégio de segundo grau. Na época não lembro bem. Num sei o fundador que trouxe. Naquele tempo tudo era escondido, político, ninguém sabia quem assinava projetos, hoje em dia você sabe de tudo. (áudio incompreensível).

FA: No caso, Aldineide, na sua época de professora, mais especificamente a gente vai trabalhar, como a senhora percebe a organização lá dos professores, como é o comportamento dos professores, a questão dos funcionários, os alunos e como é que a senhora pode dizer assim, do ensino-aprendizado, os alunos realmente aprendiam, gostavam?

MA: Eis a questão (risos). Como eu fui aluna e estudei e ensinei, e enfrentei muitos anos duas escolas (Estadual e Diocesano), aí minha coragem de passar tantos anos foi essa. Hoje a queda... o colégio caiu muito. Num foi o Estadual. Todos, né? São todos, certo? Porque o Estadual quando começou, durante Monsenhor Vicente Freitas era uma organização perfeita. O povo tinha medo, claro. A gente tinha medo. Que hoje o povo diz: não quero ter medo, tem respeito. Mas, o Padre Vicente, para cê ter idéia, ninguém colocava o pé na parede. Se colocasse um pé, ficasse em pé com um pé na parede pagava uma taxa. Ninguém sentava em cima de uma carteira. Ninguém era doido de escrever um nome na parede, entendeu? Porque tudo era castigo. E quem era que queria ser expulso do Colégio Estadual? Ia pra onde? (áudio incompreensível) [...] Índio foi expulso por indisciplina...

FA: Pintor? Índio Pintor?

MA: Não. Índio outro. Ele foi expulso e Padre Vicente exigiu que ele fosse excluído de todas as escolas da Paraíba durante dois anos. Hoje em dia um aluno é expulso do turno da manhã, vai pra de tarde, vai (expulso) de tarde, vai pra de noite, vai (expulso) de noite, vai encher o saco em outra escola. O aluno quando não quer nada, ele não quer nada. Padre Vicente era ignorante? Era. Mas nas unhas dele muita gente se deu bem. Porque quem quer... eu não precisava de castigo, porque eu nunca fui pro colégio pra riscar parede, pra riscar carteira. Então era um colégio limpo, tudo arrumado, carteira. Se faltasse energia ninguém ia embora, não, meu filho. Ele (Padre Vicente) comprava um monte de lâmpião e botava no pátio. Naquele tempo faltava muita energia. Então podia passar uma aula todinha, todo mundo no escuro no pátio, só com um lâmpião até chegar energia. Quando chegava energia ia todo mundo pras suas salas. Ninguém ficava gritando nem jogando carteira pra cima, não. A escola tinha organização, professor ensinava os cinquenta minutos, que eram quarenta horas semanais. Era quarenta horas. Agora não desse de conta não. E o aluno aprendia, porque ele vinha pra escola pra estudar. Tinham classes lotadas, cinquenta alunos, e num cabia onde

houvesse uma carteira onde entrar mais. Num tinha necessidade de professor ta dando bofete em birô gritando com aluno, não. Viu? Era diferente demais. (áudio incompreensível) [...] com o tempo você vai notando, como essas questões de televisão, de celular, de internet, onde o aluno se acha que tem muita razão, num tem. Porque se eu vou pra uma escola estudar, é pra estudar, num é pra ficar com o celular na carteira. Organização tinha, e o aluno também queria. Era uma necessidade você aprender um curso naquele tempo, de você terminar o segundo grau. Segundo grau naquele tempo era o curso de Medicina hoje. Hoje se você tiver num curso superior num terminou ainda. Tem Mestrado, Doutorado e num importa se tem mais no meio, você tem que fazer. Naquele tempo o segundo grau era um curso importante, né?

FA: Como a senhora falou o colégio era bem organizado. Aldineide, como a senhora também já ensinou no Diocesano, a senhora, por ser um colégio público (o Estadual), comparando com o Diocesano e o Nossa Senhora de Lourdes existia alguma diferença ou o Estadual, era, se equiparava a esses colégios na época?

MA: Não, na época, na época, não, eu ensinava só no Estadual na época, né? Depois que eu fui pro Diocesano, depois de oitenta.

FA: Ah, depois de oitenta.

MA: É. Mas a gente via diferença mais assim, em grupo de estudantes, que a elite, a nata cajazeirense preferia particular, que tinha jogos, tinha sala toda chique e coisa e tal, né? A questão só de postura, de pose, porque o Estadual (áudio incompreensível) [...] muita gente terminou o curso no Estadual. O Nossa Senhora de Lourdes era questão de elite.

FA: Mas na qualidade do ensino é...

MA: Não. É tanto que eu vou dizer a você que eu ensinei no Diocesano depois de setenta e oitenta e a mesma apostila que eu tirava xerox no Diocesano eu fazia no Estadual. Mesma prova, mesmo curso...

FA: Praticamente a mesma coisa...

MA: Eu não tinha escola, eu tinha alunos diferentes. Tem o mais carente que era melhor, eu gostava muito de ensinar...

FA: Aldineide, na sua época de professora no Estadual, o governo estadual, no caso, na época, o governo de quando você começou a ser professora, é... ele pagava bem aos professores e dava o suporte a escola, questão de material didático, farda, qualificava os professores?

MA: Olha, quando eu estudava no começo não tinha nada disso. O meu tempo que eu estudei e quando eu comecei a ensinar, o povo estudava, num davam esse negócio de farda nem livro... só o giz, né, que era necessário, e o papel higiênico, mas, o aluno se esforçava pra ter

material. Você vê que nem merenda tinha. Cê vê que o aluno hoje tem tudo. Tem farda, tem merenda, tem lápis, o caderno, o livro, recebe, tem uns cursos ainda pagando e o aluno ainda num quer nada. Na época, não. Padre Vicente obrigava a pessoa ir de farda, hoje num pode. Que lei é essa? É farda! Papai tinha cinco filhos, cada um tinha sua camisa a calça e um Conga (marca de calçado). Um Conga! Entendeu? Eu não ia sem farda. Hoje, não. Num pode exigir farda porque o bichinho é pobre. Num existe isso, não. O governo não dava assistência nessa questão. Nem material didático ao aluno. Muito fraca a biblioteca, né? Mas dava o professor. E sobre o salário, num era que se pagasse bem, mas na época de Burity e Wilson Braga (ex-governadores do Estado da Paraíba), o professor do Estado, se for comparar com os de hoje, era melhor, pois quase todo professor meu tinha um carro, né? E hoje é difícil você ter um carro só sendo do estadual. É que comparada a época o salário não era tão ruim, mas num era tão bom, não. Que eu passei trinta e quatro anos e assisti trinta e quatro greves. Participei de todas as trinta e quatro, né? (Áudio pouco compreensível).

FA: A questão de quando teve a ditadura militar, você passou tanto como estudante quanto como professora...

MA: Não. Em sessenta e quatro eu não estudava lá ainda.

FA: Foi até oitenta e...

MA: Sim.

FA: É o período, né? Praticamente, foi até o governo de Sarney, em oitenta e quatro, a senhora percebe que no governo dos militares, a senhora percebeu, existiu uma melhora tanto pros alunos quanto pros professores, no caso...

MA: Não. Notei... isso foi depois. Essa questão militar é... os alunos não tinham conhecimento o que era isso. Eu ensinava História, os alunos meus sabiam porque eu cutucava, eu dizia muitas coisas, ensinava muita coisa pro comportamento do aluno em termo de cidadania, em termo de direito, né? Que eu cutuquei muito o “cão com a vara curta”, né? Mas em termo de mudança, num achei, não.

FA: Eles investiam pra ser na escola?

MA: Não. O Colégio Estadual teve tempo de passar dez anos sem pintar. Dez anos.

FA: E os professores, é, na época, tinham alguma autonomia? Por ser na época militar, eles eram restritos de alguma coisa assim, queriam... o pensamento deles eram...

MA: Não. Num era muito liberal, não. Professor num tinha muita liberdade não porque eu lembro quando Cleidismar deu uns “pega” numa greve, ela chutou o balde no movimento aí. E veio no Colégio Estadual, veio uma, inclusive é bom você conversar com Cleidismar, ela lhe dá muitas notícias boas. Veio a... a... Polícia Federal. Veio para o Estadual a Polícia

Federal porque Cleidismar juntou com um grupo de alunos, Dirceu Galvão foi, e... a Federal bateu com força e... disseram, né, são comunistas.

FA: Eu entendo. Oh, Aldineide, é...

MA: Eu nunca fui de ter... eu era assim, que eu sabia usar a minha Cadeira de História dentro do contexto. Ensinei História pra puxar cidadania, o que é o direito do aluno, o que é o dever, o que é o sistema, o que é contra o sistema, o que era a favor do sistema...

FA: Eu entendo. Tinha algum espião lá infiltrado, não?

MA: Não. Se tivesse, ninguém me pegou não, né? (Risos).

FA: Num pegou não, né? (Risos).

MA: Mas que eu dizia o que queria, dizia. (Risos). Né?

FA: Veja só, Aldineide, pela sua época de professora, de estudante, a senhora percebeu que em algum momento, por alguma falta de assistência do governo, ou outro fator interno ou externo, que o Estadual pudesse ser fechado, é, deixado de existir?

MA: Não. O Estadual não. Agora caiu muito. Porque a direção, depois de Padre Vicente, veio Quirino. Então Quirino foi muito bom também. Porque, depois de Padre Vicente, aí veio Quirino. Depois de Quirino, aí veio Abreu. Foi no tempo de Abreu que eu assumi a Cadeira de História. Que eu passei pra Educação Física, entende?

Parte 3

Continuação da entrevista com a professora Maria Aldineide, interrompida por problemas no gravador.

MA: [...] a gente chama hoje contrato, né? Então, aí começou, é... essa modernização, depois de Xavier, aí veio Zé Filho. Aí então começa a se infiltrar, aí lá outras escolas como o Comercial passou a ter segundo grau, Polivalente. Aí, a coisa define pro aluno, que a pior realidade que estão dizendo hoje é esse negócio de dizer que o aluno, a escola recebe por “cabeça de aluno”. Então você sai na rua catando tudo que não presta pra botar na escola pra num perder. Eu acho errado. (Áudio não compreensível). Então aí, eu acho que o Estadual caiu muito em termo de direção, porque hoje em dia você não... me chamaram muito pra ser diretora. Por quê? Porque ah!, agora é por votação. No tempo que iriam me botar, (áudio não compreensível) [...] depois de Zé Filho. Aí eu: quero não. Pois se eu fosse ser diretora aqui (no Colégio Estadual), num dá certo, porque eu vou ser “goela seca”, porque eu não aceitava certas coisinhas. O professor, por exemplo, sair indicado por política, e tem salário por fora, com (áudio não compreensível) [...] complemento por fora e a do “esquema”, e eu nunca quis... nunca quis, e nem quero, porque eu tinha “papas na língua” e num queria, não. Aí, na época num tinha eleição pra direção. Tinha era indicado, certo? Depois que teve, assim, as

greves, aí vai ser eleito. Hoje é votado. Mas ninguém quer ser diretor. Porque a gratificação é uma porcaria, pra passar três anos numa escola se matando pra nada. Quando o professor falta o mês todinho, que eu vejo muitos casos, botou falta, num vai dar aula. Foi a pior coisa essa de direção com três professores lá. Três faltas, quinze aulas vagas. Você bota falta num ponto aí vai cuidar até ela (a direção) apagar a falta, e eu não aceitava. Eu queria ser diretora pra eu manter a minha palavra. Então, diretor sem palavra não vale nada. Eu vou atrás de doutor fulano, atrás de Dantas... o que tem a ver um deputado ou um prefeito com a escola? Pra tirar professor?

FA: Sei. Aldeineide, é, no caso, é você passou por todos os diretores lá...

MA: Quase todos. Só não Monsenhor Abdon.

FA: Pronto!

MA: De Padre Vicente até Nerilda.

FA: Eu queria que você falasse um pouco da sua questão de você como professora, já. A questão dos diretores, a questão, como era a interação com os professores, a questão do planejamento que vocês tinham, pedagógicos. Como é que funcionavam? Você lembra alguma coisa?

MA: Tem. Toda vida que o Estado, ao longo que eu ensinei, a gente tinha uma semana pedagógica, a gente se reunia, tinha a turma de Salete que era nossa coordenadora durante muitos anos. A gente se reunia por sala, depois por disciplina. Eu sempre digo a você, eu acho bonito é... (breve pausa) o grupo se reunir pra trabalhar. O que eu acho feio é você trabalhar um projeto e não praticar. Você faz um projeto todo bonitão, plano de aula, plano de estudos, aí no começo do ano, os diários tudo “registradim”, datado, mas vá pro aluno. Pergunte o que foi que ele viu nisso. Eu não to dizendo aqui, nem vou citar nomes, mas tem professor que não merece nem o salário que ganha. Porque é irresponsável. Entendeu? É muito fácil eu combinar pra turma ir embora e no final ter a média mensal. Mas Aldineide nunca fez isso. Vá perguntar a qualquer aluno meu. Agora vá! Que eu nunca fiz chamada, eu era reclamada direto na direção, porque eu não fazia chamada, num gostava de registrar aula. Eu datava lá. Quando eu tinha tempo, (áudio não compreensível), [...] que eu não sabia o que era mataria do Primeiro Reinado, questão política, questão social. Eu não precisava de um papel pra ta...

Parte 4

Novamente a entrevista foi interrompida por problemas com o gravador.

Continuação da entrevista com a professora Maria Aldineide.

FA: É... Aldineide...

MA: Sempre teve. Sempre teve é, plano pedagógico, teve projetos, teve um bocado de coisa.

FA: Aldineide, segundo... segundo, segundo é... Antônio Vituriano de Abreu, que foi um dos nossos entrevistados, ele disse que na época lá, não tinha o transporte para os alunos, mais ou menos em sessenta e quatro. A senhora conhece, lembra de algum caso de alunos que vieram pra Cajazeiras de outros estados, veio aqui, formaram suas residências, vieram morar pra cá, a família veio morar depois. A senhora conhece algum caso?

MA: Eu não sei bem assim, mas que vieram, vieram muitos. Porque nós, pelo menos de São José de Piranhas, viemos morar em Cajazeiras pra estudar. Papai disse que queria os sete filhos formados, então nós viemos pra Cajazeiras pra estudar. No caso tinha também o povo do “Alho”, no caso, também tinha muita gente que veio embora pra aqui. No tempo veio muita gente embora pra Cajazeiras, pra morar aqui. Quem vinha de fora vinha de caminhão, de caçamba à noite. Cachoeira dos Índios, Bom Jesus, tinha um grupo de Ipaumirim que vinha numa D20 (pick-up da Chevrolet). Eles vinham de 05h30min e às 06h00min estavam tudo no Estadual.

FA: Mas era o Estado que pagava ou era por conta deles?

MA: Não. O Estado num tem nada a ver. O Estado não tinha esse negócio de ajuda, não.

FA: Então, como a senhora falou...

MA: Inclusive o aluno procurava, o pai investia, gastava pra formar o aluno, né? O Estado não dava nada, a não ser professor. Vê que hoje o Estado dá tudo, e o caba num quer nada.

FA: Como a senhora falou, a questão da família de Jeová (povo do “Alho” ou “Ai”), na (rua) Dr. Coelho uma família que veio praticamente pra estudar e hoje é uma família que fincou raízes aqui...

MA: Não, de Jatobá (antigo nome da atual São José de Piranhas), nós vimos de São José de Piranhas para estudar aqui em Cajazeiras.

FA: No Estadual?

MA: No Estadual. Tudim! Eu era da agricultura em Jatobá (áudio não compreensível).

FA: Aí, por exemplo, a família do “Ai” (povo do “Alho”) de Jeová, foi, praticamente na esperança de...

MA: Pararam aqui, o povo do “Ai”, praticamente na esquina aqui (entre as ruas Sebastião Bandeira de Melo e 13 de Maio), Jeová corria aqui na calçada da gente.

FA: Praticamente tem ali um bairro só de pessoas que... que... é, da família do “Ai”, né?

MA: E foram muitos que vieram pra Cajazeiras para estudar.

FA: Na sua opinião, Aldineide, a fundação desse Colégio Estadual, que foi em sessenta e um, você acha que ele teve... que contribuição para o crescimento da cidade? De que forma ele pôde contribuir pra o crescimento populacional e educacional?

MA: Populacional, educacional, porque não tinha (áudio não compreensível) [...] porque a importância do Estadual foi muito educacional, em que sentido, porque daqui o segundo grau, pergunte a qualquer médico que estudou no Estadual (áudio não compreensível) [...] que quem terminava o segundo grau aqui em Cajazeiras, no Estadual, e fazia vestibular, meus irmãos, todos eles, Aldeir fez Engenharia Civil, Adonias Engenharia, Jatobá... todos nós passamos em primeiro lugar, de primeira vez no vestibular. O Colégio Estadual tinha classe de cinquenta alunos, quarenta, trinta e oito passavam no vestibular de primeira. Você olha por aí quantos alunos já, já... num era aqui não, era em João Pessoa. Então o Estadual formava alunos de qualidade. (som de voz externa). E hoje em escola particular quantos alunos, quantos vestibular o caba num faz? Então, nesse (som de voz externa) o Estadual levava o aluno de segundo grau a ir pra João Pessoa, e tirou um bocado de gente também, né? Mas muitos voltaram formados, médicos. Mas o Estadual foi a base de muitos médicos, bons médicos, bons professores, porque o curso daqui era muito bom. Passar no vestibular e retornar como profissionais. Foi muito importante naquele tempo. Hoje caiu muito o nível de vestibular, num foi só do Estadual, muitos colégios.

FA: O nosso recorte temporal é da sua fundação em sessenta em um até os anos oitenta. Eu vou fazer uma pergunta a você. No caso, você falou que os alunos eram aprovados em altos índices do vestibular, né? A que você atribui essa aprovação? A escola em si (professor, diretor, todo o corpo funcional), ou ao esforço dos alunos que gostavam mais de estudar mais do que os alunos de hoje, ou não?

MA: Aí é uma garra de cada um. 50% de evolução. Bons professores, bons conteúdos (áudio não compreensível) [...] e alunos que tinham um nível de dificuldade, que a grande parte do Estadual no número de alunos era de alunos carentes. Tinha uma parte. Poucos já trabalhavam e estudavam lá como meu irmão estudava a noite e trabalhava o dia todo, serviu o Tiro de Guerra. Naquele tempo num tinha isso de dispensado, não, “nego véi”. Era Tiro de Guerra e estudava, ta entendendo? Meu irmão fazia o Tiro de Guerra e ainda estudava no terceiro ano (do segundo grau, atual Ensino Médio), e passou de primeira em Engenharia. Então a questão é o próprio aluno. Olha, quando tem uma junção, como um complemento, um completa o outro. Se um professor quer e o aluno não quer, não adianta. Se o aluno quer estudar, mas não tem professor que preste, ele vira vagabundo também. Então é uma soma, né? Se tem bons professores e o aluno quer, aí é... foi excelente. Foi o melhor período que eu presenciei, setenta, oitenta e pouco (áudio não compreensível).

FA: Sessenta e um a oitenta.

MA: Ótimos anos.

FA: E na sua lembrança Aldineide, quando criou-se o colégio ali, naquele local, sabe o ano, sessenta ou sessenta e um?

MA: Setenta e um.

FA: Não, que ele está naquele local, por quê...

MA: Não, primeiro começou aqui, no (Colégio) Dom Moisés (Coelho).

FA: Mas a senhora lembra mais ou menos o ano que ele foi criado lá naquele espaço?

MA: Lá foi em sessenta e nove. Foi em sessenta e nove. Tem a placa lá (áudio pouco compreensível).

FA: Aldineide, no caso...

MA: Quando eu fui pra lá, na quinta série. Não, menino. Deixe eu fazer uma observação: era tão concorrido, que pra entrar na quinta série [em sessenta e nove, no caso?] [...] no Colégio Lica Dantas, fiz a quarta série. Pra entrar no Estadual, era tão concorrida a quinta série, que tinha que fazer um exame de admissão. Aí fazia uma prova, do mesmo jeito da seleção do ENEM, né, hoje? Fazia uma prova, aí as maiores notas entravam (áudio incompreensível) [...] era 5ª A, 5ª B e 5ª C de manhã; de tarde 5ª D e 5ª E (áudio não compreensível) [...] então era um grupo grande. Aí tinha a prova, o exame de admissão.

FA: Aquele espaço físico que hoje está lá instalado, no caso, em sessenta e nove, a senhora relembra que existia muitas casas naquele espaço?

MA: Nada.

FA: Nada?

MA: Ali só tinha o colégio no meio do mato, terra, num tinha nada, só tinha o colégio, aí com o tempo foi construindo, né? (Áudio não compreensível).

FA: A senhora acha que, por exemplo, com a criação daquele colégio, é, de alguma forma possibilitou a formação do núcleo ali próximo?

MA: Claro. Os bairros vizinhos... eu só não gostava que dos bares ali perto, porque os alunos gostavam de beber cana, chegou a ser proibido, mas casas criaram muitas. Ali tinha um “vilim” de lado ali (espécie de terreno baldio com capim usado geralmente como pequeno campo de futebol), do Açude Grande, que era só mato. Era até perigoso, não tinha iluminação, só andava de grupo, as meninas. Era só mato (áudio não compreensível).

FA: Como a senhora mesma disse, terminava, no caso, da primeira a quarta série (ensino infantil) no Lica Datas, aí depois ia pro Estadual. Essa prova que era aplicada, era elaborada a senhora sabe por quem?

MA: Pela direção. Padre Vicente, do tempo (áudio não compreensível) [...] então era uma prova como um vestibularzinho. Quinta série.

FA: Era?

MA: Pra entrar. Pra poder entrar. Num era qualquer um que entrava, não.

FA: A senhora tocou num ponto muito interessante. A gente sabe que hoje que os alunos da sala de aula, como a gente participou em estágio (supervisionado), eles vão pra sala de aula com fone de ouvido, é celular... naquele tempo, como a senhora disse, existia, é... alguns alunos rebeldes que tentavam desafiar, não queria nada com os estudos?

MA: Tinha. Eu dizia até sempre hoje em dia aos meninos: naquele tempo, de cinquenta alunos, tinha quatro, cinco que não queriam nada. Hoje se inverte em quarenta e cinco que não quer nada. É uma inversão total. Quando tu tinha quatro ou cinco que não queriam nada, naquele tempo, num era nem doido assim: chama o padre ali. Chama o padre. Então eles podiam não querer nada, mas o padre não aceitava. Quando você tem um aluno que não quer nada, é isso que eu queria como postura no lugar da educação que eu queria antes de morrer: Num quer nada, então desliga da escola. Por que tem que ter o Bolsa Família? Por que tem que ter a “bolsa não sei o que”? (Áudio não compreensível) [...] a escola não é lugar pra ter mamada, não. Você vai pra escola porque quer, pra estudar. Não quer, fique em casa. Perturbando a mãe mesmo, o pai, os irmãos, o juiz, Ah, não pode expulsar, não, que o juiz... Ah, bota pra lá, fazer um mandado, cortar uma grama. Porque qualquer um que for dar aula numa classe com trinta e cinco, cinquenta alunos, e dois, três se mostrando sem ter precisão, dando uma de gaiato. Eu dava cada chave que você... eu dava chave de entortar, num sabe? Agora num gostava ta colocando aluno pra fora de sala. O aluno vai porque o aluno quer. Pegava o material dele e ficava calado, né? Mas o aluno... o aluno bom queria aprender. Ele queria aprender porque tinha necessidade. Era questão de necessidade. Ele queria aprender pra ter um bom emprego. Pra quando, naquela época, passar pra trabalhar na Caixa Econômica (Banco Federal), Banco do Brasil, curso da Polícia, entendeu? E se não estudasse não fazia. Agora hoje não, que papai e mamãe têm as coisas boas e até dá carro, dá moto, dá tudo.

FA: A gente percebe hoje o exemplo de Jeová que, ele foi um bancário do Banco do Brasil (áudio não compreensível) [...] depois advogado, depois professor universitário, né?

MA: Advogado, bancário, professor, depois ta aí. (Áudio não compreensível). Tudo foi o Estadual. O Estadual foi quem deu uma lapada na alta, na nata. Vai lá no Estadual pegar uma lista de alunos, que lá deve ter, alguém deve ter uma lista.

FA: Aldineide...

MA: Inúmeros!

FA: No seu arquivo assim, pessoal, particular, tem algum material que você pode nos emprestar pra gente xerocar, tirar alguma xerox e depois lhe devolver? Algum documento que você tenha de lá, qualquer coisa como documento para nossa pesquisa. Fotografia, o que você tiver.

MA: Eu num sei. Agora tem lá...

FA: Você pode fazer uma pesquisa que depois eu passo aqui, sem compromisso, sem nada. Num instante eu xeroco e devolvo a você.

MA: Num sei se eu uma carteirinha de estudante...

FA: Pronto, tudo isso.

MA: Eu vou olhar o que é que eu tenho. Agora lá tem alguns papezinhos meus. Eu era atleta. Corria, brincava com todos até dezessete anos e num perdia pra ninguém.

FA: Aldineide, um ponto muito importante, lembre que nosso recorte temporal é de sessenta e um a oitenta, você atuou tanto como aluna quanto como professora, existia jogos, gincanas, nesse período?

MA: Existia. Ótimos. A gente viu Marcondes ser campeão de corrida masculina e eu era feminina. Tinha jogos, tinha é... era um sofrimento, a caixa de areia era com areia grossa, pulava mais saia toda arranhada assim, né, mas tinha. (Áudio não compreensível) [...] a gente pegava aquelas latas, enchia de cimento (Áudio não compreensível) [...] era Geruza, era Marioberto, era Marcos Pereira, né? Aí a gente fazia... os jogos de lá eram ótimos. Bom, agora o governo não fazia, eu entendo. Hoje dá bola, dá tudo, dá...

FA: Como você falou, no caso, o governo ele não participava do colégio, mas nos jogos, ele participava, ajudava em alguma coisa?

MA: No tempo quem organizava a Educação Física, Marcos, que tinha uma competição, nera? Era mais material, né? bola, essas coisas, que eu acho que a escola não ia dar. Quem dava era a menina aqui do 9º CREC, que dava, 9º CREC não mais CRED, quando eu entrei chamava CRED, 9º CRED. Marcos ia entregar lá, bola, era pouca coisa.

FA: A senhora lembra, Aldineide, se na... se o movimento estudantil, no caso o Grêmio (Livre), era forte, era atuante nessa época?

MA: Era ótimo. O Grêmio Artístico foi muito importante para o Estadual. Era Olavo Bilac o nome do Grêmio Artístico de lá. Desde Dirceu. Depois que fui conhecer Marcos Barros, depois foi Tatico, tudo foi presidente, Cleidismar. Então era atuante, né como hoje não. O povo hoje só quer que os meninos tenham dinheiro pra comprar carteira de estudante, e ficar com o dinheiro, o troco. Eles trabalhavam lá dentro, tinha som, (áudio não compreensível) [...] eles trabalhavam, faziam rifa, comprava um som bom, na hora do recreio, botava o som,

passava aquelas músicas, né? Som bacana, né? parecia a... (áudio não compreensível) [...] só viviam em passeata, na rua, com faixa que eles faziam. Aí, eles trabalhavam muito bem quanto com essa questão de teatro, faziam peças, então era bacana os meninos.

FA: Como a senhora falou é... teve... Marcos Barros saiu do movimento é... estudantil e foi pra política, tem mais algum lá que a senhora lembra que se destacou lá que foi pra política depois? Algum presidente do grêmio ou algum membro lá do diretório estudantil?

MA: Lembro... tem Marcos Barros. Jeová não foi parte do Grêmio Livre, foi só Marcos Barros e Tatico que eu lembro. Marcos Barros, Tatico, Oliven, Nilvan Ferreira. Passou não sei quantos anos... aquele da rádio que hoje é da televisão?

FA: Fabiano Gomes?

MA: Fabiano Gomes. Era Fabiano Gomes e Nilvan. Aí já foi depois de oitenta, que eu peguei.

FA: Depois de oitenta, né? Nessa época, Aldineide, de sessenta e um a oitenta, como a senhora falou, o filho dos ricos iam pro Diocesano, Nossa Senhora de Lourdes, né? Os filhos das pessoas mais ricas. E os mais pobres iam pro Estadual. Na cidade, Aldineide, que queria que a senhora comentasse um pouco do que a senhora lembrasse, a questão dos ambientes que as pessoas frequentavam, os estudantes, tanto de um colégio como do outro, e se existia alguma diferença assim: ah, eu estudo em escola particular e você... questão do relacionamento... “eu” me relacionava bem com quem estudava no Diocesano e vice-versa?

MA: Assim. Não tem jeito pra num ter. Porque os nossos alunos quando passava por elas, com aquelas saias lindas das Dorotéias, que era assim, uma rixa grande, a gente ficava até bonito, uma blusa de seda, aí elas: olha, olha as donzelas do Estadual, parece uma gandaia o Estadual. E nos jogos, achei uma vez interessante, teve uma vez jogos da cidade, aí convocaram doze escolas. Aí tinha Diocesano, Nossa Senhora de Lourdes, Estadual, e a gente coitado, do Estadual, tudo improvisou um shortinho preto com azul, e elas (o alunado das escolas particulares) tudo bacana, de terno bonito, voleibol, tudo. E na AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) lotada. Nossa Senhora de Lourdes com aqueles detalhes, todos bonitos, né, aqueles. E nós do Estadual até colher pra brincar, lata de doce com umas pedrinhas batendo, com pau. Com lata de doce batendo no chão pra fazer zoadá. Então eles dum lado e nós de outro. Então você notava claramente a roupa da gente, do clube, delas e do modo de torcer, entendeu? Porque elas lá tudo chique, sofisticado, coisa de rico. A gente lá com lata “véia” na mão, batendo lá com...

FA: Quer dizer que esses jogos foram promovidos?

MA: E eu jogava. Nesse tempo eu jogava. Foi antes de oitenta, em sessenta e oito a setenta e um, aí a gente foi jogar lá na AABB, quando terminou a gente “metemo a peia”, foi o primeiro time, o Nossa Senhora de Lourdes no handebol.

FA: Convidaram tanto as escolas públicas...

MA: ... e particulares.

FA: ... pra interagir nesse campeonato, foi?

MA: Foi.

FA: Organizado pelo município?

MA: Num sei se foi o município na época, se foi o Estado.

FA: Que organizou?

MA: Eu num sei quem organizou, sei que foram todas as escolas de Cajazeiras, e quando terminou nós ganhamos em primeiro a “briga”, e jogaram lata lá, aí foi e disse: “Foi a ‘mundiça’ do Estadual, foi a ‘mundiça’ do Estadual que fez isso”.

FA: Aldineide, a proporcionalidade, é... a questão de moças e rapazes, de praticamente dezoito anos, dezessete anos, é... no caso, qual o local que vocês frequentavam, assim, saiam do Estadual, algum... lanchonete, algum bar que vocês saiam...

MA: Os mais conhecidos era o que era o Pirulito. Pirulito era famoso. Tinha a Praça do Pirulito.

FA: Os alunos frequentavam?

MA: É. (Áudio não compreensível) [...] nossa noite era o quê? Era a AABB. Lugar que tinha festa. Então a AABB (áudio não compreensível) [...] o Estadual no tempo que a gente estudava a noite, onde foi... ali onde eu disse a vocês... fundaram um bar... lá chamaram aquele bar de... [Baiúka?] Baiúka. Baiúka, menino, fez sucesso...

FA: Quem era? De Zé Lopes, na época?

MA: Não. Antes de Zé Lopes teve outro. Foi antes de Zé Lopes ainda. Aí começou a perturbar, porque aluno deixava de ta em aula pra ir pra lá. [Sabino, né?]. É, de Sabino. E Padre Vicente naquela época era tão ignorante, que tinha o “Sete Candeeiros”, um brega daqui pra lá, “Sete Candeeiros”, e tinha uns breguinhas daqueles assim, com uma cortina na porta [Sei] E Padre Vicente de um dia saiu com o carro, e disse que num brega tava os meninos com a farda do colégio, ele mandou sair “tudim” e tirar a camisa. (Breve pausa). Só ficava se fosse sem camisa, porque ele não aceitava o colégio... o aluno lá com a farda... no cabaré. Aí foi ele disse, se pegasse algum aluno de farda no brega, no “Sete Candeeiros”, tava expulso (do colégio). Digo pra eu que era moral pra um diretor, fora da escola, respeitar o símbolo... quer ir pro cabaré? Tira a blusa. E se brigar com a farda (usando), é expulso. Tanto

que Darlan um dia... Darlan do Correio, a gente vinha do colégio, e já num prestava, tinha umas bananas com... que ele pegou de um pé e me deu, e a gente saiu comendo, aí a mulher veio, apareceu, pra pegar a galera, aí eu me levantei. “Peraí”. Aí tirou a blusa, jogou na minha mão, tome cacete brigando com a outra lá. Por quê? Porque o negócio era sustento. Porque não podia ser punido porque não tava de farda.

FA: Respeitava a farda?

MA: Pois é, tirou a farda e jogou a camisa pra mim. Quando eu digo a você que diversão é diversão. Ah, terminou a aula? Terminou! Mas de farda não pode ir para o cabaré. Num dá. Porque tava expulso mesmo. Ele (Padre Vicente) passava com o carrão, bastava ser lá e lô, dentro e fora. Hoje, qual direção que vai hoje se preocupar com aluno? É sentado no birô (áudio não compreensível).

FA: Nesse tempo os alunos já estavam causando?

MA: Naquele tempo procuravam os alunos no banheiro, todo canto, atrás de aluno... quer dizer, (áudio não compreensível) [...] e hoje tem que cadastrar os alunos que ta riscando parede, que ta riscando numa folha, que ta fazendo coceira, que ta usando droga. Coisa horrível. Com Padre Vicente o cara não podia nem pensar em riscar o Estadual. Num era nem doido. Nem aluno, nem professor, nem ninguém. Quer aprontar fique em casa..., (Áudio não compreensível).

FA: Aldineide, é... eu agradeço pela entrevista, vai ser útil para a minha monografia, eu queria abrir o espaço para a senhora fazer alguma colocação final. Se a senhora não quiser, a gente agradece. Alguma colocação que tiver que queira fazer.

MA: Não, eu só quero dizer o seguinte: que eu nunca me arrependi de ter sido professora. Por exemplo, melhor na minha vida foi ensinar História. Porque eu tive tantos amigos, então, eu passei trinta e quatro no Estadual e vinte e três no Diocesano, ainda passei dois no Nossa Senhora de Lourdes, numa gestão lá, mas a melhor coisa que eu tive foi ensinar alunos, porque eu não me prendia só em conteúdos, eu gostava muito de (áudio não compreensível) [...] Celso Furtado, (áudio não compreensível) [...] eu acho que já nasceu de mim mesmo...

FA: O dom.

MA: O dom de ter meus alunos como meus amigos, (áudio não compreensível) [...] eu gostava de, dar aulas a meus alunos, sabe? (Áudio não compreensível) [...] eu não levo quando eu morrer. O que eu tenho de amigos hoje foi nas escolas onde encontrei. Bons, alunos bons e alunos ruins, mas alunos ruins eu também tenho muita amizade com eles porque, eram os ruins que tinham seus problemas, e eu gostava muito de conversar com eles, tanto homem, como mulher. Eles diziam pra mim. Tinha aluno maconheiro, aluno traficante,

tinha aluna prostituta, mas tratava comigo com tanto carinho, eu dava tanto conselho, que era tudo meus amigos. Quando eu fosse pra rua, qualquer bar que eu entrasse, qualquer bar que eu entrasse assim, os meninos eram tudo rindo pra mim, alunos meus, tudo era doido. Eu tinha guarda-costas por todo canto (áudio não compreensível) [...] eu jogava ping-pong com os meninos, eu dançava com os meninos, tinha lá, pulava mais eles. Meu aluno é meu aluno, né? Num tenho besteira. Diziam que: “Com tudo tu se mistura, tudo se mistura”. Eu digo não. Então, só com eles. Pra você saber, eu reprovei, de quinhentos alunos que eu tinha no colégio, quando terminava a final tinha ficado cinco, seis. Isso num é reprovação, de quinhentos alunos. Mas os que num sabiam eu nunca dei na final uma chance a aluno nenhum. Eu tinha o ano “todim” pra olhar pra eles. Foi pra final, “cabou? Cabou!”. Eles sabiam disso. Nunca. Sai do Estadual e provem aí com documento quem fez uma prova comigo, que eu dei uma segunda chance? Tinha o ano “todim”. Se faltar meio ponto, um décimo, bote logo. Porque você tem que ver o seguinte: aluno, vou dar (um presente como suborno pra passar), isso é horrível. Vai me dar um presente pra eu passar? Não, ninguém vai saber, não. Mas sabe, porque eu sabendo, esse papo furado. O que vale é eu saber. Né o povo, não. Tenho minha consciência. Eu adorei. Adorei ser professora. Adorei ter sido... faria de novo. Tudo de novo.

FA: Muito obrigado, Aldineide.

MA: Amém (risos).

Transcrição da entrevista com o Professor Francinaldo de Souza Bandeira

Entrevistador: Francisco Adalberto Abreu Martins

Entrevistado: Francinaldo de Souza Bandeira

Data da entrevista: 05/02/2014

Motivo da entrevista: o professor universitário Francinaldo de S. Bandeira estudou no Colégio Estadual no que corresponde ao final do ensino fundamental (9º ano) e os três anos do ensino médio, já no finalzinho dos anos setenta e começo dos oitenta do século XX.

Francisco Adalberto: Boa tarde, Francinaldo. Meu nome é Adalberto Abreu Martins, sou estudante de História lá da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), essa entrevista vai ser pra ser usada em nossa monografia, a gente vai falar sobre o (colégio) Estadual. Gostaria de saber do senhor, se a gente pode utilizar, dada essa entrevista pra poder colocar na nossa monografia como anexo?

Francinaldo de Souza Bandeira: Sim, claro.

FA: Pra começar aqui, eu gostaria de saber do senhor, é... a sua carreira escolar, profissional, e no caso política se o senhor tiver, e a idade do senhor, e se o senhor é mesmo daqui da região de Cajazeiras (PB).

FSB: Nasci e fui criado em Cajazeiras. É... iniciei no Colégio Estadual no final da década de setenta (do século XX), setenta e... (áudio incompreensível) [...] era a fase... ainda era a fase do velho primeiro grau, né? Fiz a sétima (série) e a oitava e o resto do segundo grau lá. (som externo) Nesse período.

FA: No caso sua carreira profissional já foi seu primeiro trabalho na... como professor?

FSB: Foi. A minha primeira experiência docente foi na universidade, em mil novecentos e noventa e três. Iniciado os trabalhos lá.

FA: Francinaldo, é... qual foi o ano que o senhor começou a estudar no Colégio Estadual, no caso o Crispim Coelho, e quantos anos o senhor permaneceu como aluno naquele referido colégio?

FSB: Foi todo o período, terminando essa primeira fase do primeiro grau e segundo grau.

FA: Você lembra o ano, mais ou menos?

FSB: Não, ensino de setenta e oito até que entrei na universidade em oitenta e quatro. Terminei saindo de lá (do Estadual) em oitenta e três.

FA: Oitenta e três, né? É... o senhor, Francinaldo, lembra alguns membros que... é, do corpo docente e da direção durante o período que o senhor estudou no Colégio Estadual e alguns membros que tiveram destaque como diretor, como... que marcou assim, na sua trajetória como aluno?

FSB: O diretor que a gente falava muito lá era o Monsenhor Vicente Freitas. Agora eu não me lembro se nessa época, é... ele era diretor na época que eu estudava. Não tenho certeza. Mas, nós tivemos outros diretores... tivemos Jesus Moreira que era diretor, tivemos Abreu que era diretor... professor Abreu. Não sei se... se encaixa nesse período aí.

FA: Sei.

FSB: Professores é... nós tínhamos o professor Nilson (Torreão) de Matemática, que faleceu, né? Foi meu professor. Professor de História Aldineide, Padre Raimundo foi professor... Padre Raimundo. Quem era mais... é... (longa pausa) [...] tinha um outro professor que... era a mulher... dona Laraína, foi professora também, que o filho dela faleceu recentemente, e quem mais... (longa pausa) [...] é... [a esposa de Zé Antônio?] Não, a esposa de Zé Antônio foi bem antes.

FA: Antonieta?

FSB: Foi bem antes. Zé Antônio foi bem antes. Nessa época a universidade já tinha chegado, já eram professores da universidade, Zé Antônio e Antonieta.

FA: No caso é, o senhor lembra o ano que o Estadual, ele passou a se tornar colégio de ensino, no caso, de segundo grau?

FSB: Não. O ano propriamente não. Em que foi instalado o segundo grau.

FA: É.

FSB: Sim, agora o colégio surgiu no “calor dos anos sessenta”, né?

FA: Sei. No segundo grau ou colégio mesmo em si.

FSB: Não sei se iniciou com o segundo grau. Não tenho lembranças, até porque em sessenta e quatro eu não era nascido ainda, né? Mas (breve pausa), o colégio é desse período aí. Se iniciou já com o segundo grau eu não tenho lembrança.

FA: Mas o senhor começou já tinha segundo grau?

FSB: Já.

FA: Francinaldo, gostaria que o senhor comentasse, assim, acerca da importância que foi a criação do Colégio Estadual para essa região do alto sertão da Paraíba.

FSB: A importância foi que naquela época quando o colégio surgiu, na cidade de Cajazeiras, você tinha uma educação considerada elitista. Tinham dois colégios particulares, que era o Colégio Diocesano (Padre Rolim) e o Colégio das Irmãs Dorotéias, que é o Nossa Senhora de Lourdes. Nessa época o Estado no Brasil e na Paraíba mesmo ainda não tinha investido fortemente na educação pública. Havia na Paraíba poucas cidades com colégios públicos. Então o Colégio Estadual diziam, né, que foi por iniciativa do governo do Estado investindo na educação pública. Então na cidade de Cajazeiras você tinha essa chamada elite, o Colégio das Irmãs Dorotéias e o Colégio Diocesano, né? Esses eram os colégios frequentados pela classe média e pelo povo considerado de elite da cidade. No Colégio das Irmãs Dorotéias, nessa época, quando o Colégio Estadual surgiu e até a década de setenta, início da década de oitenta (do século XX), não estudava homem no Colégio das Irmãs Dorotéias, só estudava mulher. Então as moças de Cajazeiras todinhas estudavam lá, nas Irmãs Dorotéias.

FA: Sei. É como o senhor falou, no caso, tanto o Diocesano quanto o, no caso, o Nossa Senhora de Lourdes, que era das Irmãs Dorotéias eram colégios elitistas, pessoas da elite.

FSB: Era considerado de elite. Ninguém pode afirmar se era...

FA: Foi considerado, né?

FSB: É, pela população da cidade, e era colégio é, de formação religiosa, colégio da direita.

FA: Como o senhor, é, no caso, presenciou e estudou no Colégio Estadual, o senhor estudou no, é, no caso, também no Diocesano, não, né?

FSB: Não.

FA: Assim, pelo comentário de amigos seus, que o senhor tinha, ou de professores da época, existia uma equiparação na qualidade de ensino do, no caso, do Diocesano Padre Rolim com o Estadual, na qualidade de ensino?

FSB: Quando o Estado, quando o Colégio Estadual surgiu, que o colégio começou a crescer, aumentar o número de alunos, e quando a cidade recebeu a importância do colégio, o colégio ganhou uma dimensão maior e muitas pessoas da chamada classe média de Cajazeiras foi estudar no Colégio Estadual. Uma outra professora que eu lembro que dava aula lá, dona Nazaré Lopes, que enquanto a universidade não decolou a FAFIC (Faculdade de Filosofia e Letras de Cajazeiras) ela foi dar aula lá também. Ela dava aula no Colégio Estadual e também passou a dar aula também na FAFIC.

FA: Francinaldo, é, a questão dos alunos. A gente sabe que tinha alunos de Cajazeiras, aí depois do que a gente pode conhecer em outras entrevistas que existia alunos de outras cidades e até de estados vizinhos...

FSB: Ceará... vinha gente do Ceará, gente de Ipaumirim (CE), gente de outras cidades do Ceará estudar no colégio. Assim como hoje parece que ainda vem.

FA: Esse alunos Francinaldo, no caso, o senhor tem conhecimento se algum... se alguns, é... se, é, voltavam para suas cidades ou se fixava residência aqui em Cajazeiras?

FSB: Tinha gente que vinha de fora, fixava residência em Cajazeiras (breve pausa) [...] pessoas do Ceará, da cidade do Barro (CE), de Ipaumirim. Vinham, ficavam morando aqui porque estavam estudando em Cajazeiras, assim como hoje ainda tem.

FA: No caso o Colégio Estadual, pelo que a gente pode pesquisar até agora foi um marco importante, né, para o ensino público de nossa cidade e região.

FSB: Foi. Porque foi uma etapa nova né, de educação.

FA: No caso é, a gente já sabemos que hoje Cajazeiras tem movimentos organizados como o MAC (Movimento dos Amigos de Cajazeiras), mas naquela época Francinaldo, a quem o senhor assim, atribui a conquista do colégio vindo pra cá? Foi políticos, foi a sociedade organizada, foi professor? A quem o senhor atribui?

FSB: Não. O Estado, a partir da década de, sobretudo a partir da década de sessenta (do século XX) no Brasil, década de cinquenta, década de sessenta, o Estado passa a investir mais na educação. Já é uma crescente na evolução do processo de urbanização do Brasil. Então naturalmente o Estado nas cidades consideradas mais importantes, elas foram ganhando seus colégios do Estado. Cajazeiras, Sousa e outras cidades ganhavam essas instituições do Estado. Foi um movimento de expansão, fruto de uma expansão urbana e do investimento que o

Estado tava fazendo na educação, dentro da concepção de investimento que o Estado tinha de educação na época.

FA: No caso, é, indo assim para o ambiente escolar, na sua época como estudante, a política disciplinar daquele referido estabelecimento, tipo, como os alunos se comportavam, se tinha comprometimento tanto da parte dos alunos como dos docentes, e a questão dos funcionários também e a questão do ensino-aprendizagem, como é que o pessoal...

FSB: A disciplina quando a gente era estudante havia assim, em todo estabelecimento de ensino existem aquela chamada minoria que se destaca, né? Que se trabalha etc. Havia uma massificação. A chegada do colégio foi um processo de massificação pelo Brasil, ou seja, os segmentos populares começaram a entrar nas escolas e com o Colégio Estadual não foi diferente, só que no caso específico do Colégio Estadual, que era uma coisa nova na cidade e para lá tava indo professores da cidade e do sertão, e como a cidade tinha dois colégios religiosos da igreja, então na parte da chamada classe média, que nós chamamos hoje de classe média baixa, foi para o Colégio Estadual. Então já era um ensino de massificação de ensino. Segmentos menos aquinhoados já começavam a entrar no colégio.

FA: Na sua opinião, os professores eram comprometidos com a educação, com o processo de ensino-aprendizagem?

FSB: O professor tinha... eram comprometidos os professores. Naquela época já se dizia que o Estado pagava bem, né? Que o Estado pagava melhor do que hoje, relativamente, né? Você tinha pessoas notórias da cidade que davam aula lá. Por exemplo, eu me lembro que Cajazeiras tinha um promotor que dava aula no colégio.

FA: O senhor lembra o nome dele?

FSB: Inclusive esse promotor foi meu professor. Eu não me lembro da disciplina que ele dava. Né?

FA: E os alunos, eram mais comprometidos que os alunos atuais hoje, assim?

FSB: Ninguém pode afirmar taxativamente se o conjunto era mais comprometido do que hoje. Havia pessoas que estudavam, né? E tinham interesse, né? inclusive eu tenho um irmão médico hoje que estudou lá, década de sessenta, início da década de setenta, que estudou lá, era um bom aluno, e naquela época fez vestibular pra Medicina, passando da primeira vez. Então havia, né, certo número de aluno que se destacavam. Ninguém pode dizer que todos os alunos, assim como ninguém pode dizer hoje que todos os alunos eram altamente aplicados.

FA: Quando o senhor falou que o governo ele tava é... expandindo esse processo de educação para as cidades, como era a estrutura física do colégio naquele tempo, a questão de suporte como material didático, merenda escolar, como é que funcionava?

FSB: Merenda escolar? Suporte de material didático era relativo a realidade daquele momento, né? Já tinha a quadra de esporte, material didático que elas aplicavam lá, naquela época era inimaginável ter esse aparato tecnológico que as escolas têm hoje. Você tinha o giz, o quadro negro, o giz e o professor lá ministrando suas aulas, né? Tinha indicação de alguns textos que os alunos gostavam de chamar de apostila, como ainda hoje chamam, era essa... era esse o material.

FA: Tinha livro didático não?

FSB: Tinha. Tinha livro didático. Até porque na época da ditadura militar até... a ditadura militar indicava livros didáticos. O Governo Federal jogava os livros didáticos, né? Para aqui não era grátis. Só podia comprar quem tivesse condições. Os livros indicados, né? Eu me lembro muito bem quando estudava lá, quando estava na primeira fase, tinha um livro de História que o autor era chamado Jullierne, que era um livro de História que era como se fosse uma revista de quadrinhos. Esse era o livro indicado, mas nem todos os alunos, uma minoria conseguia comprar.

FA: Ainda mais tirava apostila, xerox?

FSB: Eram poucos os professores. Na realidade o ensino funcionava na base das aulas preparadas pelos professores.

FA: Certo. Eles liam aí preparavam tipo um resumo e passava pra vocês?

FSB: Na realidade o professor chegava na sala de aula e ficava copiando a matéria. Que a imensa maioria dos alunos não tinha livro. O professor passava um tempão copiando a matéria no quadro.

FA: Francinaldo, como o senhor falou na ditadura militar, durante esse período da ditadura militar no Brasil, o senhor percebeu que teve algum avanço naquele estabelecimento de ensino ou algum retrocesso? Existia alguma preocupação dos militares na questão da educação no Brasil? Ou ensino para Cajazeiras no caso?

FSB: A área educação no Brasil a partir do golpe de sessenta e quatro, ela foi toda modificada para atender os interesses, né, do projeto educacional da ditadura militar. Foi a “americanização” da cultura brasileira e a “americanização” do ensino. A ditadura instituiu duas disciplinas, né, na época, que era a chamada Educação Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política Brasileira). Então essas disciplinas tinham como função política, né, no sentido moralizante, né, no sentido disciplinador, louvar os feitos da ditadura militar. Ou seja, eram disciplinas é... que eles lecionavam e implantavam uma espécie de civismo, ou seja, de louvor ao Estado, em louvor a cultura, a chamada cultura nacional.

Educação Moral e Cívica e OSPB, né? E essas duas disciplinas existiam no velho primeiro grau e no segundo grau.

FA: Francinaldo, é, no caso, os professores, eles poderiam expressar seu ponto de vista quanto os conteúdos, ou teria que ser aquela diretriz, se existiam no colégio algumas pessoas que, no caso fiscalizava o trabalho deles (dos professores) para poder contar alguma coisa se eles...

FSB: Sim. Aqui havia alguns professores, a maioria, eram professores que funcionavam dentro da obra, ou seja, não havia um professor marxista, professor revolucionário, todos se encaixavam dentro da ordem disciplinar do colégio... vale salientar. Havia por parte do movimento secundarista, uma militância que penetrava no colégio, que vivia dentro do colégio, mas uma militância sem consistência ideológica, ou seja, era muito mais em função de leitura de alguns jornais de esquerda que alguns faziam, e tentavam discutir alguma coisa dentro do colégio, mas mesmo assim era muito reprimido. Porque assim...

FA: O pessoal do movimento estudantil naquele tempo, os grêmios livres, é... jogos, como é que funcionavam no colégio naquele tempo, Francinaldo?

FSB: Naquele época o... naquele época era.. era chamado Centro Cívico. Então era o Centro Cívico do Colégio Estadual, o Centro Cívico do colégio tal. Hoje é chamado de Grêmios Livres, né? Lá na universidade era Centro Acadêmico. CA.

FA: Hoje é DCE (Diretório Central dos Estudantes), né?

FSB: Centro Acadêmico nas universidades era o quê? Era... era... o Centro Acadêmico existia no centro, e na universidade existia o DCE, né? Na universidade era Diretório Acadêmico. DA. Hoje é Centro Acadêmico. E havia também na universidade um diretório central. Nos colégios era Centro Cívico. Então na época da ditadura militar todinha, Centro Cívico, né? Presidente do Centro Cívico.

FA: Mas eles organizavam lá alguma coisa no colégio...

FSB: Sim, organizavam. Haviam aqueles que tomavam a frente do Centro Cívico, tentavam colocar alguma coisa, mas a imensa maioria dos alunos, né, não tinha compreensão aprofundada do que estava acontecendo no país. Só havia um grupinho pequeno.

FA: Francinaldo, é... no tempo que o senhor permaneceu lá como aluno, é (breve pausa) [...] questão seria que o governo incentivava, mas teve algum momento que o colégio passou uma crise que pudesse ser fechado por falta de assistência do governo?

FSB: Não. Não houve crise. Só me lembro disso. Acho que não teve.

FA: Eu to dizendo sessenta e um no caso e oitenta, num teve nenhum...

FSB: Não. Sessenta e um o colégio nem era fundado.

FA: Sei. No caso, nos anos oitenta, precisamente, o senhor, teve algum motivo assim...

FSB: O início dos anos oitenta foram anos já praticamente que indicava o fim da ditadura militar. Então tava havendo grandes “ressalvações” no movimento político nacional, né? Então no início dos anos oitenta ainda tinha a resistência a ditadura militar. Ainda tinha o Centro Cívico, tinha algumas pessoas que ficavam ali, mas já havia um indicativo de mudança, né? Até porque os meios de comunicação já tinham mais liberdade de falar sobre isso.

FA: Mas assim, nem uma crise dessas, fator climático, nada foi capaz de fazer com que aquele colégio pudesse fechar?

FSB: Ah, isso aí não havia essa discussão do colégio fechar.

FA: Sei. Não tinha. Pronto, Francinaldo, a gente agradece aqui a sua participação no nosso trabalho, vai ser de relevante importância, e a gente deixa o espaço para que o senhor possa concluir, falar alguma coisa.

FSB: O colégio em si foi muito importante para a cidade. O Colégio Estadual. Porque foi uma instituição que chegou na cidade, né? Teve uma vida, mexeu com a cidade, o colégio participava dos eventos da cidade, por exemplo, 22 de Agosto, 7 de Setembro. Eu me lembro, por exemplo, que, os desfiles do 7 de Setembro, havia diretor que obrigava os alunos a desfilar no 7 de Setembro. Então foi assim que o colégio se encaixava institucionalmente na vida da cidade. Ele tinha essa participação assim como os outros colégio como o Diocesano e o Colégio das Irmãs Dorotéias.

FA: Francinaldo, a questão do crescimento populacional e também a infraestrutura, por exemplo, quando o colégio foi criado ali, é, tinham muitas casas já, ou não?

FSB: Já. Quando o colégio foi criado, aquela avenida era (breve pausa) [...] quando o colégio foi criado [sei], então a avenida não era nem sequer calçada. Depois, já, se eu não me engano, na administração do prefeito, aí sim, me parece foi, Chico Rolim, que calçou a avenida, né? Não me lembro bem. Depois no governo de Chico Rolim, no final da década de setenta (do século XX)... final da década de setenta... que... a avenida foi asfaltada.

FA: No caso, o senhor acha...

FSB: Mas ali não tinha aquela, aquele núcleo populacional. Aquela Rua Santo Antônio existia já devido aquela saída para o Remédio (bairro). Aquela saída para o Remédio era praticamente desabitada. Havia a avenida, mas não havia aquele... aquele... como é que se diz... aquele enorme número de construções que havia ali pós Colégio Estadual.

FA: O senhor acha, por exemplo, que, a criação daquele colégio ali, é... foi um dos fatores que contribui para que, por exemplo, aquele determinado setor, que é no caso do Bairro Santo

Antônio, né, pra Remédios, ele pudesse receber obras de infraestrutura, ter um aumento, no caso, no número de residências, acha que o colégio foi um dos fatores que contribuiu?

FSB: O colégio contribuiu. Até porque a pavimentação da avenida foi em função do início do colégio. E ali era uma área, ainda é, uma saída da cidade. Uma importante saída da cidade com destino ao Estado do Ceará. Porque naquela época o Bairro dos Remédios era isolado.

FA: A gente agradece pela sua participação. Qualquer coisa a gente está a disposição. Muito obrigado!

FSB: Até mais.